



## **Relatório & Contas**

# 2012





## ÍNDICE

0·NOTA DO PRESIDENTE.....	3
1·PRINCIPAIS INDICADORES .....	6
2·SÍNTESE DO ANO .....	7
3·GOVERNO DA SOCIEDADE .....	13
4·CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS .....	55
5·ESTRATÉGIA .....	63
6·EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS.....	66
7·INVESTIMENTOS.....	71
8·RECURSOS HUMANOS .....	73
9· ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA .....	81
10·INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO .....	90
11·PERSPETIVAS FUTURAS.....	92
12·PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	96
13· DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS .....	97
Balanço individual em 31 de Dezembro de 2012.....	99
Demonstração individual dos resultados por naturezas .....	100
Demonstração individual das alterações no capital próprio .....	101
Demonstração individual de fluxos de caixa.....	102
Anexo às demonstrações financeiras individuais .....	103
14·RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL .....	163
15·CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	
16·RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS	





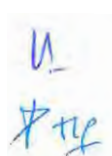
## 0-NOTA DO PRESIDENTE

Após um ano de 2011 pautado pela instabilidade organizativa associada à inexistência, desde Fevereiro de 2011, de um Conselho de Administração enquanto órgão colegial, a situação foi ultrapassada em 26 de Janeiro de 2012, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 6/2012, com a nomeação do novo Conselho de Administração a que presido. Lamentavelmente, a doença e o falecimento, em Abril, do Vogal Dr. Carlos Abreu, implicou a falta de *quorum* deste órgão de gestão, na medida em que os Estatutos da empresa ainda continuam a contemplar a existência de cinco membros. Esta situação só foi ultrapassada em 18 de Julho, com a nomeação de um novo Vogal através da Resolução do Conselho de Ministros nº 29/2012.

No que respeita à envolvente externa, o cenário não foi animador. A crise financeira, económica e social que continua a afectar a União Europeia, a zona Euro e Portugal em particular, teve um impacto directo sobre a Empresa, não só ao nível da sua actividade, como também na instabilidade do seu clima social. Essa crise internacional, como não poderia deixar de ser, em termos de tráfego controlado traduziu-se numa redução de 2,3% e 3,8% em rota respectivamente nas Regiões de Informação de Voo (RIV) de Lisboa e de Santa Maria e de cerca de 2,5% nos movimentos de terminal nos aeroportos nacionais.

Em termos de controlo de tráfego aéreo – a actividade fundamental da Empresa - e seus antecedentes históricos, refira-se ainda que entre 2007 e 2011 as receitas decresceram a uma média anual de 1,3% e de 6,1% por hora de voo controlada, respectivamente nas RIV de Lisboa e de Santa Maria (fonte: Relatório CANSO 2012, *Civil Air Navigation Services Organization*), sem que tal facto tivesse tido uma contrapartida na redução dos custos laborais daquela actividade que não pararam de crescer nos cinco anos que antecederam o mandato deste Conselho.

Mas ao contrário desta tendência que se vinha a agravar sobretudo desde 2008, no que respeita à sustentabilidade ambiental, refiro com satisfação a participação da NAV Portugal em vários projectos tendentes a reduzir as emissões poluentes, nomeadamente o *Free Route* na Região de Informação de Voo (FIR) de Lisboa (implantado a partir de Maio de 2009) que permite anualmente aos operadores aéreos reduzir as distâncias voadas e poupar combustível através da possibilidade de



realização de rotas mais directas e consequentemente diminuir as emissões de dióxido de carbono (redução de cerca de 70 mil toneladas CO<sub>2</sub>/ano, em comparação com a “pégada carbono” da NAV da ordem de apenas 5 mil toneladas/ano), bem como as iniciativas associadas ao Programa AIRE.

Também ainda na área da sustentabilidade ambiental saliente-se o arranque em 2012 do projecto de um parque eólico na ilha de Santa Maria para fornecimento de energia eléctrica ao Centro de Controlo Oceânico, seus sistemas e equipamentos.

Em 2012 a NAV Portugal prosseguiu a sua Missão de prestação do serviço público de apoio à navegação aérea civil, no estrito cumprimento das normas aprovadas por convenções e organizações internacionais de aviação civil de que Portugal é subscritor e Estado Membro, bem como dos objectivos estratégicos de melhoria ao nível da segurança operacional, capacidade, eficiência e sustentabilidade.

Apesar do curto espaço de tempo deste Conselho em funções, foi ainda possível fomentar e colaborar com o Instituto Nacional de Aviação Civil no sentido de evitar a anteriormente prevista integração da Região de Informação de Voo Atlântica de Santa Maria no projecto do “Céu Único Europeu” – o que se conseguiu – continuando assim Portugal a ser o único Estado Membro da União a gerir espaço aéreo com “fronteiras aéreas” no Atlântico Norte simultaneamente quer com os EUA quer com o Canadá - sem prejuízo da criação de um “Bloco Funcional” do Sudoeste Europeu (SW FAB) com a nossa congénere Espanhola AENA.

A política de contenção de custos, enquadrada nas orientações estratégicas definidas pelo Governo para o Sector Empresarial do Estado e em particular da LOE para 2012, foi conseguida sem prejuízo de assegurar aos utilizadores dos serviços, o pagamento do justo valor das taxas de navegação aérea, de rota e de terminal.

Saliente-se igualmente que em 2012 foi possível preparar uma reestruturação da Empresa, com redução de Direcções e Serviços, que passou a vigorar a partir de 1 de Fevereiro de 2013.

Apesar de todos estes condicionalismos foi possível passar de um resultado líquido negativo de €4,977 Milhões, para um resultado positivo de €1,676 Milhões. Os

investimentos realizados no ano enquadraram-se nos planos internacionais de harmonização, quer a nível europeu tendo em vista os objectivos de segurança, capacidade e eficiência do Projeto SES para a RIV de Lisboa, quer a nível da região NAT (*North Atlantic*) da ICAO para a RIV de Santa Maria. O valor total dos investimentos cifrou-se em 9,5 M€, dos quais 97% destinados aos órgãos operacionais.

Ao longo de 2012 mantivemos uma participação activa no quadro das Organizações e Instituições internacionais que regulam a prestação dos serviços de navegação aérea - ICAO e União Europeia (EUROCONTROL e EASA), - e um relacionamento constante, não só com a nossa congénere espanhola (AENA) para a implementação do SW FAB, mas também com as nossas congéneres de Cabo Verde e dos EUA, Canadá, Reino Unido e Irlanda no âmbito da região NAT (Atlântico Norte).

Por outro lado, em 2012 reforçámos a nossa aposta na cooperação com outros prestadores de serviços de navegação aérea, através de protocolos celebrados com as nossas congéneres ADM (Moçambique), ENANA (Angola), DECEA (Brasil) e IAA (Irlanda), incrementando-se o fornecimento pela NAV de serviços técnicos e de formação de pessoal com a China, República de São Tomé e Príncipe e Cabo Verde.

No entanto, em 2013, as exigências que se nos colocam, tanto no contexto europeu como no atlântico norte, exigem que continuemos a capitalizar energias a partir de projectos de modernização e racionalização inovadores, que nos permitam continuar a garantir a qualidade do serviço prestado pela NAV Portugal.

Reiteramos, desde já e com convicção, a total confiança do Conselho de Administração no capital humano da Empresa, pela sua capacidade, competência, profissionalismo e vontade de responder com a máxima eficácia aos desafios nacionais e empresariais no contexto europeu e mundial que teremos de enfrentar nos próximos anos.

Lisboa, 15 de Abril de 2013

*O Presidente do Conselho de Administração*



**Luís Filipe Ottolini Coimbra**



## 1-PRINCIPAIS INDICADORES

### ATIVIDADE DA NAV PORTUGAL, E.P.E.

	2012	2011	Δ%
<b>TRÁFEGO</b>			
Unidades de Serviço - Zona de Tarificação Portugal Terminal	177 634	179 351	(1,0)
Unidades de Serviço - Zona de Tarificação de Rota de Lisboa	2 782 280	2 821 265	(1,4)
Unidades de Serviço - Zona de Tarificação de Rota de Santa Maria	3 874 372	3 983 496	(2,7)
Movimentos Controlados - Região de Informação de Voo de Lisboa	437 599	448 012	(2,3)
Movimentos Controlados - Região de Informação de Voo de Santa Maria	117 853	122 448	(3,8)
Autorizações de entradas na RIV no perfil de voo requerido (%)	94,92	93,13	1,9
Horas Controladas	618 837	652 749	(5,2)
<b>PESSOAL</b>			
Efetivos no Ativo 31 DEZ	999	972	2,8
Gastos com Pessoal ( milhares de € )	139 475	142 050	(1,8)
Movimentos Controlados / Efetivos médios no Ativo	574	586	(2,1)
Horas Controladas / Efetivos médios no Ativo	639	670	(4,6)
<b>ECONÓMICOS E FINANCEIROS</b>			
Taxa Unitária Global de Rota - Zona de Tarificação de Lisboa (€)	33,06	47,58	(30,5)
Taxa Unitária Global de Rota- Zona de Tarificação de Santa Maria (€)	9,79	12,21	(19,8)
Taxa Unitária de Terminal - Zona de Tarificação Portugal (€)	126,25	168,52	(25,1)
Volume de Negócios ( milhares de € )	178 096	177 954	0,1
Resultado Líquido ( milhares de € )	1 676	-4 977	133,7
Cash-Flow Operacional - EBITDA ( milhares de € )	12 895	12 115	6,4
Gastos Operacionais / EBITDA	14,0	15,0	(6,8)
Gastos Totais / Hora Controlada (€)	292,4	279,6	4,6
Gastos com Pessoal / EBITDA	10,82	11,73	(7,8)
EBITDA / Juros Líquidos	13,0	7,5	74,0
Volume de Investimentos ( milhares de € )	9 517	7 625	24,8
Ativo Líquido ( milhares de € )	288 933	283 110	2,1
Capitais Próprios ( milhares de € )	85 131	83 535	1,9
Rendibilidade dos Capitais Próprios (%)	1,97	-5,96	133,0
Performance Margem EBITDA (%)	68,9	69,6	(1,1)
Performance do Grau de Endividamento (%)	97,6	98,7	(1,1)
ROCE (%)	2,0	1,0	106
Dívida / Capitais próprios (%)	11,5	14,7	(21,8)
Prazo Médio de Pagamentos ( RCM 34/2008 e Despacho 9870/2009)	44	55	(11,0)

## 2. SÍNTESE DO ANO

O ano de 2012 continuou a ser marcado pelo processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos estruturais em Portugal, nomeadamente pelo impacto imediato das medidas de consolidação orçamental, assim como de condições de financiamento restritivas no quadro do processo de desalavancagem ordenada e gradual do sector bancário.

O ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos tornou-se particularmente exigente num enquadramento internacional marcado pelo abrandamento da economia mundial, vendo-se Portugal confrontado com o grande desafio de promover o desenvolvimento económico num novo quadro institucional, o que torna essencial a implementação coerente de reformas nos mercados de trabalho e do produto, o aumento da eficiência do sistema judicial e a redefinição do papel do Estado, que estimulem o investimento, a inovação e o progresso técnico, e suportem o crescimento sustentável da economia.

O sector do transporte aéreo não foi, naturalmente, indiferente à crise económica e de confiança global que se fez sentir ao longo de 2012, tendo como consequência direta uma quebra de 2,4% do número de movimentos registados no espaço europeu.

Foi neste cenário contracionista e de crise internacional que a NAV Portugal prosseguiu, em 2012, a missão que lhe está atribuída enquanto prestador de serviços de navegação aérea nas Regiões de Informação de Voo (RIV) de Lisboa e de Santa Maria sob responsabilidade do Estado português, no estrito respeito pelas normas previstas em convenções internacionais ou de organizações internacionais da aviação civil de que Portugal é, respetivamente, subscritor e Estado Membro.

Não obstante o ambiente desfavorável, a Empresa continuou a pautar a sua atividade por uma cultura de Segurança, Qualidade e *Cost-effectiveness* dos serviços prestados, através da monitorização, atenta e permanente, das medidas de contenção/redução de custos implementadas, garantindo a necessária transparência e disponibilização de informações requeridas pelos *stakeholders*.

No âmbito da Segurança e Qualidade, e tendo sempre como objetivo a melhoria dos serviços prestados, é de realçar o esforço desenvolvido pela Empresa na

u  
x  
ty



modernização e ampliação da capacidade dos sistemas de suporte à prestação dos serviços:

- No Centro de Controlo Oceânico de Tráfego Aéreo de Santa Maria – a disponibilização de novas funcionalidades, como a gestão de autorizações de controlo, seu processamento e representação gráfica, a flexibilização da gestão do espaço aéreo e a implementação do novo *standard* OACI de processamento de planos de voo - FPL2012 e,
- No Aeroporto de Lisboa – a contratação da extensão do sistema de tecnologia *multilateration* (*Local Area Multilateration* - LAM), instalado para vigilância da área do Aeroporto de Lisboa, tendo em vista a disponibilização de serviços de vigilância às aeronaves em aproximação ao aeroporto.

Ao longo do ano de 2012, a NAV Portugal participou nos trabalhos relacionados com a estruturação da futura rede ATM Europeia e o Céu Único Europeu (*Single European Sky* – SES)<sup>1</sup>, tendo em vista o cumprimento dos objetivos definidos pela União Europeia (UE) para a reformulação da gestão do tráfego aéreo na Europa.

Nesse sentido, a Comissão Europeia (CE) solicitou ao EUROCONTROL apoio técnico na reconfiguração do espaço aéreo europeu e na criação de blocos funcionais de espaço aéreo (FAB - *Functional Airspace Block*)<sup>2</sup>, que promovessem formas flexíveis de cooperação entre as autoridades de aviação, as autoridades de supervisão nacionais e os prestadores de serviços de navegação aérea, proporcionando uma oferta mais harmonizada e eficaz desses serviços.

Em abril de 2012 foram apresentadas, pelo EUROCONTROL à Comissão Europeia, nove iniciativas de criação de FAB, que abrangem todos os países da UE e mais quatro outros Estados (Bósnia Herzegovina, Croácia, Noruega e Suíça). Portugal foi integrado no FAB Sudoeste (SW FAB) juntamente com a Espanha, bloco considerado estratégico devido à sua situação geográfica, sendo um dos principais nós de interligação para os voos transatlânticos de e para o continente americano e para o corredor norte-sul da

<sup>1</sup> O Céu Único Europeu é uma iniciativa da UE que visa reformar a arquitetura do controlo do tráfego aéreo europeu e dar resposta às necessidades futuras em termos de capacidade e de segurança.

<sup>2</sup> *Functional Airspace Block* (FAB) é uma porção de espaço aéreo alicerçada em requisitos operacionais, onde a prestação de serviços de navegação aérea é otimizada e orientada por critérios de desempenho, em que foram eliminadas as fronteiras nacionais.

U  
+ 1/2

Europa. Por estratégia governamental foi decidido não integrar, para já, a RIV de Santa Maria no SW FAB, comprometendo-se o Estado Português a tomar uma decisão definitiva sobre este assunto até ao final de 2014.

Em maio de 2012 foi assinado pelo INAC, I.P. e pela *Agência Estatal de Seguridad Aérea* (AESA), autoridades de supervisão nacionais de Portugal e Espanha respetivamente, um acordo estabelecendo as atribuições de supervisão dentro do respetivo bloco e uma declaração conjunta, que constituiu o primeiro passo dos procedimentos nacionais conducentes à assinatura oficial do Acordo de Estado pelos Ministros da Tutela dos respetivos Estados.

O Acordo de Estado inclui as disposições legais e institucionais, bem como a delimitação do espaço aéreo do SW FAB, e ainda, a gestão e os aspetos organizacionais relativos à harmonização, supervisão da segurança e prestação de serviços de navegação aérea. A NAV Portugal, assim como a AENA (*Aeropuertos Españoles y Navegación Aérea*), enquanto prestadores de serviços de navegação aérea (ANSPs), as autoridades militares e os prestadores de serviços meteorológicos estiveram ativamente envolvidos no processo de desenvolvimento do SW FAB.

O Relatório de Progresso sobre os nove blocos funcionais de espaço aéreo, apresentado pelo Coordenador Europeu<sup>3</sup> em dezembro de 2012, salienta os seguintes aspetos relativamente ao SW FAB:

- Segurança – o plano de segurança conjunto foi apresentado em junho de 2012 e as observações feitas foram alvo de resposta pelo FAB.
- Cooperação – o Acordo-Quadro assinado, em junho 2012 entre a NAV Portugal e a AENA, demonstra o empenhamento das duas entidades numa maior colaboração na prestação de serviços de navegação aérea e na criação de um bloco funcional que facilite a implementação de programas e atividades conjuntas de cooperação, bem como o intercâmbio de conhecimentos e experiências contribuindo, assim, para a melhoria, à escala europeia, das operações ATM no âmbito do Céu Único Europeu e o sucesso das metas de desempenho definidas pela União Europeia.

<sup>3</sup> Georg Jarzembowski, nomeado pela Comissão como *Functional Airspace Blocks Coordinator* em julho de 2010

- Desempenho – para o primeiro período de referência (2012 a 2014), Portugal apresentou o seu plano de desempenho nacional em 30 de junho de 2011 e a Espanha em 4 de julho de 2011, tendo a Comissão Europeia considerado que as respetivas metas individuais revistas, quer de capacidade quer de custo-eficiência, são consistentes com, e contribuem adequadamente para, as metas globais da UE, ressalvando, no entanto, que a meta de custo-eficiência apresentada por Espanha poderia ainda ser melhorada.
- Cooperação com o *Network Manager*<sup>4</sup> – o SW FAB tem participado ativamente com o EUROCONTROL no desenvolvimento e implementação de operações transfronteiriças de rota livre.

No que respeita ao *Cost-effectiveness*, o ano de 2012 marcou o início de uma nova era na tarifação dos serviços de navegação aérea de rota, ao aplicar-se, pela primeira vez, o novo regime comum de tarifação, consignado no Regulamento (UE) n° 1191/2010, de 16 de dezembro, pelas alterações introduzidas no Regulamento (CE) n° 1794/2006, de 6 de dezembro. Este novo regime exige um rigor acrescido na definição dos custos fixados associados à prestação de serviços de navegação aérea e que servirão de base ao cálculo das respetivas taxas unitárias, em períodos alargados de referência. O primeiro período definido pela CE abrange o triénio 2012-2014 (RP1), enquanto o segundo tem um horizonte temporal mais dilatado, de cinco anos (RP2: 2015-2019).

Ao longo de 2012, a NAV Portugal continuou a acompanhar a coordenação efetuada pelo INAC com os vários *stakeholders* a nível nacional – Força Aérea (FAP), Marinha, Aeroportos de Portugal (ANA), Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) e Tutelas – bem como a participação ativa em diversos fóruns e grupos especializados de âmbito internacional, de que se destacam ICAO, União Europeia (SESAR JU, EASA), EUROCONTROL e CANSO.

No âmbito do programa SESAR, e mais especificamente das iniciativas AIRE<sup>5</sup>, foram iniciados em 2012 dois projetos em que a Empresa estará ativamente envolvida:

<sup>4</sup> Até 2019 foi confiada ao EUROCONTROL a função de *Network Manager*, que tem como objetivo a gestão das funções de rede ATM (desenho do espaço aéreo, gestão de fluxos) e gestão de recursos escassos (alocação de códigos *transponder*, frequências de rádio), tal como se encontram definidas no Regulamento (UE) N° 677/2011, de 7 de julho.

<sup>5</sup> *Atlantic Interoperability Initiative to Reduce Emissions* (AIRE) é um programa, iniciado em 2007 pela Comissão Europeia e a US FAA dos EUA, com o intuito de melhorar a eficiência energética dos voos comerciais reduzir as emissões poluentes e o ruído.





- O projeto SMART (*Shared Monitoring Alert and Reaction Tracking*), cujo objetivo é otimizar os voos oceânicos nas RIV de Lisboa e de Santa Maria, procurando a rota mais económica para as condições meteorológicas vigentes, através da integração de diferentes planos de voo, dados de posição e meteorológicos, entre o sistema ATM e os centros de operações das companhias aéreas e,
- O projeto MAGGO (*Multiple Atlantic Gate to Gate Optimizations*), compreendendo melhorias em serviços de tráfego aéreo, a implementar no biénio 2012-2013, num programa coordenado que inclui a Região de Informação de Voo, a Área de Controlo Terminal de Santa Maria e vários aeroportos dos Açores, onde serão desenvolvidas operações completas porta-a-porta entre Lisboa e os Açores, tirando partido das capacidades FANS/1/A ADS-C e CPDLC<sup>6</sup>, associadas aos benefícios do PBN e RNP4<sup>7</sup> e das *User Preferred Routes* (UPR) suportados pelo *Dynamic Air Route Planning* (DARP).

De realçar também o arranque, em 2012, de dois projetos correlacionados, no âmbito da estratégia de gestão do espaço aéreo:

- O projeto PBN (*Performance Based Navigation*)<sup>8</sup>, que permite minimizar os impactos ambientais, a melhoria da capacidade e da eficiência de voo, através da reconfiguração do espaço aéreo nas TMA de Lisboa, Porto, Faro, Madeira e Santa Maria e,
- O projeto ACCEPTA (*Accelerating EGNOS*<sup>9</sup> *Adoption in Aviation*) cujo objetivo principal é facilitar a adoção de procedimentos baseados em navegação por satélite em diversos aeroportos europeus.

Ainda, no decorrer de 2012, foram desenvolvidos diversos projetos de cooperação entre a NAV Portugal e entidades congéneres de outros países e assinados acordos nas seguintes áreas:

#### Formação

- Ações de formação para Técnicos de Informação e Comunicações Aeronáuticas da ENASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea de São Tomé e Príncipe (março a maio);

<sup>6</sup> Automatic Dependent Surveillance-Contract / Controller-Pilot Data Link Communication

<sup>7</sup> Performance Based Navigation / Required Navigation Performance 4 (Oceanic and Remote Area Operations)

<sup>8</sup> Termo genérico que descreve as tecnologias que permitem às aeronaves voar de forma flexível, precisa e repetível todas as trajetórias tridimensionais usando o equipamento de bordo e as suas capacidades, atribuindo níveis de precisão da estimativa da posição, que pode ter valores diferentes em diferentes fases de voo.

<sup>9</sup> European Geostationary Navigation Overlay Service

- Formação diversificada para Controladores de Tráfego Aéreo da ASA - Aeroportos e Segurança Aérea de Cabo Verde (outubro a dezembro) e,
- Cursos de formação nas áreas de Supervisão e Segurança, para formandos oriundos da CAAC (*Civil Aviation Administration of China*) e CAM (Companhia do Aeroporto de Macau).

#### Protocolos

- Acordo de colaboração técnica, operacional e financeira com a empresa ADM (Aeroportos de Moçambique), nas áreas dos serviços de navegação aérea, através do intercâmbio de conhecimentos e tecnologias (junho);
- Memorando de entendimento com a congénere IAA (*Irish Aviation Authority*), com o objetivo de antecipar uma resposta aos desafios colocados pelas alterações previstas à prestação de serviços de navegação aérea na região NAT e, em particular, às comunicações HF (julho);
- Protocolo de Intenções com o COMAER (Comando da Aeronáutica da República Federal do Brasil), representado pelo DECEA (Departamento de Controle do Espaço Aéreo), com vista ao intercâmbio de informações de carácter técnico/operacional e ao desenvolvimento científico-tecnológico na Gestão do Tráfego Aéreo (setembro) e,
- Acordo de Cooperação com a ENANA (Empresa Nacional de Exploração de Aeroportos e Navegação Aérea de Angola), tendo como objetivo estabelecer um programa de colaboração técnica e operacional que, numa base recíproca, permita a cooperação nas áreas de serviços de navegação aérea e o intercâmbio de conhecimentos e experiências (novembro).

Em termos de política ambiental merece realce a adjudicação pelo SESAR *Joint Undertaking* de projetos apresentados por dois consórcios liderados pela NAV Portugal tendo em vista a demonstração e implementação de melhorias operacionais para a redução de emissões de CO<sub>2</sub> pela aviação. Estes ensaios irão realizar-se em 2013 e 2014 nas RIV de Santa Maria, de Nova Iorque e de Lisboa com voos das várias companhias aéreas participantes, a Air Europa, a Air France, a Ibéria, a SATA e a TAP Portugal.



### **3. GOVERNO DA SOCIEDADE**

#### **3.1. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS DA EMPRESA**

Nos termos dos Estatutos da Empresa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 404/98, de 18 de dezembro na redação de republicação efetuada pelo Decreto-Lei n.º 74/2003, de 16 de abril, a Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E. P. E., abreviadamente designada por NAV Portugal, E. P. E., é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

A NAV Portugal, E.P.E. tem como missão a prestação de serviços de tráfego aéreo nas RIV sob responsabilidade do Estado Português – Lisboa e Santa Maria – garantindo o cumprimento da regulamentação nacional e internacional aplicável e as melhores condições de segurança, otimizando capacidades de utilização do espaço aéreo e das infraestruturas aeroportuárias, melhorando a eficiência dos serviços prestados e promovendo a sustentabilidade ambiental.

Neste contexto, a NAV Portugal deve garantir aos seus clientes a prestação de um serviço de elevada qualidade e eficiência, criando valor para o Estado, na qualidade de detentor da totalidade do seu capital estatutário, e assegurar elevados níveis de qualificação profissional e motivação dos seus colaboradores.

Atenta a realidade e perspetivas de evolução do ambiente interno e externo da Empresa, no Plano de Negócios da NAV Portugal para 2011-2015, foram definidos os seguintes “Grandes Objetivos”, confirmando as metas fixadas em 2009 no documento “Estratégia NAV Portugal 2010+”:

- Garantir elevados níveis de segurança (*Safety*)
- Reforçar o posicionamento internacional da NAV Portugal
- Adequar a capacidade à procura, garantindo a rentabilidade do negócio
- Assegurar elevados níveis de eficácia, eficiência e qualidade do serviço prestado
- Cooperar com os *Stakeholders* na defesa do Ambiente

No desenvolvimento da sua atividade e no respeito das Orientações Estratégicas Específicas para a NAV Portugal, para o Mandato 2007-2009, e que se mantêm até à data, conforme consagradas no Contrato de Gestão assinado com o Governo, em 29

de fevereiro de 2008, a NAV Portugal deu cumprimento aos Princípios de Bom Governo aprovados pela RCM nº 49/2007, de 28 de março.

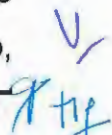
Nesse contrato foram fixados um conjunto de indicadores, na sua maioria baseados em *benchmarking* internacional, tendo sido escolhidos os ANSPs da Irlanda (IAA), Reino Unido (NATS), Áustria (Austrocontrol), Alemanha (DFS), Suíça (Skyguide) e Suécia (LFV), a fim de permitir a avaliação e comparação do grau de concretização das orientações específicas para o referido horizonte temporal.

Nos termos da Carta de Missão, a concretização das orientações designadas para a NAV Portugal é avaliada pela média ponderada de objetivos estabelecidos relativamente a indicadores do conjunto dos *peers* selecionados e de objetivos estabelecidos face a valores absolutos de desempenho orçamental.

Na ausência de objetivos fixados para 2012, foi mantida a metodologia seguida em anos anteriores. No quadro seguinte explicitam-se os resultados dos indicadores de referência, os objetivos estabelecidos e o respetivo grau de cumprimento, relativamente ao ano de 2012 da NAV Portugal, sendo que os cálculos tiveram como comparação de objetivos os valores de 2011 referentes aos *peers*, cujos dados de 2012 ainda não estão publicados:

Peers	Ano	ROCE	Margem EBITDA	Peso C.Pessoal	C.Totais / Hora Cont	Hora Cont / Colaborador	Mg EBITDA real / Mg EBITDA orca	Performance do Grau de Endividamento
Austrocontrol	2011	8,6%	19,0%	66,8%	593,5	281,3		
DFS	2011	23,4%	22,2%	72,6%	540,3	232,9		
IAA	2011	10,7%	23,5%	58,5%	464,7	376,5		
LFV	2011	11,4%	17,7%	62,9%	371,2	377,5		
NATS	2011	37,2%	38,9%	60,2%	430,6	299,3		
Skyguide	2011	8,0%	21,3%	65,9%	522,7	249,8		
Média		16,5%	23,8%	64,5%	487,2	302,9		
<b>NAV</b>	<b>2012 Real</b>	<b>2,0%</b>	<b>7,2%</b>	<b>77,1%</b>	<b>292,4</b>	<b>639,3</b>	<b>68,9%</b>	<b>97,6%</b>
Performance relativa (NAV / Média)		12,0%	30,4%	83,7%	166,6%	211,1%		
Objectivo 2012		130,0%	60,0%	113,0%	85,0%	160,0%	100,0%	100,0%
Target NAV		21,5%	14,3%	72,9%	414,1	484,6	100,0%	100,0%
<b>Grau Cumprimento do Objectivo</b>		<b>9,3%</b>	<b>50,7%</b>	<b>94,3%</b>	<b>129,4%</b>	<b>131,9%</b>	<b>68,9%</b>	<b>97,6%</b>
Peso do KPI		20,0%	15,0%	15,0%	20,0%	15,0%	10,0%	5,0%
Score		1,9%	7,6%	14,1%	25,9%	19,8%	6,9%	4,9%
<b>Score Final</b>		<b>81,04%</b>						

Os valores financeiros reais da NAV Portugal, em 2012, refletem o impacto negativo das obrigações legais com os voos isentos que atingiram o valor de 3 milhões de euros, com reflexo nos gastos mas sem contrapartida em rendimentos, prejudicando,





assim, os indicadores ROCE e Margem EBITDA. A consideração daqueles valores em proveitos elevaria o Score Final da NAV Portugal em 2012 para 84,2%. Logo que os indicadores dos "Peers", relativos a 2012, estejam publicados, os mesmos serão disponibilizados ao Conselho Fiscal para emissão do respetivo relatório.

### **3.2-REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA**

A Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E.P.E. é uma entidade pública empresarial com um capital estatutário de 25 milhões de Euros.

Este capital estatutário, como sucede em todas as entidades públicas empresariais, é indecomponível, isto é, não pode ser fracionado em participações sociais e não é titulado por ações, pelo que, em rigor, o Estado não é, em relação às E.P.E., um verdadeiro acionista, embora, nos termos do Artigo 26º do Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 300/2007, de 23 de agosto, que aprovou o Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado, esse capital estatutário seja detido pelo Estado e seja remunerado de acordo com o regime previsto para a distribuição dos lucros do exercício nas sociedades anónimas.

Uma vez que a NAV Portugal, nos termos da lei e dos seus estatutos, não possui o órgão social Assembleia Geral, a Empresa está submetida aos poderes de superintendência do Estado, quer através do Conselho de Ministros, quer das tutelas financeira, (Ministro das Finanças) e sectorial, (Ministro da Economia e Emprego) que, de acordo com o artigo 11º do Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 300/2007, de 23 de agosto, têm a faculdade de definir orientações de gestão estratégica gerais e sectoriais.

#### **3.2.1 REGIME JURÍDICO APLICÁVEL**

A NAV Portugal foi criada, por cisão da ANA, E.P., na forma de empresa pública, pelo Decreto-Lei nº 404/98, de 18 de dezembro, autonomizando-se assim, a prestação, em moldes empresariais, do serviço público de navegação aérea para apoio à aviação civil.

Pelo Decreto-Lei nº 74/2003, de 16 de abril, os estatutos da NAV Portugal foram republicados na íntegra, tendo sido adaptados ao Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado e das Empresas Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de dezembro, data a partir da qual a NAV Portugal passou a ser uma entidade pública empresarial, em conformidade com o previsto no respetivo Capítulo III.

Enquanto entidade pública empresarial, de acordo com o artigo 7º do Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de dezembro e com o artigo 2º dos seus estatutos, a NAV Portugal rege-se em primeiro lugar pelas normas que lhe sejam especialmente aplicáveis, pelos seus estatutos e respetivos regulamentos de execução, e subsidiariamente pelo referido Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de dezembro e demais legislação aplicável às empresas públicas e, na sua falta, pelas normas do direito privado, designadamente as do Código das Sociedades Comerciais, salvo quanto a atos de autoridade ou cuja natureza implique o recurso a normas de direito público.

A NAV Portugal dispõe, no seu modelo organizativo e procedimental, de um conjunto de regulamentos internos dos quais se destacam os relativos à aquisição de bens e serviços, imobilizado, caixa e bancos, faturação e controlo de crédito, bem como um Código de Ética e um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Os membros do Conselho de Administração são considerados gestores públicos nos termos e para os efeitos consignados no Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007 de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro.

No que respeita à contratação de empreitadas, locação e aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, a NAV Portugal rege-se pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, e objeto de posteriores alterações, tendo sido considerada como entidade adjudicante do sector especial dos transportes, por despacho do então Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

### 3.2.2 ESTATUTOS

Os artigos 5º a 10º dos Estatutos da NAV Portugal regulamentam as matérias relativas à composição, competência e funcionamento do Conselho de Administração, carecendo, todavia, de atualização em conformidade com o Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007 de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, e com a Resolução do Conselho de Ministros nº 101-A/2010, de 27 de dezembro, que altera a composição deste órgão de gestão.

Sendo assim, o mandato dos membros do Conselho de Administração tem a duração de três anos, renovável com os limites do nº 2 do artigo 15º e com a aplicação temporal prevista no nº 1 do art.º 39º, ambos do Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março que aprovou o novo Estatuto do Gestor Público (EGP), contando-se como completo o ano civil em que os membros do Conselho de Administração tenham sido nomeados.

A validade das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração depende do facto de estar presente a maioria dos seus membros em efetividade de funções, não podendo estes abster-se de votar nem fazê-lo por correspondência.

O Presidente do Conselho de Administração tem voto de qualidade e pode opor o seu veto a todas as deliberações que repare contrárias à lei, aos estatutos, aos regulamentos internos da Empresa, à política definida pela tutela ou aos legítimos interesses do Estado, com a consequente suspensão da executoriedade da deliberação até que sobre esta se pronuncie o Ministro da Tutela.

O Conselho de Administração, por força dos estatutos e de leis específicas, dispõe de uma vasta competência para a prática de atos administrativos, designadamente e apenas a título meramente exemplificativo, em matéria de contratação pública de empreitadas, locação e aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, de licenciamento do uso privativo do domínio público sob administração da NAV Portugal e de fiscalização e execução de servidões aeronáuticas.

Nesses casos, a prática de atos administrativos rege-se pelas normas do direito público, nomeadamente as do Código do Procedimento Administrativo e dessas decisões cabe impugnação para os Tribunais Administrativos.



Em 26 de janeiro de 2012, foi nomeado através da Resolução do Conselho de Ministros nº 6/2012, um novo Conselho de Administração para a NAV Portugal, composto por um presidente e dois vogais.

Em virtude do falecimento, em abril de 2012, de um dos vogais, o Conselho de Administração deixou de reunir o quórum necessário para o seu regular funcionamento, até à nomeação de um novo vogal efetuada através da Resolução do Conselho de Ministros nº 29/2012, de 18 de julho.

### 3.2.3 REGULAMENTOS EXTERNOS

A atividade da NAV Portugal é enquadrada por um conjunto de legislação nacional, comunitária e internacional, de que se destaca:

#### **Legislação Nacional**

No plano interno a atividade da NAV Portugal rege-se fundamentalmente pelo Decreto-Lei nº 404/98, de 18 de dezembro que criou a Empresa, por cisão da ANA, E.P e aprovou os respetivos estatutos na redação de republicação efetuada pelo Decreto-Lei nº 74/2003, de 16 de abril, confiando-lhe a prestação do serviço público de navegação aérea em todas as vertentes, seja na prestação de serviços de navegação aérea de rota nas duas Regiões de Informação de Voo (Lisboa e Santa Maria) sob responsabilidade do Estado Português, seja na prestação de serviços de navegação aérea de terminal nos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro, Madeira, Porto Santo, Santa Maria, Ponta Delgada, Horta e Flores.

No que respeita a taxas de rota, o Decreto-Lei nº 461/88, de 29 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 118/90, de 6 de abril, disciplina o respetivo processo de aplicação e cobrança, enquanto o Decreto-Lei nº 254/2012, de 28 de novembro, regulamenta as taxas de terminal.

Nos termos da disposição nº 2 artigo 31º do Decreto-Lei nº 254/2012, *"até à publicação de legislação específica, a determinação e fixação da taxa de terminal é efetuada por portaria do membro do Governo responsável pela área dos transportes, após parecer do INAC, I. P."*.

## Legislação Comunitária

A NAV Portugal, enquanto entidade prestadora de serviços de navegação aérea, está sujeita aos seguintes Regulamentos Comunitários que integram os denominados Pacotes do Céu Único Europeu (SES I e SES II):

- Regulamento (CE) nº 549/2004, do Parlamento e do Conselho, de 10 de março – regulamento quadro para a execução do céu único europeu;
- Regulamento (CE) nº 550/2004, do Parlamento e do Conselho, de 10 de março – relativo à prestação de serviços de navegação aérea;
- Regulamento (CE) nº 551/2004, do Parlamento e do Conselho, de 10 de março – que regula o espaço aéreo;
- Regulamento (CE) nº 552/2004, do Parlamento e do Conselho, de 10 de março – relativo à interoperabilidade e,
- Regulamento (CE) nº 1070/2009, do Parlamento e do Conselho, de 21 de outubro – que alterou os Regulamentos (CE) nºs 549/2004, 550/2004, 551/2004, e 552/2004, aprovando o II Pacote do Céu Único Europeu.

Ao abrigo do Regulamento (CE) nº 550/2004 e após prévia certificação pelo INAC – Autoridade Supervisora Nacional – a NAV Portugal foi designada, pelo Despacho MOPTC nº 719/2007, de 15 de janeiro, como prestador de serviços de navegação aérea integrados em Portugal, compreendendo a prestação de Serviços de Tráfego Aéreo (ATS - *Air Traffic Services*), Serviços de Informação Aeronáutica (AIS - *Aeronautical Information Services*) e Serviços de Comunicações, Navegação e Vigilância (CNS - *Communication, Navigation and Surveillance*). O atual Certificado de Prestador de Serviços de Navegação Aérea, emitido pelo INAC a favor da NAV Portugal, cobre o triénio 2011-2014.

Além destes Regulamentos principais existem diversos outros que executam e desenvolvem disposições e princípios daqueles, designadamente os seguintes:

- Regulamento (CE) nº 1794/2006 da Comissão, de 6 de dezembro – que estabelece o regime comum de tarifação dos serviços de navegação aérea – entretanto atualizado com as alterações introduzidas pelo Regulamento (UE) nº 1191/2010, da Comissão, de 16 de dezembro, de forma a traduzir as consequências financeiras do sistema de desempenho no regime de tarifação, em especial no que toca aos mecanismos de partilha dos riscos de tráfego e de

- custos, bem como aos sistemas de incentivo descritos no Regulamento (UE) nº 691/2010, da Comissão, de 29 de julho, que estabelece um sistema de desempenho para os serviços de navegação aérea e as funções de rede e que altera o Regulamento (CE) nº 2096/2005, da Comissão, de 20 de dezembro, que estabelece requisitos comuns para a prestação de serviços de navegação aérea;
- Regulamento de Execução (UE) nº 1034/2011, da Comissão, de 17 de outubro, relativo à supervisão da segurança nos serviços de gestão do tráfego aéreo e de navegação aérea e que altera o Regulamento (UE) nº 691/2010;
  - Regulamento de Execução (UE) nº 1035/2011, da Comissão, de 17 de outubro, que estabelece requisitos comuns para a prestação de serviços de navegação aérea e que altera os Regulamentos (CE) nº 482/2008 e (UE) nº 691/2010;
  - Regulamento de Execução (UE) nº 1206/2011, da Comissão, de 22 de novembro, que estabelece os requisitos aplicáveis à identificação das aeronaves para efeitos da vigilância no céu único europeu;
  - Regulamento de Execução (UE) nº 1207/2011, da Comissão, de 22 de novembro, que estabelece os requisitos para o desempenho e a interoperabilidade da vigilância no céu único europeu e,
  - Regulamento de Execução (UE) nº 1216/2011, da Comissão, de 24 de novembro, que altera o Regulamento (UE) nº 691/2010 da Comissão e que estabelece um sistema de desempenho para os serviços de navegação aérea e as funções de rede.

No decurso de 2012 foi ainda aprovado o Regulamento de Execução (UE) n.º 923/2012 da Comissão, de 26 de setembro, que estabelece as regras comuns do ar e as disposições operacionais relativas aos serviços e procedimentos de navegação aérea e que altera o Regulamento de Execução (UE) n.º 1035/2011 e os Regulamentos (CE) n.ºs 1265/2007, 1794/2006, 730/2006, 1033/2006 e (UE) n.º 255/2010 e o Regulamento de Execução (UE) n.º 1079/2012 da Comissão, de 16 de novembro, que estabelece os requisitos de espaçamento dos canais de voz no céu único europeu.

### **Legislação internacional**

- A atividade da NAV Portugal é enquadrada e disciplinada por numerosa e completa legislação e regulamentação internacional, de entre a qual se destaca

a Convenção Sobre a Aviação Civil Internacional, assinada em Chicago em 1944, também denominada Convenção sobre a Aviação Civil Internacional e os seus 18 Anexos que regulamentam exaustivamente todas as matérias relativas à aviação civil e, ao que aqui importa, à navegação aérea, designadamente e sem preocupações exaustivas, o Anexo I relativo às licenças dos controladores de tráfego aéreo (CTA), o Anexo 2 que estabelece as regras comumente designadas como “regras do ar” e o Anexo 11 que estabelece as regras relativas aos serviços de tráfego aéreo;

- A atividade da NAV Portugal é igualmente enquadrada pelas Normas de Segurança Operacional (ESSAR) emanadas da Organização Europeia para a Segurança da Navegação Aérea (EUROCONTROL) a que Portugal aderiu, subscrevendo o Protocolo de Emenda à Convenção Internacional de Cooperação para Segurança da Navegação Aérea “EUROCONTROL”, aprovado para ratificação pelo Decreto do Governo nº 28/83, de 28 de abril e,
- Quanto a taxas devidas pela prestação de serviços de navegação aérea de rota salienta-se igualmente o Acordo Multilateral Relativo a Taxas de Rota, ratificado pelo Decreto do Governo nº 30/83, de 2 de maio, nos termos do qual os Estados Contratantes acordaram em adotar uma política comum nesta matéria, criando um sistema uniforme de estabelecimento e perceção de taxas de rota, utilizando, para esse fim, os serviços do EUROCONTROL.

### **3.3. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS**

Após análise ao universo das transações que ocorrem na NAV Portugal considera-se que se incluem nestas condições:

- As que ocorrem com o Instituto Público do Mar e da Atmosfera, I.P. (IPMA, I.P.) no respeitante à prestação de Serviços Meteorológicos para apoio à navegação aérea, nos termos do estipulado no Decreto-Lei nº 220/1997, de 20 de agosto;
- As que ocorrem com a Força Aérea (FAP) e a Marinha, no respeitante à prestação dos serviços de Busca e Salvamento Aéreo, nos termos dos respetivos Protocolos NAV/FAP e NAV/Marinha, assinados a 15 de março de 2002 e,
- As que ocorrem com o Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P. (INAC, I.P.), decorrentes do exercício das suas responsabilidades enquanto Entidade

u  
hf



Supervisora Nacional, nos termos do Protocolo NAV/INAC, assinado a 27 de novembro de 2009.

No quadro seguinte apresentam-se os valores respeitantes a esses serviços, nos exercícios de 2011 e 2012.

Unidade: euros

Serviços de apoio à Navegação Aérea	Entidade	2012	2011
Meteorológicos	IPMA	6 880 698	6 871 459
Busca e Salvamento	FA	5 382 857	5 251 568
	Marinha	1 980 227	1 941 400
Entidade Supervisora Nacional	INAC	798 940	787 121
<b>TOTAL</b>		<b>15 042 722</b>	<b>14 851 548</b>

### 3.4·INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSAÇÕES

#### 3.4.1 PROCEDIMENTOS ADOTADOS EM MATÉRIA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

No que respeita à contratação de empreitadas, locação e aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, a NAV Portugal, E.P.E. rege-se pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, tendo sido considerada como entidade adjudicante do sector especial dos transportes, por despacho do então Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Nesta conformidade, em relação à formação dos contratos de empreitadas de valor inferior ao limiar comunitário de cinco milhões de euros e à formação de contratos de locação ou aquisição de bens móveis e de prestação de serviços de valor inferior ao limiar comunitário de quatrocentos mil euros, que respeitem, direta e principalmente à atividade de navegação aérea, não se aplicam as regras da Parte II (Contratação Pública) do CCP relativas aos tipos de procedimentos previstos no Código, adotando-se, nessas situações, os procedimentos “*ad hoc*” que melhor se adequarem ao interesse público da navegação aérea e aos interesses empresariais da NAV Portugal.

Quanto à formação de contratos que não digam, direta e principalmente, respeito à atividade de navegação aérea, a NAV Portugal, enquanto entidade adjudicante do artigo 2º, nº 2 do CCP, excetuados os casos de escolha do ajuste direto em função de critérios materiais, pode adotar o procedimento de ajuste direto para a formação de

*Handwritten signature and initials*



contratos de empreitada de valor inferior a um milhão de euros e de locação ou aquisição de bens móveis e de prestação de serviços de valor inferior a duzentos mil euros.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, os limiares para a formação dos procedimentos por ajuste direto previstos no parágrafo anterior, passaram a ser, a partir de 11 de agosto de 2012, de valores inferiores a cento e cinquenta mil euros, no caso das empreitadas e de setenta e cinco mil euros, no caso de locação de bens móveis e de prestação de serviços.

A NAV Portugal, no seu Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, disponível no sítio da Empresa na internet [www.nav.pt](http://www.nav.pt), prevê igualmente um conjunto de regras que visam disciplinar e homogeneizar a atuação dos diversos intervenientes nos diferentes procedimentos aquisitivos, sendo de destacar, nomeadamente, as seguintes:

- Todos os Diretores, Responsáveis de Área, Chefias de grau hierárquico inferior e trabalhadores da NAV Portugal que participem em qualquer fase dos procedimentos aquisitivos devem preencher e entregar na respetiva Direção, uma declaração de inexistência de qualquer dos impedimentos previstos no artigo 44º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), competindo ao respetivo Diretor visar essas declarações e promover e manter o respetivo arquivo atualizado e acessível a qualquer auditoria;
- As funções de assessoria jurídica na contratação pública, designadamente na elaboração de documentos a patentear nos procedimentos aquisitivos e, bem assim, na elaboração e, quando a lei o permita, na negociação de contratos devem ser exercidas, de forma centralizada e diretamente ou sob supervisão do Gabinete de Assuntos Jurídicos (GABJUR), por forma a evitar a dispersão, por outras Direções, Gabinetes ou Áreas, de intervenções jurídicas suscetíveis de tornar os referidos serviços de assessoria jurídica, contraditórios ou deficientes;
- A elaboração das peças de procedimentos aquisitivos que respeitem à formação de contratos:
  - de locação ou aquisição de bens móveis e de aquisição de serviços cujo preço contratual exceda € 10.000,00, excetuados aqueles de reduzida complexidade em que a relação contratual se extinga com o fornecimento

4  
8  
11

ou com a prestação de serviços, sem prejuízo da manutenção de obrigações acessórias que tenham sido estabelecidas inequivocamente em favor da entidade adjudicante, tais como as de sigilo ou de garantia dos bens e serviços adquiridos e,

- de contratos de empreitadas cujo preço contratual exceda € 15.000,00, deve competir a uma equipa pluridisciplinar constituída por, pelo menos, um elemento da Direção, Gabinete ou Área interessado, um elemento da Direção de Estudos Técnicos e Projetos (DETPRO) no caso de se tratar de uma empreitada, um elemento da Direção Administrativa e Financeira (DAFIN) e um elemento do Gabinete de Assuntos Jurídicos (GABJUR), salvo em casos devidamente justificados que devem ser obrigatoriamente fundamentados, de forma concreta e completa, pelo Diretor ou Responsável de Área da Direção, Gabinete ou Área interessado na aquisição;
- Na definição das entidades a convidar nos procedimentos por ajuste direto, quer respeitem direta ou principalmente ou não à atividade de navegação aérea, além da Direção, Gabinete ou Área proponentes dos procedimentos aquisitivos, a DAFIN/COAPG poderá indicar outras entidades, consoante o conhecimento do mercado que possua, nomeadamente através da plataforma de contratação pública em utilização na Empresa, criando um sistema de rotação de entidades convidadas, em especial quando se trate da aquisição de bens de consumo corrente, designadamente de economato e,
- Sempre que no ajuste direto seja convidada apenas uma entidade, o Diretor da unidade ou subunidade orgânica proponente deverá, sem qualquer exceção, fundamentar tecnicamente, de forma inequívoca, concreta e completa, essa decisão.

### 3.4.2 UNIVERSO DE TRANSAÇÕES QUE NÃO OCORRERAM EM CONDIÇÕES DE MERCADO

Fornecedor	Designação do material	Valor c/ IVA
3W	Renovação da subscrição Websense.	24.298,10
ADACEL	Funcionalidades de comunicações a introduzir no sistema SATL.	118.157,00
ALDINI	Drive cleaning disc para gravador Audiosoft; Bateria transceptor; Modem; Reparação de emissor Jotron; Bateria Jotron; Audiobuffer p/ gravador Audiosoft; Site controller p/ VHF.	12.048,83
ANTONIO MANUEL CARMO VIEGAS GANHÃO	Trabalhos manutenção edifício 121; Reparação e colocação de isolamento na varanda do 1º piso; Prestação de serviços de pintura.	5.006,10

*Handwritten signature and initials*

Fornecedor	Designação do material	Valor c/ IVA
APCER	Prestação de serviços de auditoria externa de acompanhamento ao sistema de gestão da qualidade; Aquisição de bandeiras	6.439,05
ASAP	Software PHX.	40.000,00
CLICKDOC	Aplicação para gestão de arquivo.	12.054,00
COROBOR	Atualização de software para receção WIFS.	35.930,00
DELOITTE	Prestação serviços auditoria interna SGQA-NAV; Serviços de auditoria externa às contas da NAV Portugal; Prestação de serviços de consultoria; Certificado de auditoria.	136.955,58
DOT TECHNOLOGIE	Material economato.	6.400,00
ECV	Alternador auxiliar para grupo gerador; Fornecimento e instalação de banco de baterias.	9.362,49
EUROFARDAS	Fardamento.	6.006,13
FITONOVO	Serviço de jardinagem e manutenção de plantas.	73.338,11
FORMABASE	Modelo com novas funcionalidades para plataforma de gestão de dados de segurança operacional.	9.594,00
FREQUENTIS	Material Frequentis; MFC-ANALYSER	72.735,30
G.T. INFORMATICA	Upgrade da Catm de Sta Maria – Material informático	19.680,00
GDF SUEZ	Bobines; Automação da utan do auditório edif. 7; Revisão anual do chiller no edif. 7; revisão anual e substituição dos isolamentos interiores do chiller no edifício 121; Material para A.C.	11.034,70
GLINTT	Upgrade check point FW-1; UP GRADE CHECK POINT FW-1; Upgrade de largura de banda	11.311,52
GUIALMI	Mobiliário de escritório	11.555,07
HAWORTH	Mobiliário de escritório	7.426,10
IER	Strip printer IER	35.624,99
INTERESCRITORIO	Cadeiras Ergonómicas	15.173,55
ITEX	Fornecimento e montagem de divisória amovível; Fornecimento e colocação de revestimento de pavimento; Remodelação da área afeta ao Gabjur.	13.074,90
JOÃO CRISTOVÃO CHINA	Óleos.	6.352,55
KAISER+KRAFT	Estojo de primeiros socorros; Pés para biombo; Armário; Porta-paletes; cinzeiros pretos; Estantes encaixáveis; Mesa elevatória; Armários; Biombo; Cubas; Destruidoras de papel; Arcos de proteção flexíveis.	9.927,28
LOCARENT	Aluguer operacional de viaturas-proposta de prolongamento contratual de viaturas – DOPLIS; Aluguer operacional de viaturas -proposta de prolongamento contratual de viaturas - C.A.	11.783,28
LUSOREDE	Solts de memória e instalação; Chicotes; Fornecimento e instalação de cablagem no Gabjur; Reparação switch; Substituição de bastidores murais Edif. 121; Reformulação rede sala de servidores (121 e 118) e fotocopiadoras.	12.203,31
MERCER	Prestação serviços consultoria do Fundo de Pensões.	16.912,50
MICROSOFT IRELAND OPERATIONS	Licenciamento Microsoft; Licenciamento adicional Microsoft.	69.285,90
MULTIRENT	Aluguer operacional de viaturas- proposta de prolongamento contratual de viaturas-DOPATL	68.662,21
NESTLE	Cafés	15.632,86
NET DIS	Bastidor de 19"; Fornecimento e montagem de vídeo projetor; Fornecimento e instalação de cablagem.	14.666,28

4  
9/11



Fornecedor	Designação do material	Valor c/ IVA
NORTHROP GRUMMAN	Equipamento VHF p/ expansão da estação Montejuento.	17.359,28
OMNICEL	Candelabro duplo europhane F22.	8.066,77
ONEDIRECT	Telefones.	8.521,74
PROSEGUR	Rolo de película de impressão; Extensão de licença para aplicação de controlo de acessos; Material segurança; Detetor de fumos ótico; Material de vigilância; Fornecimento e montagem de sistema de deteção de intrusão composto por 3 câmaras; Sistema de vigilância.	12.862,34
PT PRIME	Conversão comunicações fixo-móvel e vias de serviço.	5.593,81
RCL	Reparação de placa gráfica barco; Conjuntos de black light para monitor ISIS 2K da barco; Reparação display barco.	45.961,41
RECHEIO	Águas; Chás; Copos; Adoçante; Açúcar.	14.696,16
RIOTEC	Alteração traçado cabo alimentação meteo 21; Fornecimento e montagem de calha técnica de pavimento em alumínio; Fornecimento e instalação de sensores de movimento wc Edif. 121; Remodelação dos quadros elétricos de rede Edif. 121	39.026,67
RIS2048	Renovação GFI; Renovação GFI MAILESENTIALS	9.153,66
ROHDE & SCHWARZ	Reparação do gerador de sinais MARCONI; Atenuador; Waveguide; Antena de HF	10.762,50
SAAB SENSIS	Expansão do sistema de multilateration do Aeroporto de Lisboa.	699.648,00
SECURITAS	Reparação do sistema de intrusão do Edifício 7.	5.279,28
SEGMA	Substituição do isolamento da tubagem de água refrigerada do sistema de climatização do hall e da cafeteria do CCO	28.975,59
SEGMA	Certificação do depósito de combustível da Torre e Edifício Técnico em Ponta Delgada	16.206,62
SEGMA	Fornecimento e instalação de Ventiladores convetores no CCO	28.909,53
SELEX	Reparação de carta EDR; Reparação de material do radar secundário; Reparação de RF SWITCH SELEX; Membranas para o pressurizador do PSR; Reparação de COS SELEX; Reparação módulos radar; Encoder; Reparação de LOG IF SELEX; Reparação de módulo Selex; Reparação de 2KWPTX	227.690,00
SITA	Aquisição de duas estações VGS para a Madeira e Lisboa.	172.340,33
SORRAC	Sistema de antenas de receção HF para estação aeronáutica de Santa Maria.	8.660,68
STLV	Reparação de monitores Sony (VDU)	9.029,41
STTEI	Upgrade AUTOCAD LP 2010	15.375,00
TECNOTERRA	Desmatização de áreas NAV na área do ALS	10.947,00
TELESCAN	Reparação POWER SUPPLY; Antenas NM3524; Reparação de material THALES	88.093,92
TERMA	Upgrade ao sistema ATIS/VOLMET do ALS e aos sistemas ATIS.	299.900,00
THALES AIR SYSTEMS GMBH	Aquisição da estação ADS cedida por empréstimo.	16.000,00
THALES ITALIA SPA-AIR TRAFFIC MANAG	Antena.	6.000,00
THALES PORTUGAL SA	Upgrade p/ sistema AFTN/CIDIN; Spare para central AFTN THALES	496.182,00
VORTAL	Serviços de Gestão da Plataforma eletrónica VORTAL.	44.833,50
VORTICE	Reparação de Direção de vento THIES CLIMA; Monitores VAISALA; Anemómetro.	9.830,04

6  
117



### 3.4.3 LISTA DE FORNECEDORES QUE REPRESENTEM MAIS DE 5% DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (NO CASO DE ESTA PERCENTAGEM ULTRAPASSAR 1 M€)

A tabela seguinte contém os fornecedores de serviços que, no universo dos fornecedores da NAV Portugal, representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos e que, individualmente, ultrapassam 1 M€.

Unidade: euros

Empresa	
Imperio Bonança/Fidelidade	3.312.577
Portugal Telecom	1.675.774

### 3.5 IDENTIFICAÇÃO DO MODELO DE GOVERNO E IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

#### 3.5.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

São órgãos da Empresa o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

#### Mandato I

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
<b>Conselho de Administração</b>			
<b>Presidente</b>	Luís Filipe Ottolini Coimbra	Resolução nº 6/2012, de 26.01 (DR. II Série nº 29, de 9.02)	2012-2014
<b>Vogal (1)</b>	Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo		2012-2014
<b>Vogal (2)</b>	Carlos Manuel de Abreu <sup>1</sup>		2012-2014
<b>Vogal (2)</b>	Teresa Maria da Silva Gomes	Resolução nº 29/2012, de 18.07 (DR. II Série nº 1499, de 02.08)	2012-2014
<b>Conselho Fiscal <sup>2</sup></b>			
<b>Presidente</b>	António Demétrio Gervásio Lérias	Despacho Conjunto nº 9213/2008, de 13.03	2008-2010
<b>Vogal (1)</b>	Paulo Guilherme Fernandes Lajoso		2008-2010
<b>Vogal (2)</b>	Batista da Costa & Associados, SROC, representada por Gabriel Correia Alves	Desp. n.º 6574/2009, de 28.04	2008-2010

<sup>1</sup> Falecido a 30 de abril de 2012

<sup>2</sup> Mantém-se em funções

u  
g hf

## Mandato II

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
<b>Conselho de Administração<sup>2</sup></b>			
<b>Presidente</b>	Augusto José Pereira Luís		2007-2009
<b>Vogal (1)</b>	Alexandre Ulrich Kühn de Oliveira	Resolução nº 46/2007, de 5.11	2007-2009
<b>Vogal (2)</b>	Carlos Alberto Cardoso Rodrigues Beja		2007-2009
<b>Vogal (3)</b>	António José Santiago de Freitas		2007-2009
<b>Vogal (4)</b>	José Carlos Costa Infante de la Cerda		2007-2009
<b>Conselho Fiscal</b>			
<b>Presidente</b>	António Demétrio Gervásio Lérias	Despacho Conjunto nº 9213/2008, de 13.03	2008-2010
<b>Vogal (1)</b>	Paulo Guilherme Fernandes Lajoso		2008-2010
<b>Vogal (2)</b>	Batista da Costa & Associados, SROC, representada por Gabriel Correia Alves <sup>3</sup>	Desp. n.º 6574/2009, de 28.04	2008-2010

<sup>2</sup> Renunciaram aos respetivos mandatos: O Presidente do Conselho de Administração e o Vogal (1) a partir de 1 de Dezembro de 2010; o Vogal (4) a partir de 1 de Fevereiro de 2011; e, o vogal (2) a partir de 1 de Agosto de 2011

<sup>3</sup> Com efeitos a 13 de Março de 2008, através do Despacho nº 6574/2009, de 28 de Abril, dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e Finanças e Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, a Baptista da Costa & Associados, SROC, SA, passou a ser representada pelo Dr. Gabriel Correia Alves, em substituição do sócio Dr. Carlos Alberto Baptista da Costa.

## Conselho de Administração

1 — O Conselho de Administração é composto por um Presidente e dois vogais nomeados e exonerados nos termos do Estatuto do Gestor Público, com a nova redação dada ao artigo 13º do Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de Março pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, sendo a duração do mandato definida nos termos do seu artigo nº 15, cuja redação não foi alterada.

2 — Nas suas faltas ou impedimentos, o Presidente do Conselho de Administração é substituído pelo vogal designado pelo Conselho na sua primeira reunião após a nomeação, ou, no caso de impedimento do vogal substituto, pelo vogal mais antigo ou, em caso de igual antiguidade, pelo vogal mais velho.

3 — O mandato dos membros do Conselho de Administração tem a duração de três anos, renovável consecutivamente, nos termos e com os limites das disposições legais referidas no nº 1 antecedente, contando-se como completo o ano civil em que tenham sido nomeados e permanecendo aqueles no exercício das suas funções até efetiva substituição, ou declaração escrita, de cessação das mesmas.

## Deliberações do Conselho de Administração

Nos termos dos Estatutos da Empresa, o Conselho de Administração reúne ordinariamente pelo menos quinzenalmente e extraordinariamente sempre que o seu Presidente o convocar por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer dos seus

*Handwritten signature and initials*

membros. A validade das deliberações depende da presença nas reuniões da maioria dos membros do Conselho, devendo ser lavradas atas de todas as reuniões, em livro próprio, assinadas por todos os membros do Conselho presentes.

Descrevem-se, em seguida, as principais deliberações tomadas pelo Conselho de Administração ao longo de 2012:

---

#### **Planeamento e Controlo**

---

- Aprovação do Programa Anual de Auditorias para 2012
- Delegação e subdelegações de poderes em matéria de autorização de despesas e formação e execução de contratos públicos
- Programa de Gestão Ambiental-Ratificação
- Estimativa preliminar 2013 para taxas unitárias de navegação aérea, de rota e de terminal
- Plano de Negócios para o período compreendido entre 2011 e 2015
- Aprovação dos Planos de Atividades e Investimentos para 2013
- Aprovação do Orçamento 2013 consolidado, da Estimativa Definitiva 2013 das Bases de Custo e Taxas Unitárias de navegação Aérea de Rota e Terminal e do documento Instrumentos Previsionais de Gestão para 2013

---

#### **Gestão de Recursos Humanos**

---

- Plano Previsional de Recursos Humanos da NAV Portugal para o período compreendido entre 2012 e 2016
- Plano Consolidado da formação interna e externa
- Alteração aos contratos constitutivos dos Fundos de Pensões
- Formação para exterior- ENASA

---

#### **Realização do Plano de Investimentos**

---

- Aprovação do Sistema de Multilateração para a TMA de Lisboa e para o Grupo Central dos Açores
- Aprovação do fornecimento e instalação de um sistema de feixes hertzianos para as estações do OACC em Santa Maria
- Aprovação da remodelação da torre e dos serviços técnicos do aeroporto da Horta

---

#### **Protocolos/Acordos**

---

- Participação da NAV Portugal em projeto promovido pela SJU



- Acordo de cooperação entre a NAV Portugal e a ENANA, E.P.
- Acordo de cooperação entre a NAV Portugal e a Tecangol
- Protocolo entre NAV Portugal e EMGFA

---

## **Patrocínios**

---

- Colónia de férias 2012
- Pedido de patrocínio da FAP-Museu do Ar na Base Aérea de Sintra

## **Conselho Fiscal**

1 — A fiscalização da NAV Portugal compete a um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos, um dos quais preside, e um suplente, devendo um dos membros efetivos e o suplente ser revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

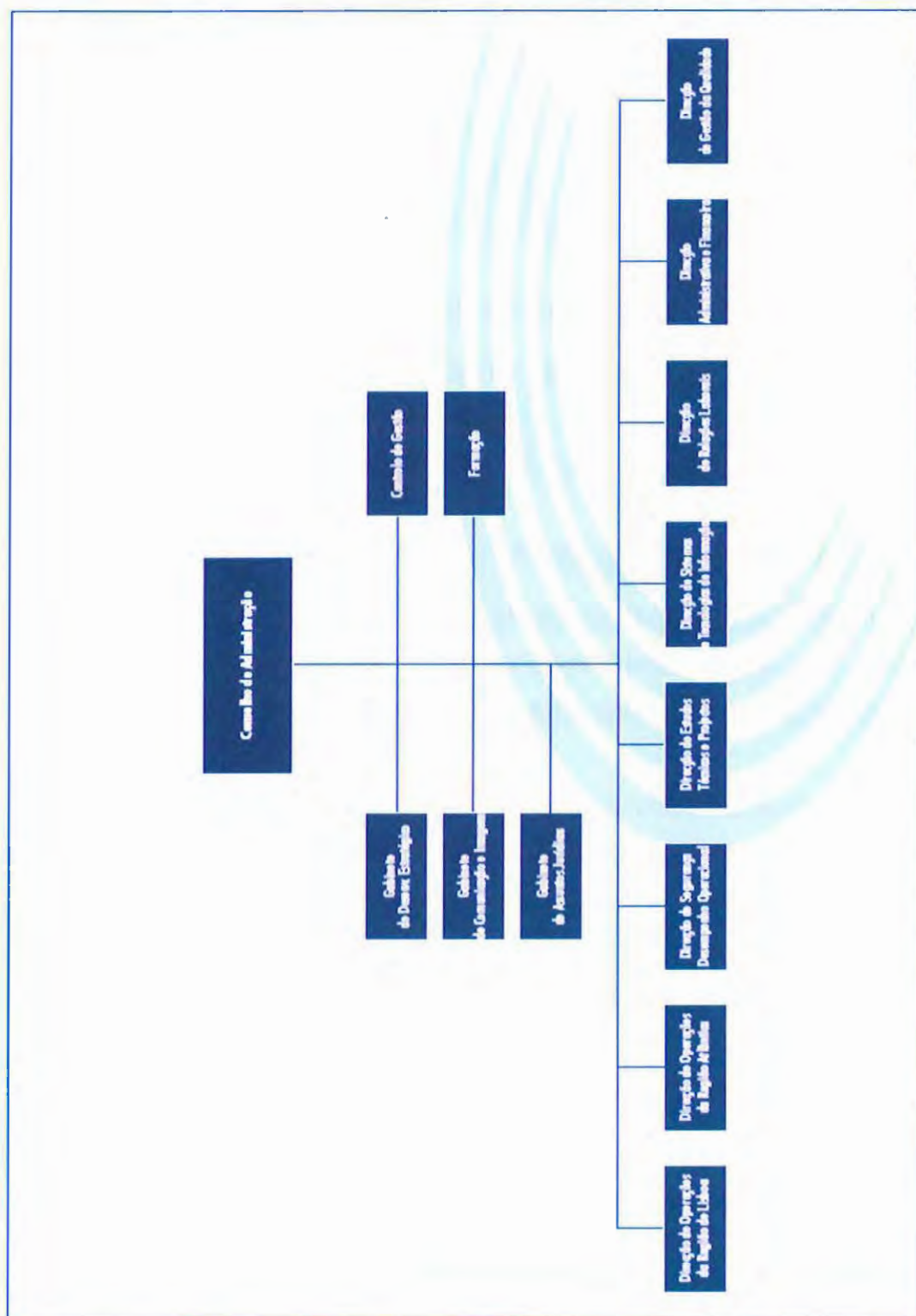
2 — Os membros do Conselho Fiscal são designados por um período de três anos por despacho conjunto do Ministro das Finanças e do Ministro da Tutela do sector dos Transportes, contando-se como completo o ano civil em que tiverem sido designados.

## **Competência e funcionamento do Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal reúne com periodicidade mínima trimestral, cabendo ao seu Presidente a convocação das reuniões por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer dos seus membros, devendo delas ser lavradas atas de todas as reuniões, no livro respetivo ou nas folhas soltas, nos termos legais, assinadas por todos os membros que naquelas tenham participado.

Está atribuído ao Conselho Fiscal o exercício de todos os direitos e o cumprimento de todos os deveres previstos na lei comercial e, em especial, fiscalizar a gestão e o cumprimento das normas reguladoras da atividade da Empresa, emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da Empresa e dar conhecimento aos órgãos competentes das irregularidades que apurar na gestão da Empresa.

### 3.5.2 – ESTRUTURA FUNCIONAL



u  
grip

A Missão atribuída a cada órgão da estrutura da Empresa foi objeto de deliberação do Conselho de Administração e sintetiza-se nos termos seguintes:

### **DOPLIS – Direção de Operações da Região de Lisboa**

Assegurar, de acordo com as normas e regulamentos nacionais e internacionais e nas melhores condições de segurança (*safety & security*) e eficiência, a prestação dos serviços de navegação aérea na Região de Informação de Voo (RIV) de Lisboa.

### **DOPATL – Direção de Operações da Região Atlântica**

Assegurar, de acordo com as normas e regulamentos nacionais e internacionais e nas melhores condições de segurança (*safety & security*) e eficiência, a prestação dos serviços de navegação aérea na Região de Informação de Voo (RIV) de Santa Maria.

### **DSEGOP – Direção de Segurança e Desempenho Operacional**

Velar, com base nas normas nacionais e internacionais em vigor, pela definição da política de segurança (*Safety*) da Empresa, assegurar a sua aplicação e fornecer informação regular ao Conselho de Administração sobre a situação da Empresa nesta área.

Definir procedimentos e rotinas operacionais e de manutenção, assegurando a sua harmonização e consistência na Empresa.

Elaborar indicadores que permitam uma correta análise e avaliação do desempenho operacional da Empresa.

Desenvolver e coordenar a formação operacional ATM na Empresa.

### **DETPRO – Direção de Estudos Técnicos e Projetos**

Realizar, promover e coordenar estudos e projetos técnicos e participar em desenvolvimentos tecnológicos e projetos de sistemas de apoio à gestão do tráfego aéreo, nos domínios das Comunicações, Navegação e Vigilância (CNS).

Gerir os projetos referentes a investimentos estratégicos e desenvolvimentos operacionais, assegurando a entrega do produto final ao utilizador, em cumprimento dos requisitos de qualidade, prazo e custo definidos.

Apoiar as Direções da Empresa nos projetos e na fiscalização de infraestruturas.





### **DSTI – Direção de Sistemas e Tecnologias de Informação**

Realizar estudos técnicos e acompanhar o funcionamento dos sistemas de apoio à gestão do tráfego aéreo, em observância às normas nacionais e internacionais aplicáveis ao sector.

Preparar planos de desenvolvimento, assegurando a inscrição dos projetos desta área nos Planos de Investimentos e de Atividades.

Desenvolver os projetos referentes aos investimentos estratégicos e de desenvolvimento operacional na área ATM, assegurando a entrega do produto final ao utilizador, em cumprimento com os requisitos de qualidade, prazo e custo definidos.

Assegurar a representação da Empresa em organismos nacionais e internacionais nas matérias de âmbito técnico no domínio ATM.

### **DREL – Direção de Relações Laborais**

Realizar uma eficiente gestão dos recursos humanos, no curto, médio e longo prazos, de modo a garantir a disponibilidade dos meios necessários, quer em termos quantitativos quer em termos qualitativos (capacidades e competências), para a prossecução das atividades da Empresa.

Acompanhar o clima organizacional e identificar fatores motivacionais e propor medidas para o desenvolvimento profissional e melhoria do desempenho dos trabalhadores.

### **DAFIN – Direção Administrativa e Financeira**

Propor e assegurar a execução das medidas de política económico-financeira da Empresa.

Efetuar o planeamento financeiro e orçamental da Empresa.

Gerir os sistemas de taxas de rota e de terminal, os sistemas e tecnologias de informação e de documentação e a carteira de seguros da Empresa.

Contribuir para a definição da política de investimentos da Empresa e seu financiamento.

Definir as diretivas relativas aos Sistemas de Informação Administrativos.

Assegurar, no âmbito da Gestão de Contratos, uma política de compras comum a toda a Empresa.

u  
g t f

## **DGQUA – Direção de Gestão da Qualidade**

Assegurar as atividades de auditoria operacional e de auditoria interna e de dinamização de Gestão da Qualidade na Empresa, nomeadamente, no que se refere à criação, desenvolvimento, monitorização e melhoria dos sistemas a ela associados.

Desenvolver as atividades necessárias para, em colaboração com todas as áreas da Empresa, integrar nesses sistemas a Gestão Ambiental e a Gestão da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.

## **FORMA – Formação**

Propor políticas de formação e assegurar a realização dos planos de formação, em articulação com as várias áreas da Empresa.

Promover, em articulação com as várias áreas da Empresa, a definição dos conteúdos programáticos de formação que satisfazem as necessidades identificadas e a atualização contínua dos cursos a ministrar.

Colaborar na promoção de ações de formação para o exterior.

## **GABDES – Gabinete de Desenvolvimento Estratégico**

Acompanhar as tendências do sector, trabalhando com as várias áreas na definição da estratégia e das linhas orientadoras para a Empresa.

Coordenar as relações da Empresa com “*stakeholders*”, assegurando a definição de posições da Empresa em diversas matérias, junto de organismos nacionais e internacionais.

Acompanhar os desenvolvimentos estratégicos da tecnologia do sector através do relacionamento com as entidades nacionais/internacionais relevantes, assegurando a definição de posições e pontos de vista da Empresa nesta matéria.

## **GABJUR – Gabinete de Assuntos Jurídicos**

Prestar assessoria jurídica aos diversos órgãos da Empresa e ao Conselho de Administração, tratando das questões legais inerentes ao desempenho da atividade.

Assegurar o patrocínio judicial da Empresa perante as várias instâncias judiciais.

### **GABCIM – Gabinete de Comunicação e Imagem**

Apoiar o Conselho de Administração na criação e difusão de uma boa imagem institucional da Empresa a nível nacional e internacional.

Criar e consolidar progressivamente uma nova cultura de Empresa.

### **COGEST – Controlo de Gestão**

Propor e manter um modelo de controlo de gestão que permita dinamizar o processo de *Controlling* e de *Reporting* da Empresa.

Contribuir para a política de planeamento estratégico da NAV Portugal, organizando e controlando, de forma integrada, a execução dos planos, operacional e de investimentos estratégico de médio e longo prazo.

#### **3.5.3 COMISSÕES ESPECIFICAS**

O contrato de gestão dos Fundos de Pensões e o normativo legal e regulamentar obrigam à existência de uma Comissão de Acompanhamento por cada fundo, com a seguinte composição:

- Fundo NAV Complementos (NAV Portugal e Futuro) e,
- Fundo NAV / SINCTA Complementos (NAV Portugal, SINCTA e Futuro).

As referidas Comissões não se encontram formalmente constituídas, existindo contudo uma Comissão de Acompanhamento de Fundos de Pensões da Empresa, criada por deliberação do Conselho de Administração, para acompanhar a monitorização dos fundos de pensões e os estudos sobre a sustentabilidade desses fundos.

Pela Ordem de Serviço do Conselho de Administração, de 26 de março de 2009, foi criada a Comissão de Ética composta por personalidades de elevado mérito ético, moral e profissional com ligação presente ou passada à Empresa e colaboradores desta, salvaguardando o princípio do equilíbrio de género, representação geográfica e institucional. Esta Comissão é responsável pela resolução das questões suscitadas pela não observância das normas éticas de conduta contidas no Código de Ética.





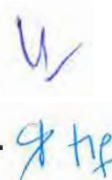
#### **3.5.4 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS**

A proposta de aplicação de resultados é elaborada pelo Conselho de Administração, de acordo com o disposto no Artigo 22º dos Estatutos da Empresa, que estabelece a obrigatoriedade da constituição de uma Reserva Geral, de uma Reserva para Investimentos e de um Fundo para Fins Sociais, bem como com o disposto no Artigo 26º do Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 300/2007, de 23 de agosto, quanto à remuneração do Capital Estatutário.

A proposta de aplicação de resultados é aprovada pela tutela económica e financeira da NAV Portugal, exercida conjuntamente pelo Ministro das Finanças e pelo Ministro da Tutela do sector dos Transportes.

#### **3.5.5 AUDITORES EXTERNOS**

Deloitte & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (nº 43) representada por Teresa Alexandra Martins Tavares.



## 3.6 REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

### 3.6.1 – MODELO DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E DO CONSELHO FISCAL

#### Estatuto remuneratório fixado

##### Conselho de Administração

Remunerações 2012	Valor	Nº de vezes por ano
-------------------	-------	---------------------

##### Presidente do Conselho de Administração

Luis Filipe Otollini Coimbra <sup>(1) (2)</sup>

Remuneração base.....	5.722,75	14
Despesas de representação.....	2.289,10	12

##### Vogais do Conselho de Administração

Luis Filipe Montes Palma de Figueiredo <sup>(1) (2)</sup>

Remuneração base.....	4.578,20	14
Despesas de representação.....	1.831,28	12

Teresa Maria da Silva Gomes <sup>(1) (2)</sup>

Remuneração base.....	4.578,20	14
Despesas de representação.....	1.831,28	12

<sup>(1)</sup> Nos termos do Artº 12º da Lei nº12-A/2010, de 30 de Junho de 2010, a remuneração fixa mensal ilíquida foi reduzida a título excecional em 5% com efeitos a partir de Junho de 2010

<sup>(2)</sup> Nos termos do Artº19º da Lei 55-A/2010, a remuneração fixa mensal ilíquida foi reduzida em 10%

##### Conselho Fiscal

Remunerações 2012	Valor	Nº de vezes por ano
-------------------	-------	---------------------

##### Presidente do Conselho Fiscal

António Demétrio Gervásio Lérias <sup>(3) (4)</sup>

Remuneração base.....	1.144,55	14
-----------------------	----------	----

##### Vogais do Conselho Fiscal

Paulo Guilherme Fernando Lajoso <sup>(3) (4)</sup>

Remuneração base.....	858,41	14
-----------------------	--------	----

Batista da Costa & Associados, SROC <sup>(4)</sup>

Remuneração base.....	1.479,17	12
-----------------------	----------	----

<sup>(3)</sup> Nos termos do Artº 12º da Lei nº12-A/2010, de 30 de Junho de 2010, a remuneração fixa mensal ilíquida foi reduzida a título excecional em 5% com efeitos a partir de Junho de 2010

<sup>(4)</sup> Nos termos do Artº19º da Lei 55-A/2010, a remuneração fixa mensal ilíquida foi reduzida em 10%

## Remunerações e outras regalias (valores anuais)

### Conselho de Administração

Unid: €

Remunerações 2012	Presidente Luís Colmbra	Vogal (1) Luís Figueiredo	Vogal (2) Carlos Abreu	Vogal (2) Teresa Gomes
<b>Mandato</b>	I	I	I	I
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim	Sim
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	75.062	60.049	0	29.775
OPRLO	Não	Não	Não	Não
<b>Entidade de Origem (Identificar)</b>				
<b>Entidade pagadora (origem/Destino)</b>				
1.1. Remuneração Anual	75.540	60.432	0	29.453
1.2. Despesas de Representação (Anual)	25.638	20.510	0	9.950
1.3. Senha de presença (Valor Anual)	0	0	0	0
1.4. Redução decorrente da Lei 12-A/2010	5.059	4.047	0	1.741
1.5. Redução decorrente da Lei 64-B/2011	9.612	7.690	0	3.308
1.6. Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	11.446	9.156	0	4.578
1.7. Reduções de anos anteriores	0	0	0	0
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2.+1.3.-1.4.-1.5.-1.6.-1.7)	75.062	60.049	0	29.775
2. Remuneração variável	0	0	0	0
3. Isenção de Horário de Trabalho (IHT)	0	0	0	0
4. Outras (Identificar)	0	0	0	0
Subsídio de deslocação	0	0	0	0
Subsídio de refeição	0	0	0	0
<b>Encargos com benefícios sociais</b>				
Regime de Proteção Social (ADSE/Seg. Social/Outros)	11.512	13.838	0	5.583
Seguros de saúde	522	522	0	261
Seguros de vida	0	0	0	0
Seguro de Acidentes Pessoais	86	69	19	44
Outros (Indicar)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<b>Acumulação de Funções de Gestão (S/N)</b>	Não	Não	Não	Não
Entidade (Identificar)	-	-	-	-
Remuneração Anual	-	-	-	-
<b>Parque Automóvel</b>	<b>Presidente Luís Colmbra</b>	<b>Vogal (1) Luís Figueiredo</b>	<b>Vogal (2) Carlos Abreu</b>	<b>Vogal (2) Teresa Gomes</b>
<b>Mandato</b>	I	I	I	I
Modalidade de Utilização	Renting	Renting	Aquisição	Renting
Valor de referência da viatura nova	47.300	46.900	60.749	46.900
Ano Início	19-Dez-12	5-Nov-12	-	5-Nov-12
Ano Termo	19-Dez-16	5-Nov-16	-	5-Nov-16
N.º prestações (se aplicável)	48	48	-	48
Valor Residual	-	-	-	-
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	13.405	1.729	-	3.857
Combustível gasto com a viatura	2.048	1.069	709	939
Plafond anual Combustível atribuído	5.872	4.697	4.697	4.697
Outros (Portagens / Reparações / Seguro)	684	778	153	77
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim	Sim

Nota1: O Vogal 2 - Carlos Abreu não auferiu remunerações como Membro do CA, devido a já se encontrar reformado.

Nota2: O Vogal 1 - Luís Figueiredo usufruiu de viatura de serviço, de propriedade da Empresa, até 4 de novembro de 2012.

Outras regalias e compensações	Presidente Luís Colmbra	Vogal (1) Luís Figueiredo	Vogal (2) Carlos Abreu	Vogal (2) Teresa Gomes
<b>Mandato</b>	I	I	I	I
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis	130	90	90	90
Gastos anuais com comunicações móveis	850	151	13	112
Outras (Indicar)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim	Sim

 4  
 8712



Gastos c/ deslocações*	Presidente Luís Colmbra	Vogal (1) Luís Figueiredo	Vogal (2) Carlos Abreu	Vogal (2) Teresa Gomes
<b>Mandato</b>	I	I	I	I
Custo total anual c/ viagens	19.135	6.583	630	496
Custos anuais com Alojamento	6.169	988	885	444
Ajudas de custo	4.273	1.032	644	334
Outras (indicar)	322	0	0	0

\* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

Unid: €

Remunerações 2012	Presidente Pereira Luis	Vogal (1) Kuhl Oliveira	Vogal (2) Carlos Beja	Vogal (3) Santiago Freitas II	Vogal (4) Jose la Cerdá
<b>Mandato</b>					
Adaptado ao EGP (Sim/Não)				Sim	
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)				18.622	
OPRLO				Não	
Entidade de Origem (identificar)					
Entidade pagadora (origem/destino)					
1.1. Remuneração Anual				8.550	
1.2. Despesas de Representação (Anual)				0	
1.3. Senha de presença (Valor Anual)				0	
1.4. Redução decorrente da Lei 12-A/2010				428	
1.5. Redução decorrente da Lei 64-B/2011				812	
1.6. Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal					
1.7. Reduções de anos anteriores					
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)				7.310	
2. Remuneração variável				0	
3. Isenção de Horário de Trabalho (HT)				0	
4. Outras (identificar)					
Férias não gozadas				11.312	
Subsídio de refeição				0	
Encargos com benefícios sociais					
Regime de Proteção Social (ADSE/Seg. Social/Outros)				1.334	
Seguros de saúde				87	
Seguros de vida				0	
Seguro de Acidentes Pessoais				6	
Outros (indicar)				n.a.	
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)				Não	
Entidade (identificar)					
Remuneração Anual					

Parque Automóvel	Presidente Pereira Luis	Vogal (1) Kuhl Oliveira	Vogal (2) Carlos Beja	Vogal (3) Santiago Freitas II	Vogal (4) Jose la Cerdá
<b>Mandato</b>					
Modalidade de Utilização				Renting	
Valor de referência da viatura nova				59.317	
Ano início				26-Jun-08	
Ano termo				26-Jun-12	
N.º prestações (se aplicável)				48	
Valor Residual				27.150	
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço				1.379	
Combustível gasto com a viatura				622	
Plafond anual Combustível atribuído				4.697	
Outros (Portagens / Reparações / Seguro)				1.708	
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)				Sim	

Outras regalias e compensações	Presidente Pereira Luis	Vogal (1) Kuhl Oliveira	Vogal (2) Carlos Beja	Vogal (3) Santiago Freitas II	Vogal (4) Jose la Cerdá
<b>Mandato</b>					
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis				167	
Gastos anuais com comunicações móveis				126	
Outras (indicar)				n.a.	
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)				Sim	

Gastos c/ deslocações*	Presidente Pereira Luis	Vogal (1) Kuhl Oliveira	Vogal (2) Carlos Beja	Vogal (3) Santiago Freitas II	Vogal (4) Jose la Cerdá
<b>Mandato</b>					
Custo total anual c/ viagens				0	
Custos anuais com Alojamento				0	
Ajudas de custo				0	
Outras (indicar)				0	

\* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

u  
g  
tp

Unid: €

Remunerações 2011	Presidente Pereira Luís	Vogal (1) Kuhl Oliveira	Vogal (2) Carlos Beja	Vogal (3) Santiago Freitas	Vogal (4) Jose la Cerda
<b>1. Remuneração</b>					
1.1. Remuneração base Anual /Fixa (€)			66.038	94.500	12.310
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A/2010			3.302	4.725	616
1.3. Redução decorrente da Lei 55-A/2011			6.145	8.978	1.169
1.4. Remuneração Anual Efetiva (1.1.-1.2.-1.3)(€)			66.590	80.798	10.525
1.5. Senhas de presença(€)					
1.6. Acumulação de funções de gestão(€)					
1.7. Remuneração variável					
1.8. IHT (isenção de Horário de Trabalho)					363
1.9. Outras (identificar detalhadamente) (€)					
-Férias Não Gozadas					
<b>2. Outras regalias e compensações</b>					
2.1. Plafond Anual em comunicações móveis (€)			2.000	2.000	2.000
2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis(€)			301	595	101
2.3. Subsídios de deslocação(€)					
2.4. Subsídio de refeição(€)					161
2.5. Outras (identificar detalhadamente)(€)					
-Despesas de representação			468	219	386
<b>3. Encargos com benefícios sociais</b>					
3.1. Regime de Proteção Social(€)			8.201	14.059	953
3.2. Seguros de saúde(€)			522	522	522
3.3. Seguros de vida(€)					
3.4. Seguro de Acidentes Pessoais(€)					
3.5. Outros (identificar detalhadamente)(€)					
<b>4. Parque Automóvel</b>					
4.1. Marca			VOLVO	BMW	BMW
4.2. Modelo			S60 D5 PRESTIGE	525D EXCLUSIVE	525D
4.3. Matrícula			87-94-XA	41-58-UF	50-FZ-23
4.4. Modalidade de Utilização (Aquisição/ALD/Renting/Leasing)			Aquisição	Aquisição	Renting
4.5. Valor de referência da viatura nova (€)			60.749	60.223	59.317
4.6. Ano Início			9-Fev-04	31-Out-02	26-Jun-08
4.7. Ano Termo					28-Jun-12
4.8. N.º prestações (se aplicável)			-	-	48
4.9. Valor Residual			-	-	27.150
4.10. Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço (€)			-	-	1.379
4.11. Combustível gasto com a viatura (€)			2.876	4.575	282
4.12. Plafond anual Combustível atribuído(€)			5.400	5.400	5.400
4.13. Outros (identificar detalhadamente)(€)					
<b>5. Informações Adicionais</b>					
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem(s/n)			Não	Não	Sim
5.2. Remuneração líquida Anual pelo lugar de origem(€)					11.855
5.3. Regime de Proteção social					
5.3.1. Segurança social(s/n)			Sim	Sim	Sim
5.3.2. Outro(indicar)					
5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo(s/n)			Não	Não	Não
5.5. Outras (identificar detalhadamente)					

## Conselho Fiscal

Unid: €

Conselho Fiscal	2011		2012	
	Presidente	Vogal	Presidente	Vogal
<b>1. Remuneração</b>				
1.1. Remuneração base anual fixa(€)	21.000	15.750	13.735	10.301
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A/2010(€)	1.050	788	687	515
1.3. Redução decorrente da Lei 55-A/2010(€)	1.995	1.496	-	-
1.4. Redução decorrente da Lei 64-A/2011(€)	-	-	1.305	979
1.5. Remuneração anual efetiva (1.1.-1.2.-1.3.-1.4.)(€)	17.955	13.466	11.743	8.807

Unid: €

ROC	2011	2012
Remuneração anual fixa	19.722	19.722
Redução remuneratória*	1.972	1.972
Remuneração anual efetiva	17.750	17.750

\* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011 (Lei OE/2011), conforme aplicável (valores com IVA incluído à taxa em vigor)



### 3.6.2 OUTRAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

#### **Funções, Responsabilidades e Currícula**

##### ***Presidente – Luís Filipe Ottolini Coimbra, 68 anos***

Responsável pela coordenação e orientação geral das atividades do Conselho de Administração, competindo-lhe em especial convocar e presidir às reuniões, representar a Empresa quer no plano nacional quer no internacional, assegurar as relações da Empresa com o Governo e convocar e presidir as reuniões conjuntas do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Acumula, ainda, a responsabilidade pela Direção de Relações Laborais e pelos Gabinetes de Desenvolvimento Estratégico, de Comunicação e Imagem, de Assuntos Jurídicos e pela Área de Formação.

Licenciatura em Engenharia Aeronáutica e Mecânica e Pós-graduação em Gestão Aeroportuária.

Carreira Profissional: Presidente do Conselho de Administração da NAV Portugal EPE, desde Fevereiro de 2012; Assessor do Conselho de Administração da ANA SA (2008-2012); Membro do Conselho de Administração do INAC (2003-2007); Assessor do Conselho de Administração da ANA SA (2001); Membro do Grupo de Trabalho para o Novo Aeroporto de Lisboa (1998-2000); Diretor de Apoio à Regulamentação e Licenciamento Aeronáutico (1994-1996); Diretor-geral adjunto de Aeroportos na ANA EP (1990-1993); Diretor de Planeamento e Desenvolvimento Aeroportuário da ANA EP (1984-1989); Chefe de Serviço de Planeamento Aeroportuário na ANA EP (1978-1989). Foi ainda Membro do Conselho de Administração do projeto «Galileo» (2004 -2008) e Coordenador dos estudos sobre o Novo Aeroporto de Lisboa (1987 -1996).

##### ***Vogal – Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo, 61 anos***

Responsável pelas Direções de Sistemas e Tecnologias de Informação, de Estudos Técnicos e Projetos, de Operações da Região de Lisboa e da Região do Atlântico, e de Segurança e Desempenho Operacional. É representante da NAV Portugal nos Conselhos de Administração da NAER, SA, EDISOFT, SA e FUTURO, SA. É ainda representante da NAV Portugal na área INFONAV/OCEA.

Licenciatura em Ciências Militares, Academia da Força Aérea.



Carreira Profissional: Membro do Conselho de Administração da NAV Portugal EPE, desde Fevereiro de 2012; Vice-Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (2009); Comandante Logístico, Força Aérea Portuguesa (2008); Inspetor-Geral da Força Aérea (2007); Diretor de Pessoal, FAP (2002-2003 e 2006-2007); *Deputy Commander* no Centro de Operações Combinadas do Ar e Espaço 8 - (CA OC 8), Espanha (2003); Diretor de Instrução enquanto Major-General (2001); Subdiretor da Direção de Pessoal (2001); Comandante da Base Aérea nº 11, Beja (1999); Chefe de Gabinete de Prevenção de Acidentes na Inspeção-Geral da Força Aérea, enquanto Coronel (1995); Adjunto para a Força Aérea do Ministério da Defesa Nacional (1991); *Assistant Air Facilities*, no SACLANT, Norfolk, EUA (1988); Comandante da Esquadra 111 (1987); Comandante da Esquadra 552, Base Aérea n.º 3 (1985); Chefe de Gabinete de Prevenção de Acidentes no Comando Operacional da Força Aérea enquanto Major (1983); Adjunto para as Operações Aéreas (1983); Chefe da Repartição de Avaliação Operacional (1983); Chefe do Gabinete de Prevenção de Acidentes da Base Aérea n.º 3; Oficial de Operações, Esquadra 111 (1979); Piloto Instrutor tático em BO105 (1978).

**Vogal – Teresa Maria da Silva Gomes, 63 anos**

Responsável pelas Direções Administrativa e Financeira, e de Gestão da Qualidade e pela Área de Controlo de Gestão.

Licenciatura em Finanças.

Carreira Profissional: Membro do Conselho de Administração da NAV EPE, desde Julho 2012; Diretora Administrativa e Financeira da NAV EPE (1999-2012); Chefe do Projeto de Instalação da NAV EPE (1998-1999); Responsável pela Divisão de Taxas e Estudos Económicos da ANA EP (1995-1998); Responsável pelo Serviço de Assessoria para as Relações Exteriores da Direção de Navegação Aérea da ANA EP (1987-1995); Técnica do Serviço de Taxas de Rota da ANA EP (1980-1987); Responsável pelo Serviço de Política de Preços da ANA EP (1978-1979); Técnica na Direção-Geral de Preços e na Direção-Geral do Comércio Interno, Ministério da Economia (1974-1977); Técnica da Direção Financeira da CINORTE, Cimentos Norte (1973-1974). Em representação de Portugal, é Membro do Comité Alargado para as Taxas de Rota, no qual, durante o ano de 2002, presidiu a este órgão executivo da Organização EUROCONTROL, encarregue de supervisionar o funcionamento do

h  
thf

Sistema de Taxas de Rota e de preparar as Decisões da Comissão Alargada. Desde 1978, participa em diversos grupos de trabalho da OACI e da EUROCONTROL e assegura a representação de Portugal nas reuniões anuais de Consulta com as Organizações Representativas dos Utilizadores (IATA, ATA, IACA, ERA, EBBA e IAOPA).

### 3.7-ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

A integração dos princípios de sustentabilidade nas políticas e processos de gestão da NAV Portugal conduz a desafios crescentes no que respeita à promoção do desempenho em matéria de desenvolvimento sustentável e consequente definição de metas para o futuro. Nos parágrafos seguintes apresentam-se as principais ações desenvolvidas, em 2012, nas dimensões ambiental e social, bem como o respetivo grau de concretização das iniciativas inicialmente previstas.

A Estratégia definida pela Empresa, e concretizada no Documento Estratégia 2010+ e subsequente Plano de Negócios para 2011-2015, compreende objetivos gerais em matéria de sustentabilidade, que são operacionalizados, em cada período, através da atualização do respetivo diagnóstico de sustentabilidade (revisão das orientações de gestão, *benchmark*, enquadramento sectorial e consulta às partes interessadas), tendo por base a seguinte matriz de materialidade:

		Nível de importância para a NAV Portugal, E.P.E.		
		Baixa	Média	Alta
Nível de importância para os <i>stakeholders</i>	Alta			Tecnologia
	Média		Ambiente (impactes indiretos no sector da aviação e práticas ambientais internas) Comunicação com <i>stakeholders</i> externos	Segurança operacional Eficiência e capacidade
	Baixa		Condicionantes políticas Comunicação interna Formação aos colaboradores	Formação operacional e técnica Sustentabilidade financeira

Matriz de Materialidade

h  
g  
hf



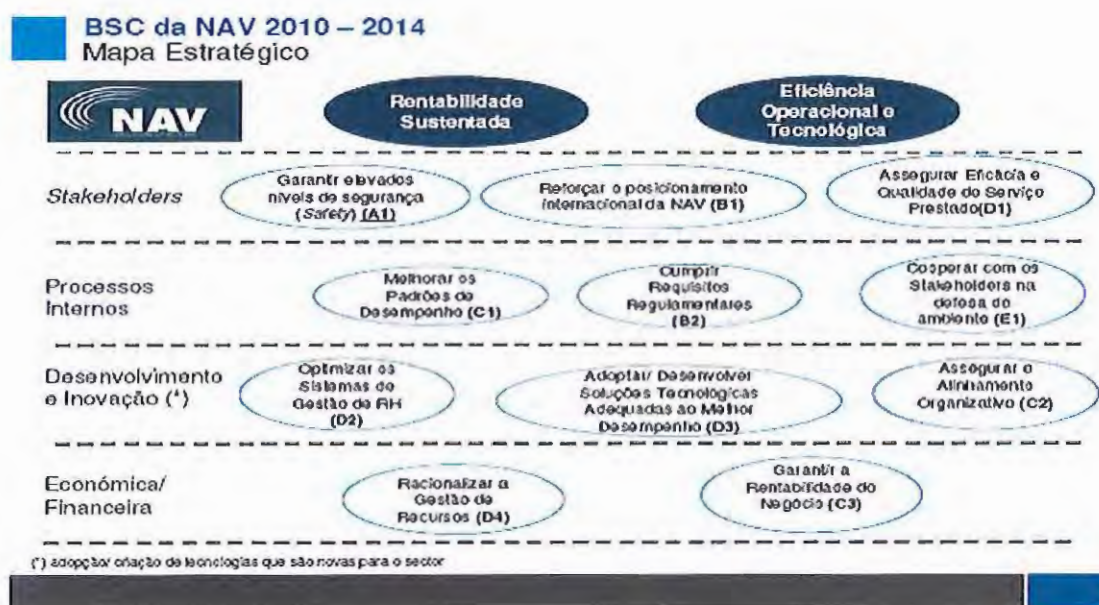
Tendo por base esta matriz, foram identificados sete vetores considerados como os mais relevantes, nomeadamente:

- *Tecnologia*: atuando num setor tecnologicamente avançado, a NAV Portugal garante a atualização permanente e o pleno funcionamento dos sistemas, de forma a assegurar o cumprimento dos requisitos de segurança (*safety* e *security*), eficiência, capacidade, qualidade e proteção ambiental. Sendo imprescindível para a fluidez de toda a operação de gestão de tráfego aéreo, o foco na permanente atualização tecnológica permanece como um desafio constante na sua atuação;
- *Segurança Operacional (Safety)*: a NAV Portugal garante a segurança operacional da sua atividade, protegendo utilizadores, clientes, comunidade, colaboradores e restantes *stakeholders*, tendo por objetivo “zero acidentes”;
- *Eficiência e Capacidade*: a Empresa assegura a gestão do tráfego aéreo, oferecendo disponibilidade (através de uma gestão flexível da capacidade) e rapidez (através da redução gradual dos tempos de espera). A flexibilidade na gestão da eficiência e da capacidade é tão mais importante quanto maior a dificuldade de previsão dos ritmos de crescimento da atividade, em resultado da volatilidade da evolução da economia mundial;
- *Sustentabilidade Financeira*: a promoção da eficiência financeira interna é uma área de aposta constante, reforçando as medidas de contenção de custos e de prudência nas decisões de investimentos, focando-se no reforço da segurança operacional e na adequação interna aos objetivos estratégicos do “Céu Único Europeu”;
- *Ambiente*: a NAV Portugal além de promover a cultura da proteção ambiental e a otimização do desempenho a nível interno, contribui para a ecoeficiência dos utilizadores do espaço aéreo português e a redução do impacte ambiental do setor;
- *Colaboradores e respetiva Formação Operacional e Técnica*: o investimento na formação dos colaboradores, o cerne da organização, e na sua formação contínua é uma condição base para o cumprimento dos objetivos da Empresa e,
- *Stakeholders*: o envolvimento com os *stakeholders* é fundamental para a concretização eficaz dos diferentes eixos estratégicos, tendo em conta, nomeadamente, o desenvolvimento de projetos a nível nacional e internacional;



como o “Céu Único Europeu” e a organização do espaço aéreo do Atlântico Norte.

Os desafios de sustentabilidade, anteriormente identificados estão alinhados com o “Documento Estratégia 2010+” definido pela NAV Portugal, sustentando as quatro áreas de atuação definidas pela Empresa no seu *Balanced Scorecard* (BSC), cada uma delas com ações definidas para o período 2010-2014.



#### Áreas de atuação definidas no *Balanced Scorecard* da NAV Portugal, E.P.E.

Tendo em conta a importância do constante envolvimento da NAV Portugal com os seus *stakeholders* a revisão periódica do mapeamento e plano de envolvimento com as partes interessadas é feita tendo por base a norma AA1000APS. Esta norma estabelece os princípios e critérios para que a Empresa identifique e avalie os seus desafios em matéria de sustentabilidade, garantindo um relato sistematizado dos aspetos ambientais e sociais da atividade junto das diferentes partes interessadas.

No que respeita ao domínio ambiental, a NAV Portugal tem procurado implementar medidas que reduzam o impacte ambiental direto e indireto da sua atividade. O Sistema Integrado da Gestão da Qualidade e Ambiente da Empresa inclui, desde 2010, a vertente de Gestão Ambiental certificada, segundo a norma NP EN ISO 14001:2004, que terá em 2013 a sua primeira renovação de certificação para o triénio 2013/2016.

4  
y hf

A obtenção desta certificação, além do cumprimento de um objetivo estratégico definido pela Empresa, contribui, de modo significativo, para o reconhecimento interno e externo das práticas ambientais desenvolvidas e implementadas pela Empresa e para o reforço do posicionamento internacional da NAV Portugal.

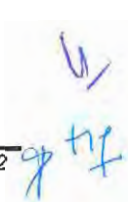
Ao nível da monitorização e mitigação do ruído ambiental proveniente da operação dos grupos geradores da NAV Portugal foram efetuadas, em 2012, medições de ruído nas estações localizadas em Ponta Delgada, São Miguel e Santa Cruz, nas Flores. Tal como em monitorizações anteriores, os resultados obtidos estão em conformidade com os respetivos critérios legais de exposição e incomodidade.

Relativamente ao consumo de energia elétrica, verificou-se uma redução global de 4,6%, comparativamente a período homólogo, redução essa que reflete a aposta crescente da Empresa na eficiência energética. Destaca-se que em 2012, a NAV Portugal obteve a certificação energética em mais três das suas instalações: Torre e Serviços Técnicos de Faro, Centro de Controlo de Tráfego Aéreo de Lisboa e Edifício Sede.

O consumo de energia está também associado ao funcionamento dos grupos geradores e à frota automóvel afeta à NAV Portugal, que registou um decréscimo de 5% relativamente ao ano anterior.

No âmbito do Programa de Gestão Voluntária de Carbono, a NAV Portugal promoveu novo exercício de cálculo da sua Pegada Carbónica em relação ao ano de 2011, com a obtenção de uma redução de 9,2% comparativamente ao período homólogo anterior. Para cálculo da pegada carbónica é seguida a metodologia standard definida pelo *Greenhouse Gas Protocol*, que permite estimar as emissões de gases com efeito de estufa decorrentes da atividade, tendo em conta três âmbitos distintos:

- Âmbito 1 – emissões diretas, com origem em fontes de emissão que são propriedade da NAV Portugal ou sobre as quais esta exerce um controlo operacional efetivo (consumo de combustíveis fósseis nos grupos geradores e frota automóvel);





- Âmbito 2 - emissões indiretas resultantes da produção de eletricidade adquirida a terceiros e consumida em instalações, equipamentos e espaços sobre os quais a NAV Portugal exerce um controlo operacional efetivo e,
- Âmbito 3 - outras emissões indiretas de GEE, onde estão incluídas as emissões que decorrem da atividade da NAV Portugal, classificadas como sendo representativas, mas cujas fontes de emissão não são detidas ou controladas pela NAV Portugal (nomeadamente emissões associadas ao tratamento de água para consumo e de águas residuais produzidas nas instalações, tratamento dos resíduos produzidos, deslocações dos colaboradores ao serviço da NAV Portugal e no percurso casa-trabalho-casa).

No âmbito deste programa destaca-se que em 2011:

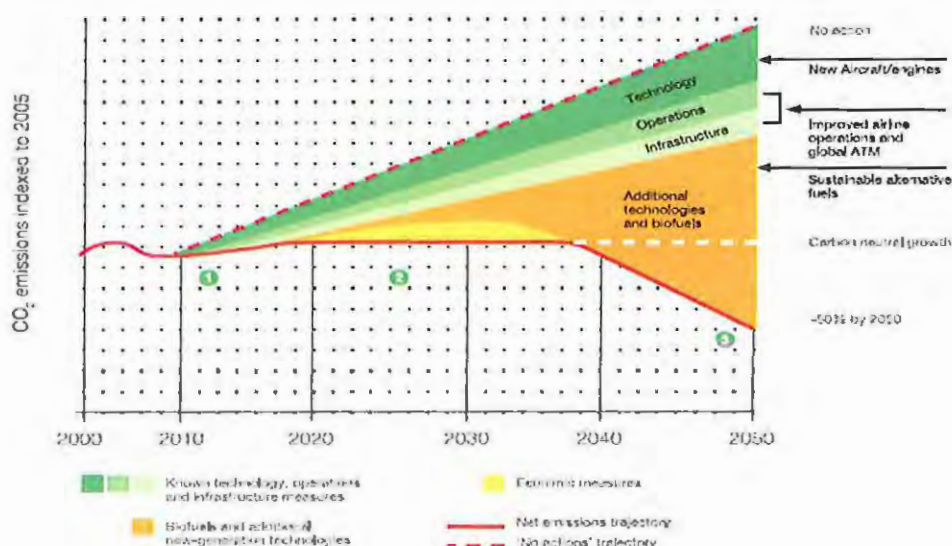
- A NAV Portugal foi responsável pela emissão de 5.161 t CO<sub>2</sub> eq<sup>10</sup>, uma redução anual de 9,2%;
- Das emissões totais verificadas, cerca de 4.156 t CO<sub>2</sub> eq (80,6%) estão associadas ao consumo de energia elétrica (âmbito 2);
- As emissões de âmbito 3 foram responsáveis por cerca de 14,2% das emissões afetas à atividade da NAV Portugal (735 t CO<sub>2</sub> eq) e,
- As emissões de âmbito 1 foram responsáveis por cerca de 5,2% das emissões totais verificadas, nomeadamente 269,69 t CO<sub>2</sub> eq, representando as emissões da frota própria cerca de 92,5% e o consumo de energia direta pelos grupos geradores de emergência os restantes 7,5%.

A NAV Portugal assume que a compensação das suas emissões deve estar, sempre que possível, associada à prestação de serviços inerentes à sua atividade. Neste sentido, enquanto empresa prestadora de serviços de gestão de tráfego aéreo, os seus projetos de compensação devem refletir nesse âmbito a sua contribuição para a promoção do desempenho ambiental. Assim, foram considerados para o plano de compensação de emissões excedentes, os resultados obtidos no âmbito das iniciativas já referidas para redução de emissões poluentes, nomeadamente do *Free Route* e do projeto AIRE, contribuindo para a meta global de redução de emissões carbónicas no setor aéreo, conforme ilustrada no gráfico seguinte:

---

<sup>10</sup> Equivalente





Estimativa de redução das emissões carbónicas no setor aéreo (Fonte: CANSO)

As operações da NAV Portugal implicam o consumo de materiais, dos quais se destacam os óleos de motores utilizados nos geradores e o papel usado nos serviços administrativos.

O óleo dos motores dos grupos de geradores de emergência é substituído anualmente, tratando-se de uma prática de manutenção da Empresa com vista ao bom funcionamento deste equipamento em caso de emergência.

A NAV Portugal mantém a sua política de maximizar a utilização do uso de papel reciclado, que em 2012 atingiu os 94%, paralelamente à promoção de ações tendentes à redução do consumo, que passam também pela sensibilização dos colaboradores para as vantagens do processamento e arquivo eletrónico de documentos.

A Empresa produz, maioritariamente, resíduos urbanos e também, em menor quantidade, resíduos industriais perigosos, dos quais se destacam: óleos de motor, pó químico de extintores, baterias de chumbo e lâmpadas.

No ano de 2012, e de acordo com os requisitos legais, os resíduos não perigosos (metais, vidro e equipamento informático) foram encaminhados, na sua totalidade, para valorização energética, reciclagem e produção de biogás.

No que respeita aos consumos de água, verifica-se uma redução global de cerca de 6%, comparativamente a 2011.

Ao nível da qualidade do serviço prestado, merece destaque, em 2012, a manutenção da Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente implementado pela NAV Portugal, de acordo com a normativa NP EN ISO 9001:2008 e NP EN ISO 14001:2004.

De referir, igualmente, a manutenção da Certificação pelo Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC) do respetivo Certificado de Prestador de Serviços de Navegação Aérea. Assim, a NAV Portugal vê a sua condição de Prestador de Serviços de Navegação Aérea mantida para os Serviços de Tráfego Aéreo (ATS) englobando o Controlo de Tráfego Aéreo (ATC), Serviço de Informação de Voo (FIS), Serviço de Alerta (AL), Serviço de Informação Aeronáutica (AIS) e Serviço de Comunicações, Navegação e Vigilância (CNS).

No que respeita à sustentabilidade no domínio social, e de forma a garantir o alinhamento organizativo, considerou-se fundamental avaliar e potenciar o grau de satisfação dos colaboradores (medido pelo índice de clima organizacional), melhorar a comunicação interna e promover a cultura de segurança. Foram realizados vários seminários, conferências e *workshops* internos sobre projetos específicos e de interesse geral para os colaboradores.

Ainda neste âmbito, destaca-se a adesão da NAV Portugal ao programa CISM (*Critical Incident Stress Management*), que tem como objetivo garantir a assistência e apoio psicológico aos técnicos de informação e comunicações aeronáuticas e aos controladores de tráfego aéreo, em caso de envolvimento num incidente crítico. A gestão do *stress* contribui para a prevenção de doenças resultantes desse tipo de incidentes. O CISM tem também uma vertente de carácter educacional, que visa a promoção da saúde como forma de prevenção. Em 2012 foram acompanhadas 42 pessoas, das quais 36 foram seguidas individualmente no âmbito do Programa CISM.

As questões relacionadas com a sustentabilidade no domínio económico são analisadas no capítulo 9.

### 3.8-VIABILIDADE DO CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO (RCM Nº 49/2007, DE 28 DE MARÇO), DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA

O Conselho de Administração, tendo presente os princípios de bom governo das empresas do Sector Empresarial do Estado constantes na Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, publicada no Diário da República, 1ª série Nº 62, de 28 de março, assumiu como prioridade o desenvolvimento e implementação de um conjunto de regras societárias, alinhadas com as melhores práticas nacionais e internacionais, visando responder às necessidades de responsabilização, de transparência e de qualidade das práticas internas e de divulgação, clara e atempada, da informação relevante legalmente exigida sobre a atividade da Empresa.

### 3.9-EXISTÊNCIA DE CÓDIGO DE ÉTICA

Em execução da Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, o Conselho de Administração da NAV Portugal aprovou, em 2008, o Código de Ética aplicável a todos os Colaboradores da Empresa.

*Nos termos do Código de Ética, "a NAV Portugal tem como princípios estruturantes da sua missão a proteção dos valores pelos quais pauta a sua atuação, de acordo com os mais elevados princípios éticos, em especial pelos princípios da integridade, transparência, rigor, equidade, boa-fé e credibilidade da Empresa, tendo sempre subjacente que prossegue uma atividade de interesse público, de que depende o desenvolvimento económico e social, a aproximação dos povos e culturas e o bem-estar dos cidadãos. Neste sentido, os Colaboradores da NAV Portugal, no cumprimento das suas obrigações legais, regulamentares e contratuais, devem orientar a sua conduta pelos princípios éticos defendidos pela Empresa, quer nas suas relações com os outros Colaboradores, quer nas relações que estabeleçam com as Partes Interessadas (comumente designadas Stakeholders) e demais entidades com as quais se relacionem profissionalmente."*

Nesta conformidade, a NAV Portugal, o seu Conselho de Administração e os membros que o compõem, assumiram um compromisso ético relacionado com o comportamento organizacional, que passa pelo comportamento dos seus colaboradores e pelas relações que se estabelecem com os *stakeholders*, assente em práticas de responsabilidade social e ambiental, em domínios que ultrapassam o quadro jurídico-



normativo a que a Empresa está obrigada, contribuindo de forma pró-ativa para o desenvolvimento sustentável.

O Código de Ética integra-se, por conseguinte, na política de responsabilidade social assumida pela NAV Portugal, constituindo um pilar fundamental na sua afirmação como uma empresa responsável perante a sociedade, e está disponível no sítio da Empresa na internet [www.nav.pt](http://www.nav.pt).

**3.10-INFORMAÇÃO SOBRE A EXISTÊNCIA DE UM SISTEMA DE CONTROLO COMPATÍVEL COM A DIMENSÃO E COMPLEXIDADE DA EMPRESA, DE MODO A PROTEGER OS INVESTIMENTOS E OS SEUS ATIVOS, O QUAL DEVE ABRACAR TODOS OS RISCOS RELEVANTES PARA A EMPRESA (PONTO 19 DA RCM Nº 49/2007, DE 28 DE MARÇO)**

Dando execução à Recomendação nº 1, de 1 de julho de 2009, do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), entidade administrativa independente criada pela Lei nº 54/2008, de 4 de setembro e que funciona junto do Tribunal de Contas, o Conselho de Administração da NAV Portugal elaborou e aprovou um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que descreve e avalia os principais riscos de corrupção e, nesse seguimento, prevê um conjunto de medidas de prevenção da corrupção e, bem assim, a respetiva monitorização periódica através de auditorias internas, encontrando-se o mesmo disponível no sítio da Empresa na internet [www.nav.pt](http://www.nav.pt)

Embora no decurso dessas auditorias não tenham sido detetados desvios graves ou significativos em relação às medidas preventivas de riscos de corrupção fixadas no referido Plano, a NAV Portugal, em cumprimento da Recomendação nº 5/2012, de 7 de novembro, do Conselho de Prevenção da Corrupção, encontra-se em processo de revisão do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, atualmente em vigor na Empresa, tendo em vista reforçar as medidas de controlo da respetiva aplicação.

Dentro dos princípios de Bom Governo Societário, e nomeadamente em linha com o Ponto 19 da RCM 49/2007, a NAV Portugal tem em curso a análise do estudo já desenvolvido visando avaliar os sistemas de gestão de risco e de controlo interno.

O controlo de riscos na NAV Portugal é efetuado através da realização de auditorias independentes, solicitadas pelos órgãos sociais e efetuadas por serviços com funções específicas nessa área.

A auditoria independente às contas da Empresa é realizada pela Deloitte & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., estando atribuído ao Conselho Fiscal *“o exercício de todos os direitos e o cumprimento de todos os deveres previstos na lei comercial, e em especial fiscalizar a gestão e o cumprimento das normas reguladoras da atividade da Empresa, emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da Empresa e dar conhecimento aos órgãos competentes das irregularidades que apurar na gestão da Empresa”*.

As auditorias de certificação da qualidade foram realizadas pela APCER – Associação Portuguesa de Certificação.

Na vertente interna, para além da relevância nesta área das funções desempenhadas pelo Conselho Fiscal, o controlo de riscos é efetuado pela DGQUA, que tem como principal missão assegurar as atividades de dinamização de Gestão da Qualidade na Empresa, nomeadamente, no que se refere à criação, desenvolvimento, monitorização e melhoria dos sistemas a ela associados.

A Direção de Gestão da Qualidade efetua auditorias internas ao Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, bem como auditorias a aspetos específicos nos domínios técnico e operacional, bem como nos domínios financeiro, administrativo, de recursos humanos e dos sistemas de informação.

Complementarmente, o COGEST, propõe e mantém um modelo de controlo de gestão, com o objetivo de dinamizar o processo de *Controlling* e de *Reporting* da Empresa.

Como prestador de um serviço público, a NAV Portugal opera num ambiente regulado, onde o INAC (Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P.), na sua qualidade de Autoridade Supervisora Nacional, no seio da União Europeia, garantiu a renovação da certificação da Empresa como prestador de serviços de navegação aérea, nos termos do Regulamento (CE) 550/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, e do

Regulamento da Comissão (UE) 1035/2011, atualmente em vigor, com as alterações introduzidas pelo Regulamento (EU) 923/2012, de 26 de setembro.

O Instituto Nacional da Aviação Civil declarou, pela emissão de certificado respetivo, a conformidade com os Requisitos Comuns aplicáveis aos serviços ATS (Tráfego Aéreo), AIS (Informação Aeronáutica) e CNS (Comunicações, Navegação e Vigilância).

A tutela da NAV Portugal é exercida pelo Ministro das Finanças e pelo Ministro da Tutela do sector dos Transportes e compreende o poder de autorizar ou aprovar as taxas aeronáuticas que forem devidas pela prestação do serviço público assegurado pela Empresa e a política geral de preços e taxas, proposta pelo Conselho de Administração, a praticar na exploração de outras atividades.

### **3.11-IDENTIFICAÇÃO DOS MECANISMOS ADOTADOS COM VISTA À PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES (PONTO 22 DA RCM Nº 49/2007, DE 28 DE MARÇO)**

Nos termos do estipulado na legislação aplicável, no início do seu mandato os membros do Conselho de Administração da NAV Portugal deram cumprimento às obrigações declarativas dos gestores públicos, de controlo de riqueza e de inexistência de impedimentos ou incompatibilidades:

- Entrega no Tribunal Constitucional de declaração de rendimentos, bem como do património e cargos sociais (cfr. Lei nº 4/83, de 2 de abril, com as alterações posteriores, designadamente as efetuadas pela Lei nº 38/2010, de 2 de setembro);
- Entrega na Procuradoria-Geral da República de declaração de inexistência de incompatibilidades ou impedimentos no exercício do cargo de gestor público (cfr. Lei nº 64/93, de 26 de agosto, aplicável por remissão do artigo 22º, nº 9 do Novo Estatuto do Gestor Público (EGP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012 de 18 de janeiro) e,
- Entrega na Inspeção Geral de Finanças de declaração indicando as participações e interesses patrimoniais que o gestor detenha, direta ou indiretamente, na Empresa ou em qualquer outra empresa (cfr. artigo 22º, nº 9 do EGP), bem como as relações relevantes que mantenham com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio da Empresa, suscetíveis de gerar conflitos de interesses.



Acresce que o Conselho de Administração da NAV Portugal, com vista a salvaguardar eventuais conflitos de interesses, instituiu, como boa prática, uma política que visa aumentar a transparência e idoneidade da sua atuação, enquanto órgão de gestão. Assim, e em conformidade, as despesas realizadas por cada membro do Conselho são aprovadas por outro membro do Conselho. De referir que esta prática se estende a toda a estrutura organizativa da Empresa.

### 3.12-EXPLICITAÇÃO FUNDAMENTADA DA DIVULGAÇÃO DE TODA A INFORMAÇÃO ATUALIZADA PREVISTA NA RCM 49/2007, DE 28 DE MARÇO

No quadro abaixo encontra-se a informação solicitada, já disponível no sítio da Empresa em [www.nav.pt](http://www.nav.pt) e oportunamente enviada para os serviços responsáveis pela atualização do sítio do Sector Empresarial do Estado (SEE).

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos actualizados (PDF)		X		Em revisão
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objectivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	X			
Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transacções:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transacções	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e actual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama	X			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identifica dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade			X	
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções fora das condições de mercado	X			
Transacções relevantes com entidades relacionadas	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente			X	

Legenda:  
S - Sim N - Não N.A. - Não Aplicável

*h*  
*97*

## 4. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

O quadro seguinte, conforme Anexo 6 ao Ofício Circular nº 844, de 30 de janeiro de 2013, evidencia o resumo do cumprimento das orientações legais, cuja justificação mais detalhada, relativamente a cada um dos pontos definidos, é apresentada nos subpontos imediatos.

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
<b>Objectivos de Gestão:</b>					vide ponto 4.1
Objectivo 1			X		
Objectivo 2			X		
Objectivo 3			X		
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>	X				vide ponto 4.2
Limites de Crescimento do Endividamento	X			-16,90%	vide ponto 4.2 e 4.11
Evolução do PMP a fornecedores	X			-11 dias	vide ponto 4.3
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			370.743 €	vide ponto 4.4
Deveres Especiais de Informação	X				vide ponto 4.5
Recomendações do acionista na aprovação de contas:			X		vide ponto 4.6
<b>Remunerações:</b>					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 29.º da Lei 64-B/2011	X				
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 20.º da Lei 64-B/2011	X			22.893,83 €	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X			12.049,28 €	
Órgãos Sociais - suspensão sub. Férias e natal, nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011	X			27.592,00 €	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 26º da Lei 64-B/2011	X			2.558,40 €	
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 20º da Lei 64-B/2011	X			2.925.029,57 €	
Restantes trabalhadores - suspensão sub. Férias e natal, nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011	X			9.951.710,00 €	
<b>Artigo 32º do EGP</b>					
Utilização de cartões de crédito			X		
Reembolso de despesas de representação pessoal			X		
<b>Contratação Pública</b>					vide ponto 4.8
Normas de contratação pública	X				
Normas de contratação pública pelas participadas			X		
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X		
<b>Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas</b>		X			vide ponto 4.9
Parque Automóvel		X		-1	
<b>Princípio da Igualdade do Género</b>	X				vide ponto 4.10
<b>Plano de Redução de Custos</b>					vide ponto 4.12
Gastos com pessoal	X			9,0%	
Fornecimentos e Serviços Externos	X			-1,9%	
<b>Redução nº Efetivos e Cargos Dirigentes</b>					
Nº de efetivos		X		2,2%	
Nº de cargos dirigentes	X			-15,4%	
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria</b>	X			99,90%	vide ponto 4.13

### 4.1. OBJETIVOS DE GESTÃO

Esta informação está disponível no capítulo 3.1 – Missão, objetivos e políticas da Empresa.

### 4.2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

No cumprimento do disposto no Artigo 3º do Regulamento (CE) Nº 1794/2006 da Comissão, na redação revista pelo Regulamento (UE) Nº 1191/2010 de 16 de dezembro, os custos fixados dos serviços de navegação aérea devem ser financiados pelas taxas de rota e terminal cobradas aos utilizadores dos serviços de navegação aérea, sem prejuízo do financiamento de isenções concedidas a determinados utilizadores de serviços de navegação aérea através de outras fontes de financiamento, sendo que, em conformidade com o disposto no seu Artigo 9º do Regulamento (CE)

4  
5



Nº 1794/2006, os Estados Membros devem assegurar que os prestadores de serviços de navegação aérea sejam reembolsados dos custos dos serviços que tiverem prestado aos voos isentos. No entanto, é de realçar que, até à data, a NAV Portugal não tem vindo a ser reembolsada dos custos anuais dos serviços com os voos legalmente fixados como isentos.

Desta forma, a Empresa obtém o adequado autofinanciamento para o desenvolvimento da sua atividade, sem o recurso a outras fontes de financiamento, exceção feita aos empréstimos contratados em tempo com o Banco Europeu de Investimentos (BEI), instituição junto da qual a NAV Portugal detém quatro financiamentos bancários de Médio e Longo Prazo, tendo o último sido contratado em 2001, cuja situação, à data de 31 de dezembro, se apresenta no quadro seguinte:

Unidade: euros

	Assinatura do Contrato	2008	2009	2010	2011	2012
1 - Montante total do financiamento no final do ano		22.303.637	19.806.647	17.309.657	14.812.667	12.315.676
BEI - 97	Dez-97	1.496.393	1.330.128	1.163.862	997.596	831.330
BEI - 98 Tranche C1	Jun-98	415.665	374.098	332.532	290.966	249.399
BEI - 98 Tranche C2	Jun-98	10.391.579	9.352.421	8.313.263	7.274.105	6.234.947
BEI / 01	Dez-01	10.000.000	8.750.000	7.500.000	6.250.000	5.000.000
2 - Montante total dos encargos financeiros relacionados com os financiamentos		1.171.805	385.997	169.821	242.151	128.075
Taxa média de financiamento		4,93%	1,88%	0,88%	1,45%	0,94%

A contratação dos referidos financiamentos foi objeto da prévia concordância da Tutela Financeira e dos Transportes e teve como finalidade a realização do plano de investimentos previsional da Empresa, sendo que todos os financiamentos ainda não reembolsados utilizam uma taxa de juro indexada à Euribor a 3 meses, mais um *spread* que varia entre 0,1% e 0,13%, não sendo exigido qualquer tipo de garantia, quer do Governo quer de outras entidades.

Tendo em conta as condições de taxas de juro, de prazo e plano de reembolsos, bem como a ausência de qualquer tipo de garantia ou de cláusula restritiva no âmbito dos referidos contratos de financiamento, esta contratação traduz a procura de otimização do custo financeiro, não se tendo revelado, até à data, a necessidade da Empresa considerar o recurso a instrumentos de gestão de cobertura de risco, nomeadamente a contratação de *swaps*.



Assim sendo, a NAV Portugal apenas dispõe de financiamentos de médio longo prazo, registando no Balanço, como Passivo Corrente, a parcela a ser reembolsada ao BEI no ano seguinte, não dispondo a Empresa de qualquer outro tipo de financiamento de curto prazo ou passivo oneroso, que origine encargos e que possa ser transformado em médio e longo prazo com condições mais vantajosas.

A situação acima descrita reflete a adoção, pela NAV Portugal, de uma política tendente à minimização de afetação de capitais alheios à cobertura de investimentos anuais e plurianuais.

Efetivamente, a análise ao quadro anterior evidencia, claramente, que o endividamento na NAV Portugal tem vindo a decrescer ao longo do período considerado, sendo que a análise às Contas da Empresa permite, igualmente, concluir que a Empresa é sustentável do ponto de vista económico-financeiro, não se prevendo qualquer compromisso por parte do Estado ou de qualquer outra entidade.

#### 4.3·EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS (PMP) A FORNECEDORES

Em 2012, o Prazo Médio de Pagamentos calculado nos termos da RCM 34/2008 e do Despacho 9870/2009 foi, em termos acumulados, de 44 dias, representando uma melhoria de 11 dias face ao registado em 2011, dando cumprimento ao definido no Programa Pagar a Tempo e Horas. De salientar que o Prazo Médio de Pagamentos assim calculado e excluindo os fornecedores de imobilizado ascendeu a 33 dias.

PMP	1ºT 2011	2ºT 2011	3ºT 2011	4ºT 2011	1ºT 2012	2ºT 2012	3ºT 2012	4ºT 2012
PMP a fornecedores (dias)	61	59	60	55	47	47	41	44

#### 4.4·ATRASOS NOS PAGAMENTOS ("ARREARS")

O quadro seguinte apresenta o montante das dívidas por saldar após o prazo contratualizado, nas rubricas de Fornecedores e Outros Credores.

Unidade :€					
Pagamentos em Atraso	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias
Aquisição de bens e serviços	2.195	32.520	135.775	3.178	197.076

A dívida superior a 365 dias inclui o valor a pagar inerente à aquisição de equipamento em regime de *leasing* financeiro (central telefónica) e faturas em receção e conferência.

*h*  
*h*  
*h*

#### **4.5•DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO**

Os Instrumentos Previsionais de Gestão 2013 foram enviados aos Senhores Secretário de Estado das Obras Publicas, Transportes e Comunicações, Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, Diretora-geral do Tesouro e Finanças e ao Tribunal de Contas através das cartas 270/CA/2012, 273/CA/2012, 271/CA/2012 e 272/CA/2012, de 12-11-29, respetivamente.

Os Relatórios trimestrais de execução orçamental foram enviados aos Senhores Secretário de Estado das Obras Publicas, Transportes e Comunicações e Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e Direção-Geral do Tesouro e Finanças através das cartas 110/CA/2012, 111/CA/2012 e 112/CA/2012, de 12-05-07 (1º Trimestre), 184/CA/2012, 186/CA/2012 e 187/CA/2012, de 12-08-06 (2º Trimestre), 237/CA/2012, 238/CA/2012 e 240/CA/2012, de 12-10-31 (3º Trimestre) e 95/CA/2013, 98/CA/2013 e 96/CA/2013 de 13-04-12 (4º Trimestre), respetivamente.

Nos termos dos Estatutos da Empresa não existe Assembleia Geral.

#### **4.6•RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA NA APROVAÇÃO DAS CONTAS DE 2011**

O Relatório e Contas de 2011 da NAV Portugal, E.P.E., elaborado e assinado pelo Conselho de Administração, foi enviado aos Senhores Secretário de Estado das Obras Publicas, Transportes e Comunicações, Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, Diretora-geral do Tesouro e Finanças e ao Tribunal de Contas, em 19 de abril de 2012 através das cartas 075/CA/2012, 073/CA/2012, 076/CA/2012 e 074/CA/2012, respetivamente, juntamente com os Relatórios dos Auditores Externos e do Conselho Fiscal e a respetiva Certificação Legal das Contas. Aguarda-se a competente aprovação das contas, pelo que não são, ainda, conhecidas as recomendações do acionista.

#### **4.7•REMUNERAÇÕES**

- **Dos órgãos sociais**

Durante o ano de 2012 não foram atribuídos quaisquer prémios de gestão aos membros do Conselho de Administração. Nos termos da Lei nº 55-A/2010 a remuneração fixa mensal ilíquida dos Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foi reduzida em 10%, com efeitos a partir de janeiro de 2011.



Nos termos da Lei nº 12-A/2010 a remuneração fixa mensal ilíquida dos Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foi reduzida a título excecional em 5%, com efeitos a partir de junho de 2010. Esta informação está disponível no capítulo 3.6.1 – Modelo de remunerações dos administradores e do Conselho Fiscal. Nos termos da Lei nº 64-A/2011 foram, ainda, suspensos os pagamentos referentes aos subsídios de férias e de Natal.

- **Do Auditor Externo:**

Nos termos da Lei nº 55-A/2010, a remuneração do Auditor Externo foi reduzida em 10%, com efeitos a partir de janeiro de 2011.

- **Dos restantes trabalhadores:**

Pelo Despacho nº 578/11-SETF, de 20 de abril, foi autorizada, nos termos e ao abrigo do disposto na alínea t) do número 9 do artigo 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro e do nº 1 da Resolução do Conselho de Ministros nº 1/2011, de 4 de janeiro, a adaptação das reduções remuneratórias proposta pela NAV Portugal. A proposta assim aprovada e consubstanciada no Plano de Redução de Custos da Empresa para 2011, vigora desde 1 de janeiro de 2011 e reflete as seguintes taxas de redução remuneratória: 1,7% sobre o valor das remunerações superiores a € 1.500 e inferiores a € 2.000; 1,7% sobre o valor de € 2.000 acrescido de 8% sobre o valor da remuneração total que exceda os € 2.000 no caso das remunerações iguais ou superiores a € 2.000 e 5% sobre o valor das remunerações superiores a € 4.165. Nos termos da Lei nº 64-A/2011 foram, ainda, suspensos os pagamentos referentes aos subsídios de férias e de Natal.

#### **4.8·CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

No capítulo 3.4.1 – Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços – consta informação sobre esta matéria.

Em 2012 não foi praticado qualquer ato ou celebrado contrato de valor superior a 5 M€.

#### **4.9·ADESÃO DA EMPRESA AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS**

Em 6 de fevereiro de 2013, o Conselho de Administração deliberou aprovar a adesão da NAV Portugal, E.P.E. ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), na qualidade de entidade compradora voluntária, cujo contrato de adesão ao Acordo Quadro foi assinado em 8 de fevereiro de 2013.

4  
hf



Anualmente, a Empresa envia para o sítio da Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E. (ANCP) o reporte estatístico Anual de Compras Públicas de Bens e Serviços.

#### **4.10·PRINCÍPIO DA IGUALDADE DO GÉNERO**

A NAV Portugal preconiza e mantém, desde a sua criação, uma política de recursos humanos indistinta para homens e mulheres, inteiramente observadora do princípio do tratamento igual e indiferenciado dos seus trabalhadores, independentemente do género.

Esta política é aplicada em todas as vertentes da gestão de recursos humanos, não prevendo os Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho aplicáveis (três acordos de Empresa), celebrados com as várias estruturas representativas dos trabalhadores, qualquer diferenciação salarial, enquadramento profissional, progressão na carreira ou direitos genéricos dos trabalhadores, nomeadamente em função do sexo, estado civil ou situação familiar.

#### **4.11·LIMITES DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO**

Como referido no capítulo 4.2, relativo à gestão do risco financeiro, o endividamento na NAV Portugal tem vindo a decrescer ao longo dos anos, não se prevendo a contratação de novos empréstimos nem de qualquer compromisso por parte do Estado ou de qualquer outra entidade.

#### **4.12·PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS**

Os gastos com pessoal, em 2012, registaram um acréscimo de 9 %, em relação a 2010. Esta variação deveu-se essencialmente ao acréscimo verificado na rubrica Prémios para Pensões de 31 M€, o qual por sua vez, resultou nomeadamente da alteração dos pressupostos financeiros, nos Fundos de Pensões NAV Complementos e NAV SINCTA Complementos, ao nível da taxa de desconto que passou de 5,5% para 4% e das taxas de crescimento salarial e de pensões que foram reduzidas em 0,5 p.p., em linha com a diminuição da taxa de inflação esperada para a zona euro, mantendo-se, assim, um gap de 1 p.p. entre estas duas taxas. Esta situação implicou um aumento das responsabilidades em cerca de 34,3 M€ e, caso não tivesse ocorrido, os Gastos com Pessoal teriam registado um decréscimo de 17,8%.

h  
y  
tf

De salientar que a massa salarial, no período em análise, registou, igualmente, um decréscimo de 17,2%, como se pode observar no quadro seguinte:

Unidade : milhares de euros

	2010	2012	Δ ABS	Δ %
	Real	Real	2012 / 2010	2012 / 2010
FSE	14.897	14.618	-278	-1,9%
Gastos com pessoal	128.000	139.475	11.475	9,0%
Massa salarial	88.207	73.064	-15.143	-17,2%
Encargos com Pensões	14.249	44.963	30.715	215,6%
Outros gastos com pessoal	25.545	21.448	-4.097	-16,0%
<b>Total FSE + Pessoal</b>	<b>142.897</b>	<b>154.093</b>	<b>11.196</b>	<b>7,8%</b>

No que respeita aos Fornecimentos e Serviços Externos, os mesmos registaram um decréscimo de 1,9%, em relação a 2010, refletindo o esforço de contenção de custos implementado. No entanto, tendo em conta que a inflação acumulada nos dois últimos anos ascendeu a 6,5%, a redução real nesta rubrica de gastos cifrou-se em 7,4%.

#### 4.13-REDUÇÃO DO NÚMERO DE EFETIVOS E DE CARGOS DIRIGENTES

Designação	2010	2011	2012
<b>Gastos com pessoal (€)</b>	<b>128.000.271</b>	<b>142.049.838</b>	<b>139.474.839</b>
<b>Gastos com Órgãos Sociais (€)</b>	<b>651.565</b>	<b>41.189</b>	<b>261.041</b>
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	32.821	65.094
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	0	0
<b>Gastos com Dirigentes sem O.S. (€)</b>	<b>1.813.621</b>	<b>1.621.718</b>	<b>1.243.500</b>
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)			
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)			
<b>Gastos com Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (€)</b>	<b>125.535.085</b>	<b>140.386.931</b>	<b>137.970.298</b>
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)			
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)			
<b>Rescisões / Indemnizações (€)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Designação	2010	2011	2012
<b>Nº Total RH (O.S. + Dirigentes + Efetivos)</b>	<b>998</b>	<b>998</b>	<b>1020</b>
<b>Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>6</b>
<b>Nº Dirigentes sem O.S. (número)</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>11</b>
<b>Nº Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (número)</b>	<b>979</b>	<b>981</b>	<b>1003</b>

u  
jtf

#### **4.14-PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO**

Desde 2006 que a Empresa já tem domiciliada a sua conta na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, E.P.E. (IGCP), dando cumprimento ao Regime de Tesouraria do Estado. De salientar que, em 31 de dezembro de 2012, a percentagem das disponibilidades e aplicações financeiras depositadas no IGCP ascende a 99,90%.

W  
te



## 5. ESTRATÉGIA

O transporte aéreo é um sector fundamental para a sociedade e a economia, tanto a nível nacional como global. A importância estratégica do sector está bem patente na sua contribuição para a economia e o emprego da União Europeia, ao gerar cerca de 5,1 milhões de postos de trabalho e contribuir com aproximadamente 365 mil milhões de euros (2,4%) para o PIB europeu<sup>11</sup>.

Em 2012, o sector do transporte aéreo foi duramente atingido pela recessão económica, que se traduziu numa contração de 2,2% no tráfego<sup>12</sup> relativamente a 2011, situando-se quase 3% abaixo das estimativas de curto prazo elaboradas pelo Serviço de Previsão e Estatística do EUROCONTROL em dezembro de 2011<sup>13</sup>.

Esta evolução foi determinada pelo abrandamento verificado no crescimento da economia mundial em 2012, embora se tenham registado diferenças substanciais em função do respetivo grau de desenvolvimento e enquadramento regional. Com efeito, nas economias avançadas assistimos à prevalência de taxas moderadas de expansão (1,3% em termos médios), enquanto nos países emergentes e em desenvolvimento se verificou um crescimento robusto (5,1% em termos médios), ainda que em desaceleração.

Nas principais economias avançadas, os EUA registaram um crescimento moderado (2,3% do PIB), o Japão recuperou essencialmente devido ao esforço de reconstrução na sequência do terramoto de 2011 (2%) e a União Europeia registou uma ligeira contração (-0,2%), não obstante a disparidade verificada no comportamento das economias dos diferentes Estados membros. A economia da zona euro teve um desempenho ainda mais débil (-0,4%), com destaque para quebras do PIB em economias avançadas como a Itália, Espanha e Países Baixos e um fraco crescimento na Alemanha e na França.

O cenário macroeconómico em Portugal foi mais recessivo do que o esperado, tendo o Produto Interno Bruto (PIB) registado uma contração de 3,2% relativamente a 2011. A queda no Produto, que ocorre pelo segundo ano consecutivo no contexto do processo

<sup>11</sup> Fonte: Comissão Europeia, dezembro 2012

<sup>12</sup> Número total de movimentos IFR (*Instrument Flight Rules*)

<sup>13</sup> EUROCONTROL Short-Term Forecast, December 2011, STATFOR

de ajustamento dos desequilíbrios estruturais ao abrigo do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), ficou a dever-se sobretudo à acentuada contração da procura interna, com consequências diretas ao nível do emprego, situação que apenas foi parcialmente compensada pela evolução positiva das exportações, que aliada a uma forte redução das importações, possibilitou o reequilíbrio da balança de bens e serviços em 2012.

O comportamento ao longo do ano, tanto da economia portuguesa como das economias internacionais, e muito em particular das europeias, traduziu-se igualmente numa evolução negativa do tráfego nas duas Regiões de Informação de Voo sob responsabilidade de Portugal – menos 3% de movimentos do que no ano anterior – refletindo uma contração de 2,8% na RIV de Lisboa e de 3,8% na RIV de Santa Maria.

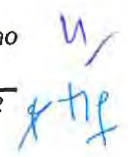
Esta evolução no tráfego de rota, aliada à crescente pressão por parte dos utilizadores para uma maior racionalização dos serviços, veio confirmar a relevância da execução dos objetivos estratégicos definidos no documento “Estratégia NAV Portugal 2010+”, que traduzem a visão estratégica da Empresa<sup>14</sup> no médio prazo, e que são:

- *garantir elevados níveis de segurança (Safety),*
- *reforçar o posicionamento internacional da NAV Portugal,*
- *adequar a capacidade à procura garantindo a rentabilidade de negócio,*
- *assegurar elevados níveis de eficácia, eficiência e qualidade do serviço prestado e,*
- *cooperar com os stakeholders na defesa do Ambiente.*

Orientados por estes cinco grandes objetivos, os planos sectoriais de atividade aprovados para 2012, visaram a melhoria contínua da produtividade da Empresa, através da monitorização dos respetivos gastos e da garantia da segurança dos serviços prestados aos utilizadores do espaço aéreo das duas Regiões de Informação de Voo sob responsabilidade de Portugal.

À NAV Portugal, como responsável pela prestação de serviços de navegação aérea, compete assegurar a disponibilidade dos serviços, possibilitando, dessa forma, uma

<sup>14</sup> “A NAV Portugal, prestadora de serviços em área periférica, procurará evidenciar-se pelo seu desempenho operacional e pelo uso eficiente dos recursos”

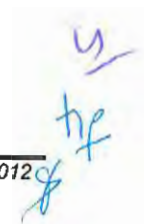


maior integração do País no contexto internacional, dada a importância da aviação civil para as atividades sociais e económicas modernas.

No atual contexto internacional, o futuro das empresas prestadoras de serviços de navegação aérea assentará na sua capacidade de resposta à recessão da economia mundial, às tendências do sector e às oportunidades e ameaças em presença, adotando a NAV Portugal as medidas que melhor se adequem à Empresa, quer através de parcerias estratégicas ou de associações de outro tipo, com caráter definitivo ou pontual.

Prosseguindo a sua visão de se posicionar entre os melhores prestadores de serviço de navegação aérea, a Empresa participou em estudos de *benchmarking* e promoveu a auscultação junto dos utilizadores, de modo a intervir em processos de:

- otimização da segurança operacional e economia de voo;
- expansão da capacidade e,
- melhoria da relação custo/eficácia.





## 6·EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS

### 6.1·NÚMERO DE MOVIMENTOS CONTROLADOS

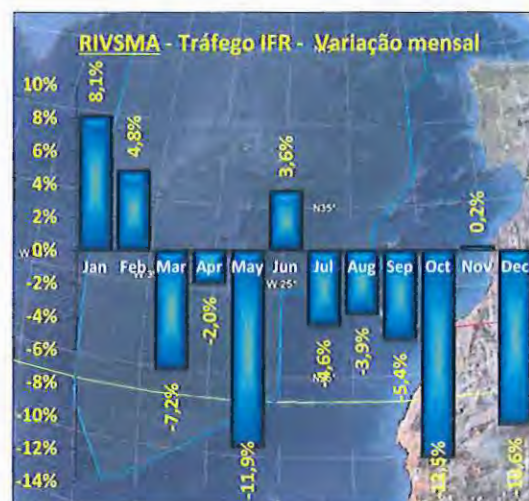
Ao longo do ano de 2012, o tráfego aéreo – medido em número total de movimentos IFR (*Instruments Flight Rules*) registou um significativo decréscimo relativamente ao ano anterior, nas duas Regiões de Informação de Voo controladas por Portugal, que atingiu -2,3% na RIV de Lisboa (em média menos 28 movimentos diários) e -3,8% na RIV de Santa Maria (em média menos 13 movimentos diários), o que representa uma variação média de aproximadamente -2,6% no total dos movimentos controlados, tal como evidenciado no quadro seguinte:

TRÁFEGO (IFR)	RIV de Lisboa		RIV de Santa Maria	
	2012	Δ% (*)	2012	Δ% (*)
Entradas / Saídas	220 881	(0,4)	11 355	(3,3)
Sobrevoos	188 684	(3,6)	94 409	(4,0)
Domésticos	28 034	(8,0)	12 089	(2,4)
<b>TOTAL</b>	<b>437 599</b>	<b>(2,3)</b>	<b>117 853</b>	<b>(3,8)</b>

(\*) Variação 2012/11

Embora a contração anual verificada tenha sido semelhante, o comportamento mensal do tráfego foi diferente em cada Região de Informação de Voo:

- na RIV de Lisboa registaram-se variações negativas em todos os meses do ano, relativamente ao período homólogo do ano anterior, com exceção de janeiro e fevereiro (embora em 2012 tenhamos 29 dias de calendário contra 28 de 2011, na mesma base a variação mensal teria sido de -0,9%), tendo a quebra mais significativa ocorrido no quarto trimestre;
- na RIV de Santa Maria verificaram-se crescimentos de tráfego nos meses de janeiro, fevereiro, junho e novembro, tendo também o quarto trimestre atingindo o maior decréscimo em relação ao período homólogo de 2011.



u  
x hf



O atraso médio por movimento controlado foi de 0,89 minutos na RIV de Lisboa e de zero minutos na RIV de Santa Maria. No que respeita ao atraso médio por movimento controlado em rota, o valor em 2012 na RIV de Lisboa aumentou para 0,64 minutos, relativamente a 2011.

## RIV DE LISBOA

Na RIV de Lisboa, o tráfego IFR Civil representou 98,8% do total de tráfego IFR, com um decréscimo de 2,3%. O tráfego IFR Militar, com um peso de apenas 1,2%, registou uma quebra de 6,2%.

Relativamente ao tráfego IFR, são evidenciados, nos gráficos seguintes, os fluxos mais significativos, representando 61% do total das Entradas/Saídas e 81% dos Sobrevoos:

**Principais Fluxos de Entradas/Saídas na RIVLIS - Variações 12/11**



**Principais Fluxos de Sobrevoos na RIVLIS - Variações 12/11**



## RIV DE SANTA MARIA

Na RIV de Santa Maria, o tráfego IFR Civil representou 96,6% do total de tráfego IFR, com um decréscimo de 3,7%. O tráfego IFR Militar, com um peso de aproximadamente 3,4%, registou um decréscimo de 3,4%

No que respeita ao tráfego IFR Civil, são evidenciados, no gráfico seguinte, os fluxos mais significativos de sobrevoos (98% do total de sobrevoos):

**Principais Fluxos de Sobrevoos na RIVSMA - Variações 12/11**



## 6.2·NÚMERO DE UNIDADES DE SERVIÇO

### 6.2.1·DE ROTA

A unidade de serviço de Rota é calculada multiplicando o fator distância pelo fator massa para a aeronave em causa, de acordo com o estabelecido no anexo IV do Regulamento (UE) Nº 1191/2010, de 16 de dezembro.

O fator distância é obtido dividindo por cem o número de quilómetros percorridos na distância ortodrómica entre os pontos de entrada e de saída das zonas de tarifação, de acordo com o último plano de voo conhecido, registado pela aeronave em causa, para efeitos de fluxo de tráfego. O fator massa, expresso como um valor até duas casas

u  
hf



decimais, é a raiz quadrada do quociente obtido pela divisão por cinquenta do número de toneladas métricas da massa máxima certificada na descolagem da aeronave, conforme consta do certificado de aeronavegabilidade ou de qualquer documento oficial equivalente apresentado pelo operador da aeronave.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução 2012/2011 do número de unidades de serviço nas Zonas de Tarificação de Lisboa e de Santa Maria:

Unidades de Serviço	Zona de Tarificação de Lisboa		Zona de Tarificação de Santa Maria	
	2012	Δ% (*)	2012	Δ% (*)
Taxáveis	2 745 725	(1,2)	3 770 680	(2,3)
Isentas	36 555	(13,3)	103 692	(15,3)
<b>TOTAL</b>	<b>2 782 280</b>	<b>(1,4)</b>	<b>3 874 372</b>	<b>(2,7)</b>

(\*) Variação 2012/11

#### 6.2.2 DE TERMINAL

A unidade de serviço de Terminal é igual ao fator massa da aeronave em causa, sendo o fator massa, expresso como um valor até duas casas decimais, o quociente obtido pela divisão por cinquenta do número de toneladas métricas da maior massa máxima certificada na descolagem da aeronave, conforme consta do certificado de aeronavegabilidade ou de qualquer documento oficial equivalente apresentado pelo operador da aeronave, elevado à potência 0,7, tal como estabelecido no anexo V do Regulamento (UE) Nº 1191/2010, de 16 de dezembro.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução 2012/2011 do número de unidades de serviço na Zona de Tarificação Portugal Terminal:

Unidades de Serviço	Zona de Tarificação Portugal Terminal		
	2012	2011	Δ% (*)
Taxáveis	176 493	178 050	(0,9)
Isentas	1 141	1 301	(12,3)
<b>TOTAL</b>	<b>177 634</b>	<b>179 351</b>	<b>(1,0)</b>

(\*) Variação 2012/11

#### 6.3 SAFETY

Na área da Segurança Operacional, o ano de 2012 foi extremamente positivo, não obstante se terem verificado 3 AIRPROX A e 2 AIRPROX B, todos na RIV de Lisboa, sendo que 4 deles não consubstanciaram risco efetivo, mas tão só potencial, por se

4  
8 hf

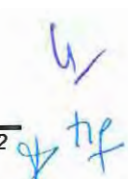
terem tratado de violações de espaço aéreo militar, onde, ao momento, não evoluía qualquer tráfego.

Por outro lado, o número total de AIRPROX registado (5), ficou aquém do valor máximo aceitável para 2012: 7 AIRPROX no perímetro das duas RIV geridas pela NAV Portugal.

Este resultado reflete uma política eficaz de prevenção implementada em todos os locais – TWR e ACC – que são periodicamente monitorizados, avaliando-se eventuais fatores de risco e adotando medidas que visem a mitigação/solução de situações de tráfego particulares e específicas de cada órgão ATC.

A disseminação de boas práticas e lições colhidas, a nível nacional e internacional, posteriormente divulgadas e partilhadas junto dos CTA, aliada a uma participação ativa em diversos grupos e fóruns da área *Safety* (EUROCONTROL, EASA, ANA e outros) têm-se revelado um veículo de extraordinária importância, com contributo decisivo na Prevenção de Incidentes e Acidentes.

De salientar ainda como extremamente positiva em termos de *Safety* – plenamente reconhecida a nível nacional e internacional – a coordenação com as transportadoras, nas visitas periódicas realizadas aos diferentes órgãos ATC.



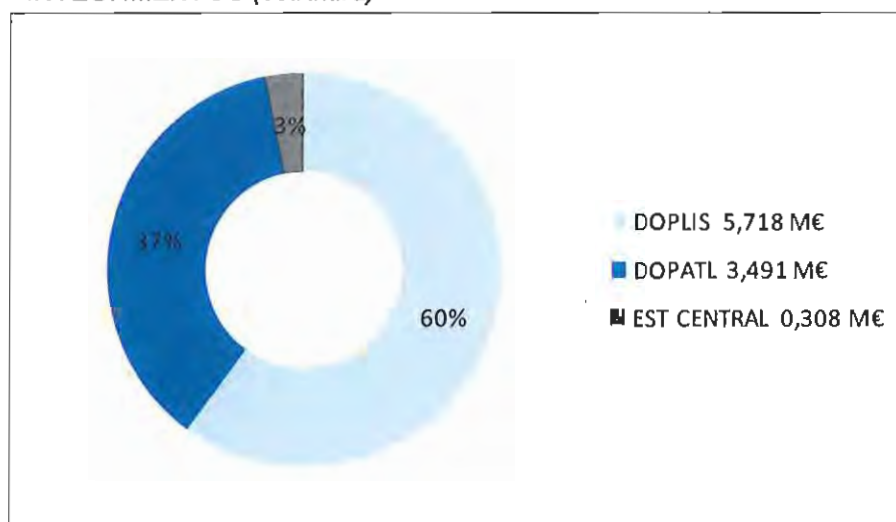
## 7. INVESTIMENTOS

A política de investimentos da NAV Portugal, nas suas áreas operacionais, é enquadrada pelos planos internacionais de harmonização da navegação aérea. Assim, os investimentos da RIV de Lisboa são planeados tendo em conta a harmonização e os objetivos (segurança, capacidade, eficiência) estabelecidos nos planos Europeus e os da RIV de Santa Maria nos planos da região NAT (*North Atlantic*) da ICAO.

Os objetivos de capacidade dos órgãos ATC da NAV Portugal são estabelecidos de acordo com as previsões de médio prazo para a variação do tráfego. O plano de investimentos em novos sistemas de apoio considera estes objetivos de capacidade, bem como a necessária substituição de sistemas no termo da sua vida útil operacional.

Em 2012, o valor total dos investimentos da NAV Portugal ascendeu a 9,5 M€, significando um acréscimo de cerca de 25% relativamente a 2011, do qual 9,2 M€ destinaram-se aos órgãos operacionais (centros de controlo, torres de controlo nos aeroportos e estações exteriores) e cerca de 0,3 M€ à estrutura central da Empresa, conforme evidenciado no quadro seguinte:

INVESTIMENTOS (estrutura)



Dos investimentos realizados, em 2012, merecem destaque:

- disponibilização no Centro de Controlo de Santa Maria de novas funcionalidades, como a gestão de autorizações de controlo, seu processamento e representação gráfica, a flexibilização da gestão do espaço aéreo e a implementação do novo *standard* OACI de processamento de planos de voo - FPL2012;

*Handwritten signature and initials*



- atualização da estação de comunicações aeronáuticas intra-centros AMHS (*ATS Message Handling Service*) instalada no Centro de Controlo de Tráfego Aéreo de Lisboa;
- substituição do feixe hertziano de comunicações de dados instalado na ilha de Santa Maria. Foram objetivos do projeto garantir a disponibilidade da informação radar no Centro de Controlo Oceânico, bem como das funcionalidades de monitorização e controlo dos sistemas instalados nas estações remotas;
- contratação da extensão do sistema de tecnologia *multilateration* (MLAT) instalado para vigilância da área do Aeroporto de Lisboa, visando a disponibilização de serviços de vigilância às aeronaves em aproximação ao aeroporto;
- reabilitação da Torre de Controlo do Aeroporto de Faro para repor as condições de funcionamento dos serviços de controlo de tráfego aéreo, afetadas pelos danos nas instalações provocadas pelo tornado ocorrido em outubro de 2011 e,
- substituição de sistemas de climatização instalados no ACC de Lisboa e nos aeroportos de Ponta Delgada e de Faro. Foi objetivo deste investimento o cumprimento de disposições legais.

## **8-RECURSOS HUMANOS**

A Política de Recursos Humanos da Empresa, desenvolvida no ano de 2012, continuou a ter como designio enquadrador os objetivos e linhas de orientação constantes do documento " Estratégia NAV Portugal 2010+ " onde, em linha com os objetivos estratégicos definidos, assumiu primordial relevância na Gestão de Recursos Humanos, a necessidade contínua da adaptação qualitativa e quantitativa do capital humano, através da adoção de medidas de redimensionamento organizacional e de ajustamento dos perfis de competências.

Com efeito, a regulamentação europeia decorrente da implementação das diversas fases do "Céu Único Europeu", a par das exigências de competitividade impostas para a prestação de serviços de navegação aérea na Região de Informação de Voo de Santa Maria, impõe à NAV Portugal em geral e à gestão de recursos humanos em particular, um conjunto de desafios relacionados, assente na procura da excelência organizacional.

Neste contexto, tem constituído preocupação fundamental a valorização e adaptação competitivas do tecido laboral da Empresa, através da prossecução dos seguintes objetivos:

- dimensionamento e adaptação dos recursos humanos aos novos requisitos organizativos e funcionais, internacionalmente exigíveis para a prestação do serviço de navegação aérea;
- melhoria dos níveis de proficiência das competências transversais e técnico-profissionais dos recursos humanos, através do alargamento dos sistemas de gestão de desempenho e,
- melhoria do clima sócio laboral.

### **8.1-CARACTERIZAÇÃO E MOBILIDADE DO UNIVERSO LABORAL**

O universo laboral ativo, no final do ano de 2012, é constituído por 999 trabalhadores. Em termos funcionais os trabalhadores afetos às áreas de prestação de serviços de Tráfego Aéreo e de Segurança e Desempenho Operacional representam cerca de 76% daquele universo e as áreas de Estudos/Projetos e de Sistemas de Tecnologias de Informação representam 8%, estando os restantes 16% afetos aos serviços centrais.

u  
tif

Encontram-se ainda a cargo da Empresa 15 trabalhadores em cessação de funções e pré-reforma, a que acrescem outros 4 em situação de requisição, nomeação para órgãos sociais e licença sem vencimento sendo, assim, de 1018 o número total de trabalhadores com vinculação contratual à NAV Portugal.

<b>Universo Laboral ao serviço em 31-12-2012</b>	<b>999</b>
Mercado de trabalho	963
Função pública	36
Contratos a termo	0
<b>A cargo da NAV Portugal E.P.E.</b>	<b>15</b>
Cessação de funções	14
Pré-reforma	1
Outras situações	0
Requisição	1
Nomeação para órgãos sociais	1
Licença sem vencimento	2
<b>Total de trabalhadores vinculados</b>	<b>1018</b>

Durante o ano de 2012 verificou-se um aumento na população laboral ativa, pelo efeito conjugado de 55 entradas e 28 saídas, em resultado de admissões e revinculações contratuais e de processos de aposentação e reforma.

<b>Efetivos</b>	<b>2012</b>	<b>%</b>	<b>2011</b>
Início do ano	972	100	975
Entradas	55	1,9	26
Saídas	- 28	2,0	- 29
<b>Final do ano</b>	<b>999</b>		<b>972</b>

Salienta-se que, das 28 saídas verificadas, 5 resultaram da inibição legal para o exercício de funções operacionais por parte de controladores de tráfego aéreo, os quais se encontram a aguardar a concessão da respetiva reforma ou aposentação, sendo as restantes saídas motivadas essencialmente por caducidade contratual, resultante de processos de aposentação ou reforma.

As 55 entradas e revinculações contratuais, conforme anteriormente referido, decorreram basicamente da necessidade de substituição de controladores de tráfego aéreo em consequência da sua cessação de funções operacionais, bem como da



contratação de trabalhadores para a satisfação de necessidades nas áreas de estudos e projetos, segurança e desempenho operacional e na área corporativa da Empresa.

## 8.2·QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS

A estrutura de Qualificações Profissionais mantém-se idêntica à do ano anterior, refletindo, assim, uma estabilização do perfil agregado de competências técnico-profissionais exigíveis.

A análise do perfil agregado de competências certificadas mostra que cerca de 64% do universo laboral da Empresa é constituído por quadros com formação universitária (Quadros Superiores e Quadros Médios) e que cerca de 33 % dos trabalhadores da Empresa possuem competências decorrentes de uma formação académica intermédia (Altamente Qualificados), conforme se evidencia no quadro seguinte:

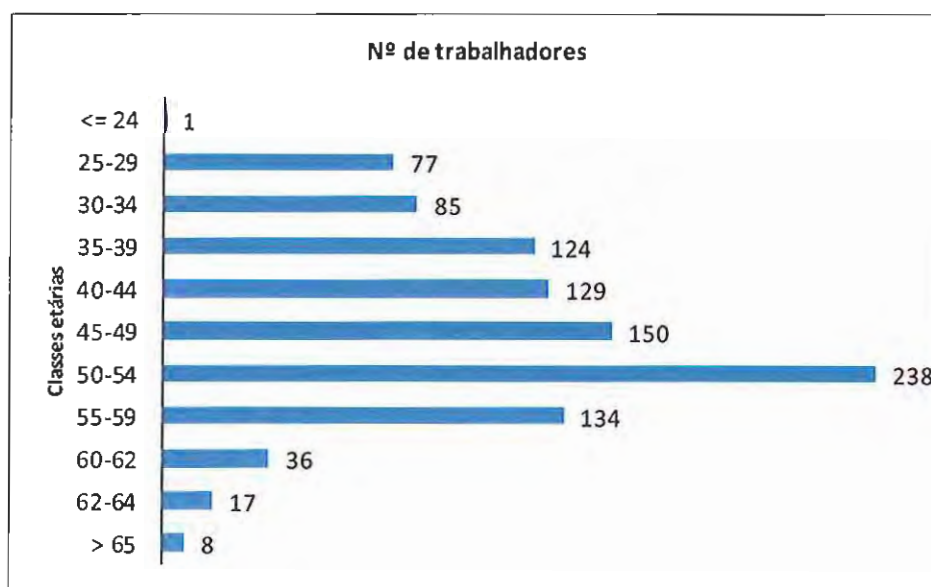


A manutenção do perfil agregado de competências certificadas que se tem vindo a verificar na Empresa, bem como dos seus elevados níveis de exigência, decorre essencialmente do esforço desenvolvido na caracterização das necessidades organizativas das missões funcionais críticas para a prestação de serviços de navegação aérea.

u  
y hf

### 8.3·ESTRUTURA ETÁRIA

Em termos de distribuição etária, o universo laboral da Empresa tem o seu valor modal no intervalo compreendido entre os 50 e 54 anos, situando-se a estrutura etária média, nos 46 anos.



Esta situação evidencia por um lado, um reduzido nível de refrescamento dos quadros de pessoal em consequência do facto das necessidades organizativas de recrutamento se confinarem essencialmente à área de controlo de tráfego aéreo, que representa um terço do universo laboral, e por outro lado uma natural fidelização dos trabalhadores, em função do quadro de benefícios e de vantagens comparativas proporcionado pela Empresa.

### 8.4·ABSENTISMO

O absentismo global da Empresa, em 2012, situou-se em 4,6%, traduzindo uma ligeira redução de 0,1 pontos percentuais face ao ano anterior. Constituíram fatores contributivos relevantes para a inatividade laboral registada, as situações de ausência motivadas por doença ou incapacidade temporária do próprio trabalhador e a proteção social de assistência à família e maternidade/paternidade, as quais representaram cerca de 71 % do total das ausências verificadas.

## 8.5 ATIVIDADE FORMATIVA

A valorização dos recursos humanos, capacitando-os para um melhor desempenho de funções e garantindo a eficácia dos resultados obtidos pelos serviços, constituiu, uma vez mais, no ano de 2012, um objetivo estratégico para a NAV Portugal.

Na prossecução desse objetivo e apesar da existência duma envolvente externa com condições adversas, a atividade formativa realizada pela Empresa, em 2012, foi resultado da continuação de uma política de formação, que visa dar efetiva possibilidade de desenvolvimento de competências aos seus trabalhadores, mantendo-os bem adaptados a uma realidade altamente mutável, podendo assim a Empresa garantir de modo permanente a prestação de serviços de qualidade, no âmbito das suas atribuições, sem descuidar a existência dum clima organizacional adequado à sua responsabilidade social.

A formação ministrada foi essencialmente de três tipos:

- inicial/qualificante: cujo objetivo é preparar novas admissões de pessoal operacional, nomeadamente para a área de controlo de tráfego aéreo;
- reciclagem/atualização: destinada a proporcionar aos trabalhadores as condições que lhes possibilitem desenvolver as suas competências e que os mantenha permanentemente atualizados, cumprindo igualmente com o estipulado na regulamentação aplicável ao sector da navegação aérea, nomeadamente no que está determinado para os "refrescamentos" destinados às áreas operacionais e,
- desenvolvimento/especialização: destinada à transmissão de novos conhecimentos, necessários à operação e manutenção de equipamentos e sistemas que resultam da implementação de novos projetos.

Efetivamente, o contributo dado pela formação, ao longo do tempo, tem vindo a revelar-se de toda a importância para que a NAV Portugal se apresente como ANSP de referência entre as suas congéneres. Em 2012, a Empresa realizou um número muito significativo de ações de formação internas (em sala e nos postos de trabalho), conforme sintetizado no quadro seguinte:

u  
y tif



### FORMAÇÃO INTERNA

ÁREAS DE FORMAÇÃO	AÇÕES DE FORMAÇÃO	PARTICIPANTES	HORAS DE FORMAÇÃO	HORAS DE PRODUÇÃO
Operacional/OJT	340	1 413	19 994	59 729
Formação geral	62	527	618	7 100
Técnica/Projecto	40	127	426	1 353
<b>TOTAL</b>	<b>442</b>	<b>2 067</b>	<b>21 038</b>	<b>68 182</b>

### FORMAÇÃO EXTERNA

LOCAIS DE FORMAÇÃO	AÇÕES DE FORMAÇÃO	PARTICIPANTES	HORAS DE FORMAÇÃO	HORAS DE PRODUÇÃO
País	107	268	2 421	4 117
Estrangeiro	22	33	582	882
<b>TOTAL</b>	<b>129</b>	<b>301</b>	<b>3 003</b>	<b>4 999</b>

Em 2012, das 68.182 horas de formação realizadas internamente, 77,3% foram da responsabilidade direta do Centro de Formação. De salientar, pela sua importância e meios envolvidos, o programa de formação concretizado pela área operacional afeta à prestação dos serviços de tráfego aéreo, onde se inclui a formação inicial para preparação de novos controladores de tráfego aéreo (26.496 HP).

De referir, igualmente, pelo número de participantes envolvidos das áreas operacionais, as ações de refrescamento que foram realizadas ao longo do ano, com recurso a meios de simulação, bem como para as direções operacionais, a formação OJT, destinada, nomeadamente, à obtenção de novas qualificações nos diversos órgãos ATC, que, pelo seu impacto na atividade, assume particular relevância (14.209 HP).

Na formação associada ao desenvolvimento de novos projetos, o número de participantes foi de 84, com 705 HP.

Na formação, ministrada por entidades externas (nacionais e estrangeiras), o plano concretizado em 2012 foi de continuidade e direcionado para a permanente atualização dos conhecimentos, bem como a aquisição de novas competências, sobretudo nas áreas de *Safety*, das novas tecnologias, da gestão e dos novos processos.

h  
hp

No que respeita à formação no estrangeiro, o principal parceiro continua a ser o *Institute of Air Navigation Services* (Instilux), representando 81,6% das horas de formação recebidas fora do país.

Na prestação de serviços para o exterior, o ano de 2012 assumiu particular relevância tanto pelo conjunto de ações realizadas, como pelas ações que foram projetadas e contratualizadas cuja realização se desenvolverá num futuro próximo.

Neste âmbito, das ações realizadas para diferentes entidades nacionais, destaca-se a formação ministrada para pilotos da TAP, no âmbito da cooperação existente nesta área entre as duas empresas, a formação inicial e de refrescamento de AITA (Agente de Informação de Tráfego Aéreo), destinada à SATA e que integrou colaboradores da Câmara Municipal de Évora e a formação em sinalização luminosa de pistas, ministrada a técnicos de manutenção elétrica da ANAM, cujos resultados quantitativos se sintetizam no quadro seguinte:

#### FORMAÇÃO PARA EXTERIOR

ENTIDADES	AÇÕES DE FORMAÇÃO	PARTICIPANTES	HORAS DE FORMAÇÃO	HORAS DE PRODUÇÃO
<b>Nacionais</b>				
TAP	2	27	16	216
SATA	4	12	183	450
ANAM	1	6	16	96
OUTROS	-	2	-	240
<b>Estrangeiras</b>				
ENASA(STOMÉ E PRÍNCIPE)	3	20	315	2198
ASA(CABO VERDE)	3	18	1108	6952
CAAC – ADA(CHINA)	1	12	60	720
ADM-MOÇAMBIQUE	1	3	70	210
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>	<b>100</b>	<b>1 768</b>	<b>11 082</b>

A nível internacional, foram vários os contratos de prestação de serviços de formação celebrados com diversas entidades congéneres da NAV Portugal:

- a ENASA adjudicou a formação de 10 técnicos de informação e comunicações aeronáuticas;
- no âmbito do protocolo assinado com as autoridades chinesas, foi realizada uma ação de OJTI, tendo uma de supervisão transitado para 2013;

h  
y tyf



- a ASA assinou um vasto programa formativo que se prolongará por todo o ano 2013, tendo a NAV Portugal sido selecionada para ministrar toda a formação inicial para admissão de 10 controladores para aquela empresa, bem como a formação radar (2 cursos) destinada a proporcionar a 10 CTA as condições para a obtenção desta qualificação e,
- encontram-se em fase de contratualização alguns projetos formativos para a ENANA (Angola) e ADM (Moçambique), a desenvolver em 2013.

Na NAV Portugal, a missão que cabe à formação assume particular relevância e complexidade, tendo em consideração o contexto em que desenvolve a sua atividade. Tal desiderato obriga a que estejam disponíveis os recursos adequados, quer em termos técnicos quer didáticos, estando atualmente em fase de desenvolvimento vários projetos, dos quais se destacam, como exemplo, o desenvolvimento de novas funcionalidades para o simulador de controlo radar, envolvendo recursos internos e externos.

Encontra-se igualmente em fase de ultimização, o processo de lançamento do concurso que levará à substituição do simulador de controlo de aeródromo, que visa, para além da atualização tecnológica, a possibilidade de simular o ambiente real de cada órgão de controlo.

A criação de um espaço destinado à auto preparação dos alunos do curso de formação inicial para controladores de tráfego aéreo é considerada importante, num contexto de utilização otimizada da capacidade formativa, dando um passo importante na utilização das novas tecnologias, nomeadamente o “*e-learning*”. A utilização desta ferramenta, que se pretende extensível a outras áreas da formação, merecerá particular atenção no decorrer de 2013.



## **9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA**

### **9.1. POLÍTICA DE PREÇOS – TAXAS DE NAVEGAÇÃO AÉREA**

Portugal, na sua qualidade de Estado Membro da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), da União Europeia (UE), da Organização Europeia para a Segurança da Navegação Aérea (EUROCONTROL), bem como Estado Participante no Acordo Multilateral relativo às Taxas de Rota, encontra-se vinculado à legislação e regulamentos em vigor em matéria de política de preços dos serviços de navegação aérea, de Rota e de Terminal, nomeadamente:

- Regulamento (UE) nº 1191/2010 da Comissão, de 16 de dezembro, que estabelece o regime comum de tarifação dos serviços de navegação aérea, por alteração ao Regulamento (CE) nº 1794/2006, de 6 de dezembro, e
- Princípios para a determinação das bases de custos e cálculo das taxas unitárias de rota, aprovados pela Comissão Alargada da EUROCONTROL, em 20 de setembro de 2011 (Doc. Nº 11.60.01), integrando no seu quadro jurídico o referido Regulamento (EU) nº 1191/2010.

A política de isenções, definida pelo Estado português, está consagrada na seguinte legislação nacional:

- Taxas de Rota: Portaria nº 1467-B/2001 de 31 de dezembro e,
- Taxas de Terminal: Decreto Regulamentar nº 12/99 de 30 de julho.

#### **9.1.1 SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA DE ROTA**

As taxas devidas pela prestação de serviços de rota aos utilizadores do espaço aéreo das Regiões de Informação de Voo sob responsabilidade de Portugal, são determinadas no estrito cumprimento dos Princípios anteriormente referidos, em ambas as Zonas de Tarifação (ZT) de Rota estabelecidas para Portugal:

- Zona de Tarifação de Rota de Lisboa, compreendendo o espaço aéreo da Região Superior de Informação de Voo de Lisboa e o da Região de Informação de Voo de Lisboa e,
- Zona de Tarifação de Rota de Santa Maria, compreendendo o espaço aéreo da Região de Informação de Voo de Santa Maria.

De acordo com o referido Regulamento (UE) e Princípios definidos pelo EUROCONTROL, a taxa unitária nacional de rota, para o ano  $n$ , é determinada de acordo com os custos fixados no início de cada período de referência (tendo o primeiro sido estabelecido para o horizonte temporal 2012/14), deduzidos dos custos com os voos isentos e ajustados pelo desvio apurado no ano  $n-2$ , sendo o resultado dividido pelo número de unidades de serviço taxáveis estimado para esse ano, em cada Zona de Tarificação.

Esta taxa visa a recuperação dos custos nacionais fixados com a prestação dos serviços de rota suportados pela NAV Portugal e pelas restantes entidades nacionais envolvidas (INAC, IPMA, FAP e MARINHA), bem como os custos suportados pela Agência EUROCONTROL na parte imputável a Portugal.

As taxas unitárias nacionais de rota, aprovadas pela Decisão nº 111 da Comissão Alargada, de 7 de dezembro de 2011 para vigorar em 2012, cifraram-se em € 32,92 na Zona de Tarificação de Lisboa e € 9,65 na Zona de Tarificação de Santa Maria, traduzindo um decréscimo de cerca de 31% na ZT de Lisboa e de 20% na ZT de Santa Maria.

Esta variação, ilustrada no quadro seguinte, ficou a dever-se, sobretudo, ao impacto das medidas de redução remuneratória, introduzidas pela LOE para 2012, na rubrica "Gastos com Pessoal", que por si só representa cerca de 78% do total de gastos da Empresa.

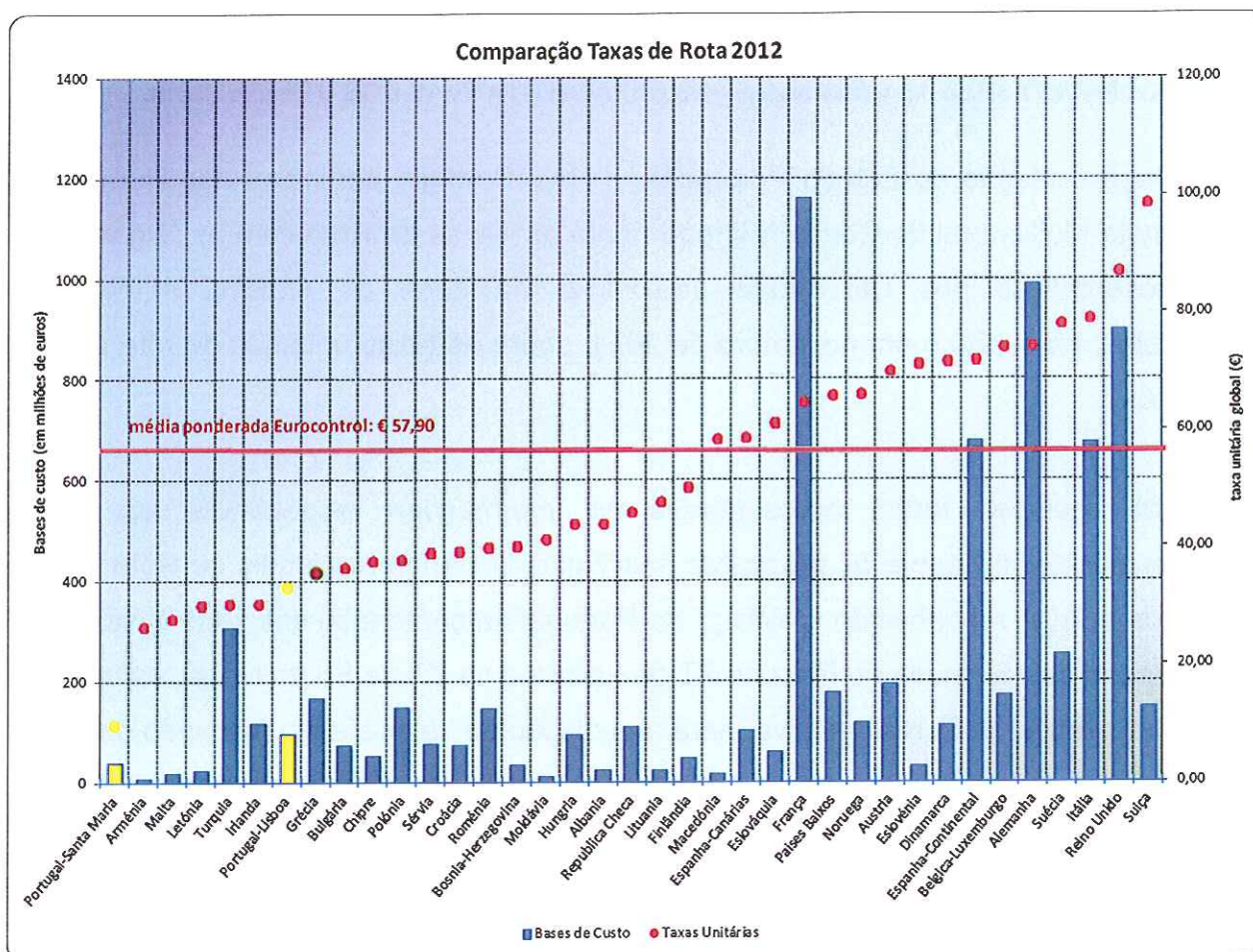
ZONA TARIFICAÇÃO de LISBOA				ZONA TARIFICAÇÃO de SANTA MARIA			
2012	2011	Valor $\Delta$	%	2012	2011	Valor $\Delta$	%
32,92 €	47,43 €	-14,51 €	-30,6%	9,65 €	12,06 €	-2,41 €	-20,0%

A taxa unitária administrativa regional, calculada pela divisão dos custos estimados do Serviço Central de Taxas de Rota (SCTR) do EUROCONTROL pelo número total de unidades de serviço, estimado para 2012, no espaço aéreo do conjunto dos Estados Participantes no Sistema de Taxas de Rota, visa a recuperação dos custos suportados pelo SCTR do EUROCONTROL com a faturação e cobrança das taxas de rota, em nome dos Estados Participantes no referido Acordo Multilateral, tendo sido fixada para 2012 em € 0,14€, valor ligeiramente inferior ao cobrado em 2011 (€ 0,15).

h,  
g  
t  
f



Do somatório da taxa unitária nacional com a taxa unitária administrativa regional, resultaram os valores das taxas unitárias globais de rota, a praticar no ano de 2012, de € 33,06 na Zona de Tarificação de Lisboa e de € 9,79 na Zona de Tarificação de Santa Maria, valores substancialmente inferiores à média ponderada das taxas unitárias globais praticadas pelos Estados Participantes no Sistema de Taxas de Rota (€ 57,90), o que é bem patente no gráfico seguinte.



### 9.1.2 SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA DE TERMINAL

As bases de custos, com base nas quais foi calculada a Taxa Unitária de Terminal para 2012, foram estabelecidas de acordo com a regulamentação anteriormente referida, considerando os custos suportados pela Empresa com a prestação dos serviços de Terminal nos Aeroportos Nacionais servidos pela NAV Portugal.

Assim, e tendo em conta as previsões de unidades de serviço nos aeroportos nacionais, a Taxa Unitária de Terminal para 2012 foi fixada em € 126,25, valor determinado de acordo com a fórmula de cálculo das unidades de serviço, estipulada



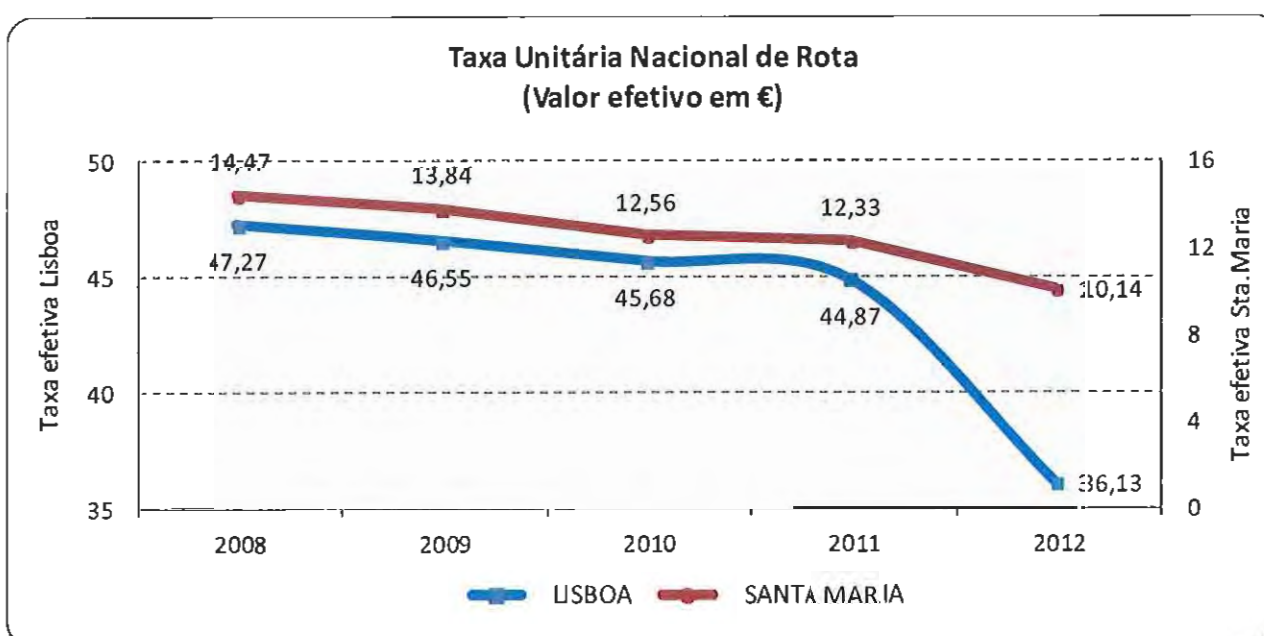
no ponto 1 do Anexo V ao referido Regulamento (UE) N° 1191/2010, considerando o fator massa elevado à potência de 0,7.

O decréscimo significativo, de quase 25%, relativamente ao valor praticado no ano anterior, ficou igualmente a dever-se às medidas de redução remuneratória, introduzidas pela LOE para 2012, com impacto direto no comportamento dos "Gastos com Pessoal".

### 9.1.3 CONSULTA COM AS ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS DOS UTILIZADORES

Em representação do Estado Português, a NAV Portugal participou nas Reuniões de Consulta Multilateral do Comité Alargado para as Taxas de Rota com as Organizações Representativas dos Utilizadores realizadas na sede do EUROCONTROL, em Bruxelas, em junho e em novembro de 2011, sobre as taxas unitárias de rota a vigorar em 2012.

Nestas reuniões foram apresentadas as informações respeitantes aos custos, investimentos, tráfego e às propostas das Taxas Unitárias Nacionais de Rota, tendo a IATA e a IACA reconhecido o esforço de Portugal na contenção dos seus custos com a prestação dos Serviços de Rota na ZT de Lisboa e na ZT de Santa Maria, esforço esse que contribuiu, de forma decisiva, para a evolução do valor efetivo (excluído o efeito do mecanismo corretor) das taxas unitárias nacionais de rota no período 2008-2012, conforme ilustrado no gráfico seguinte:



No que respeita à Taxa Unitária de Terminal, a NAV Portugal submeteu ao INAC, em 28 de outubro de 2011, as informações relativas a custos, investimentos, tráfego e taxa unitária previstos para 2012, as quais foram posteriormente enviadas pelo INAC à Comissão Europeia e EUROCONTROL. Estas informações foram apresentadas na Reunião de Consulta Multilateral com as Organizações Representativas dos Utilizadores realizada, em Bruxelas, na Sede do EUROCONTROL, em 25 de novembro de 2011, sob a presidência da Comissão Europeia, tendo a respetiva taxa sido formalmente fixada e publicada através da Portaria n.º 25/2012, de 26 de janeiro, do Ministério da Economia e do Emprego.

## 9.2.RENDIMENTOS

Os rendimentos totais obtidos pela NAV Portugal em 2012 ascenderam a 183,1 milhões de euros, o que traduz um ligeiro decréscimo (-0,4%) face ao ano anterior. O quadro seguinte mostra a evolução registada pelas diversas rubricas de Rendimentos e Ganhos:

**RENDIMENTOS** Unidade : milhares de euros

Rúbricas	2012		2011		Δ 12/11	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	178.096	97,2	177.954	96,8	143	0,1
. ROTA	148.708	81,2	146.952	79,9	1.756	1,2
. LISBOA	111.021	60,6	109.493	59,6	1.527	1,4
. SANTA MARIA	37.688	20,6	37.459	20,4	229	0,6
. TERMINAL	29.388	16,0	31.001	16,9	(1.613)	(5,2)
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	3.093	1,7	4.675	2,5	(1.582)	(33,8)
REVERSÕES DE IMPARIDADES	1.178	0,6	296	0,2	882	298,4
TRABALHOS P. PRÓPRIA ENTIDADE	768	0,4	893	0,5	(125)	(14,0)
<b>TOTAL RENDIMENTOS E GANHOS</b>	<b>183.135</b>	<b>100,0</b>	<b>183.817</b>	<b>100,0</b>	<b>(682)</b>	<b>(0,4)</b>

Os rendimentos inerentes à prestação de serviços atingiram o valor aproximado de 178 milhões de euros, muito semelhante ao verificado em 2011, embora registando comportamentos divergentes no que respeita a serviços de rota e terminal, o que se justifica pelo facto de, em 2012, se ter aplicado pela primeira vez o novo regime comum de tarifação dos serviços de navegação aérea, consignado no Regulamento (UE) nº 1191/2010, pelas alterações introduzidas ao Regulamento (CE) nº 1794/2006.

Assim, enquanto para a prestação de serviços de terminal se continua a aplicar o princípio da recuperação integral do custo económico, os rendimentos respeitantes aos

u  
hf



serviços de rota passaram a basear-se nos custos fixados para cada exercício, ajustados pelos seguintes fatores:

- diferença entre a inflação prevista e a inflação real;
- partilha de riscos de tráfego, de acordo com o mecanismo estabelecido nos nºs 2 a 7, do artigo 11º-A, do Regulamento (UE) nº 1191/2010 e,
- partilha do risco de custos, aplicado exclusivamente a determinadas naturezas de custos consideradas independentes da influência do prestador de serviço, de acordo com o estabelecido no nº 8, do artigo 11º- A do Regulamento (UE) nº 1191/2010.

Desta alteração resultou que, não obstante o decréscimo de tráfego verificado em 2012, os rendimentos decorrentes da atividade de rota (149 M€) tenham crescido cerca de 1,2% (1,8 M€), enquanto os rendimentos de terminal (29 M€) registaram uma quebra de 5,2% (-1,6 M€).

De salientar, no entanto, que os rendimentos de prestação de serviços refletem a redução do montante de 3 milhões de euros, correspondente aos custos com os voos isentos de taxas de rota e de terminal, em conformidade com a política de isenção de taxas definida pelo Estado português, traduzindo-se numa redução de receitas para a Empresa. Nos termos do estabelecido no Artigo 9º do Regulamento (CE) Nº 1794/2006, bem como nos referidos princípios do EUROCONTROL, os custos com os voos isentos devem ser ressarcidos pelo Estado aos Prestadores de Serviços, facto que, no entanto, até à data, não se tem verificado.

Com um peso pouco significativo no total dos Rendimentos e Ganhos, na rubrica de Outros (com cerca de 1,7% do total), destacam-se os juros, os rendimentos relativos ao aeródromo de Cascais e as receitas da formação prestada a diversas entidades, a Reversão de Imparidade da NAER (0,6%) e os Trabalhos para a Própria Empresa (0,4%).

### 9.3·GASTOS

Em 2012, o total de Gastos e Perdas suportado pela NAV Portugal ascendeu a 179,7 milhões de euros, representando um decréscimo de cerca de 1,5% face ao valor registado no exercício anterior, de acordo com a estrutura apresentada no quadro seguinte:



**GASTOS**

Unidade : milhares de euros

Rúbricas	2012		2011		Δ 12/11	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
GASTOS COM PESSOAL	139.475	77,6	142.050	77,8	(2.575)	(1,8)
CONSUMOS E FORN. SERV. EXTERNOS	14.926	8,3	14.223	7,8	703	4,9
GASTOS/REVERSÕES DE AMORTIZAÇÕES	9.380	5,2	10.563	5,8	(1.183)	(11,2)
OUTROS GASTOS E PERDAS	13.639	7,6	9.051	5,0	4.588	50,7
IMPARIDADES	573	0,3	5.451	3,0	(4.878)	(89,5)
PROVISÕES	1.627	0,9	928	0,5	699	75,3
JUROS E GASTOS SIMILARES	128	0,1	242	0,1	(114)	(47,1)
<b>TOTAL GASTOS E PERDAS</b>	<b>179.748</b>	<b>100,0</b>	<b>182.508</b>	<b>100,0</b>	<b>(2.760)</b>	<b>(1,5)</b>

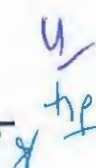
A rubrica com maior peso na estrutura de gastos da Empresa é a de Pessoal, representando quase 78% do total, embora em 2012 se tenha registado um ligeiro decréscimo (1,8%) face ao ano anterior, em consequência da aplicação das medidas de redução de custos implementadas aliada à diminuição dos encargos com fundos de pensões, resultando no decréscimo de cerca de 2,6 M€ comparativamente aos gastos registados em 2011.

A evolução verificada na rubrica Consumos e Fornecimentos e Serviços Externos evidencia um acréscimo de cerca de 0,7 M€ (4,9%), decorrente dos aumentos verificados nas seguintes rubricas: eletricidade (0,35 M€), conservação e reparação (0,15 M€), assessoria informática (0,07M€) e vigilância e segurança (0,09 M€).

O decréscimo de 11,2% na rubrica Amortizações reflete o efeito de vários equipamentos terem atingido o fim da vida útil em termos contabilísticos e não terem sido, ainda, substituídos.

A componente "Outros Gastos e Perdas" regista um acréscimo de 4,6 M€ (50,7%), derivado do valor descontado do mecanismo corretor (4,5 M€).

Os gastos com Imparidades ascenderam a 0,6 M€ e respeitam a dívidas de Clientes, enquanto o valor registado em Provisões, de 1,6 M€, resulta do reforço correspondente a um terço do capital próprio (negativo) da participada Edisoft, no valor aproximado de 2,9 M€, compensado pela reversão de 1,2 M€ em encargos com processos judiciais em curso.



## 9.4 RESULTADOS

O Resultado Líquido de 2012 regista um lucro de cerca de 1,7 M€. A sua discriminação e comparação com o valor verificado em 2011, são evidenciadas no quadro seguinte:

### RESULTADOS

Unidade : milhares de euros

Rubricas	2012		2011		Δ 12/11	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
RENDIMENTOS	183.135	100,0	183.817	100,0	(682)	(0,4)
GASTOS (-)	179.620	98,1	182.266	99,2	(2.646)	(1,5)
RES. A. GASTOS FINANC. E IMPOSTOS	3.515	1,9	1.552	0,8	1.964	126,6
JUROS SUPOSTADOS (-)	128	0,1	242	0,1	(114)	(47,1)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS (RAI)	3.387	1,8	1.310	0,7	2.078	158,7
IMPOSTOS S/RENDIMENTO (-)	10.178	5,6	10.445	5,7	(268)	(2,6)
IMPOSTOS DIFERIDOS	8.466	4,6	4.159	2,3	4.307	103,6
<b>RESULTADO LÍQUIDO (RL)</b>	<b>1.676</b>	<b>0,9</b>	<b>(4.977)</b>	<b>(2,7)</b>	<b>6.653</b>	<b>133,7</b>

O Resultado Operacional, no montante de 3,5 M€, registou um acréscimo de 2,0 M€ relativamente a 2011 e, como referido anteriormente, no cômputo do mesmo não foi considerado, na componente de rendimentos, o valor dos custos com os serviços de navegação aérea prestados aos voos isentos, o qual, em 2012, atingiu cerca de 3 M€.

O montante registado na rubrica Impostos sobre o Rendimento (IRC) está influenciado pelo valor do gasto, com os Fundos de Pensões NAV Complementos e NAV/SINCTA Complementos (44 M€), não aceite na sua totalidade como gasto fiscal, o qual excedeu, em cerca, de 36 M€, o limite estabelecido no artigo 43º do CIRC.

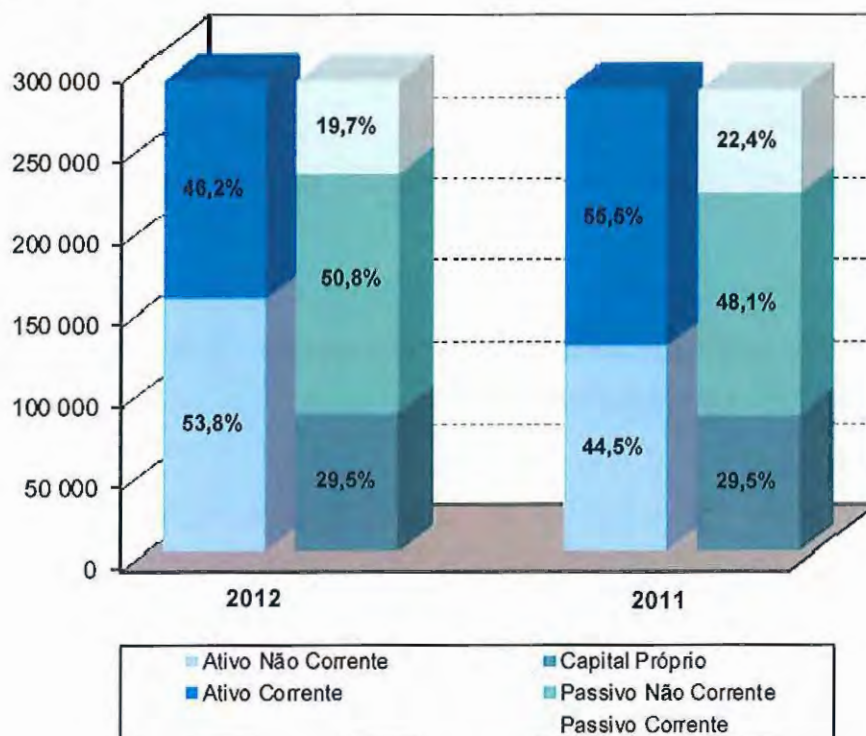
## 9.5 ESTRUTURA PATRIMONIAL

O Capital Próprio, no final de 2012, é de cerca de 85 M€, contribuindo para uma cobertura do Ativo Total de 30%. Em 31 de dezembro, o Ativo Líquido ascendeu a 288,9 M€, dos quais cerca de 54% respeitam a elementos do Ativo Não Corrente. A evolução da situação patrimonial continua a revelar uma prudente estrutura de financiamento, como se evidencia no gráfico seguinte:

u  
np  
f



Milhares €



u  
hf  
y



## 10-INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A gestão do espaço aéreo é um processo dinâmico que visa acomodar a evolução do tráfego. Consciente desta problemática e atenta às necessidades dos seus clientes, a NAV Portugal tem vindo a adaptar, de forma antecipada, as estruturas do espaço aéreo ao crescimento da procura e ao cumprimento da regulamentação internacional em vigor.

De destacar três conjuntos de atividades de investigação e desenvolvimento ocorridas ao longo de 2012, designadamente:

- As relacionadas com o objetivo de garantir níveis elevados de segurança:
  - Desenvolvimento de ferramentas que auxiliam o controlador a garantir a segurança dos voos, nomeadamente o TTW – *Track Termination Warning*, e integrá-los no LISATM V7;
  - Integração de uma nova versão do *multi-tracker* ARTAS no LISATM V8, proporcionando melhores níveis de vigilância e,
  - Integração de dados ADS-B e WAM no ARTAS da FIR Atlântica, garantindo níveis mais elevados de vigilância.
- As relacionadas com o cumprimento de Requisitos Regulamentares:
  - Desenvolvimento de *interface* em C++ e Java, com o *Front-End* comunicação *Data Link* para implementação da comunicação silenciosa entre Piloto e Controlador, no âmbito do programa Link2000+ do EUROCONTROL e na prevista IR (*Implementing Rule*) da CE;
  - Implementação de uma nova aplicação de visualização nas posições de controlo (CWP), baseada na mais recente tecnologia desenvolvida em linguagem Java e incluindo as funcionalidades ATC necessárias à implementação do Bloco Funcional SW-FAB, para a RIV de Lisboa, em conformidade com o requerido em regulamentação CE aplicável;
  - Desenvolvimento de *interface* em C++ e Java para implementação da comunicação de dados ADS-C, Simulador e HMI para CWP no âmbito do projeto Data Link da NAV Portugal, integrado no programa Link2000+ do EUROCONTROL;

- Desenvolvimento e implementação do protocolo FMTP (*Flight Message Transfer Protocol*) conforme *standard* em vigor e previsto numa IR (*Implementing Rule*) da CE e,
  - Implementação da funcionalidade ICAO FPL2012 na FIR de Lisboa, de acordo com os novos requisitos ICAO e EUROCONTROL, suportado em aplicações desenvolvidas em C++ e Java.
- As relacionadas com a melhoria dos padrões de desempenho e garantia da qualidade do serviço prestado:
- Desenvolvimento e instalação de um Simulador do Sistema ATM, em uso no Centro de Controlo de Tráfego Aéreo de Lisboa, para formação e refrescamento de controladores.

De salientar que as despesas suportadas com investigação e desenvolvimento foram incorridas no âmbito dos projetos em curso desenvolvidos pela NAV Portugal.

u  
g  
tp  
f

## 11. PERSPETIVAS FUTURAS

As últimas projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI)<sup>15</sup> apontam para um reforço gradual do crescimento da economia mundial em 2013 (3,5% contra 3,2% estimados para 2012), onde as economias avançadas continuarão a expandir-se a taxas moderadas (1,4% em termos médios).

No entanto, para a zona euro, as perspetivas económicas foram fortemente revistas em baixa, passando de um crescimento médio previsto de 0,1% do PIB, para a manutenção de um cenário de recessão (-0,2%), embora mais ligeiro que o estimado para 2012 (-0,4%), uma vez que, apesar do progresso obtido nas reformas políticas, ainda não se registaram melhorias ao nível de financiamento do sector privado e se mantem a incerteza sobre a resolução da crise da dívida.

O FMI prevê também que os Estados Unidos cresçam a uma taxa de 2% em 2013, embora subsistam riscos associados a um reequilíbrio orçamental excessivo no curto prazo, enquanto para o Japão se estima um aumento de 1,2% do PIB, suportado em medidas conjunturais de estímulo económico.

As economias emergentes e em desenvolvimento deverão manter um crescimento robusto (5,5 % em termos médios), embora não tão pujante como no período 2010-2011. A China e a Índia mantêm as maiores taxas de crescimento previsto – 8,2% e 5,9% respetivamente – refletindo políticas internas de estímulo à atividade económica, se bem que a debilidade das economias avançadas possa afetar negativamente a procura externa e os termos de troca dos exportadores de mercadorias.

No que respeita à economia portuguesa, as projeções não são consensuais. Enquanto o Governo mantém o cenário de contração do PIB em 1% de média anual, coincidente com o estimado pelo FMI<sup>16</sup> e Comissão Europeia<sup>17</sup>, a OCDE e o Banco de Portugal (BdP) são mais pessimistas, prevendo uma recessão na ordem dos 1,8%<sup>18</sup> e 1,9% respetivamente. Esta última projeção consta do boletim económico de inverno do BdP,

<sup>15</sup> *World Economic Outlook Update*, janeiro 2013

<sup>16</sup> *World Economic Outlook*, outubro 2012

<sup>17</sup> *European Economic forecast Autumn 2012*, novembro 2012

<sup>18</sup> *Portugal-Economic forecast summary*, novembro 2012



que estima uma queda de 3,6% no consumo privado contra os 2,2% previstos no Orçamento de Estado para 2013, com impacto negativo na receita fiscal deste ano.

Este cenário de crescimento mais débil da economia em 2013, sobretudo ao nível da Europa e mais concretamente da zona euro, irá ter consequências diretas na evolução do tráfego aéreo dos Estados membros do EUROCONTROL, sendo esperada<sup>19</sup> uma estagnação a nível global, relativamente a 2012. No que respeita a Portugal, o EUROCONTROL antecipa, num cenário base, um decréscimo de 3,0% na RIV de Lisboa e de 1,1% na RIV de Santa Maria.

Em 2013, os preços do petróleo devem continuar pautados por grande volatilidade, tendo em conta que a matéria-prima é, cada vez mais, alvo de especulação e investimento. Com o combustível a representar entre 25% e 35% dos custos das companhias aéreas, tal poderá ter um impacto significativo ao nível do aumento das tarifas e, consequentemente, dos custos de viagem para o cliente.

Neste contexto, a NAV Portugal continuará a procurar, no âmbito do Projeto SESAR, integrado no Céu Único Europeu, soluções integradas que permitam melhorar a eficiência, reduzindo não só o peso do combustível na estrutura de custos das transportadoras, mas também as emissões poluentes associadas ao transporte aéreo.

A reestruturação a nível interno, de que a NAV Portugal foi alvo no início de 2013, teve como objetivo dotar a Empresa de uma estrutura mais eficiente e flexível, capaz de responder eficazmente aos novos desafios que se colocam no contexto nacional e internacional, nomeadamente:

- a necessidade de racionalização da gestão de recursos humanos de acordo com as orientações da Tutela;
- a introdução do novo modelo de regulação e avaliação de desempenho dos prestadores de serviços de navegação aérea a nível europeu e,
- a implementação dos projetos do Céu Único Europeu e do SW FAB.

No âmbito do projeto SW FAB, merece destaque o Plano Operacional elaborado em conjunto, pela NAV Portugal e a AENA, cujo principal objetivo é eliminar as principais

<sup>19</sup> EUROCONTROL 7-year Forecast: IFR Flight Movements 2012-2018, September 2012, STATFOR

ineficiências do espaço aéreo abrangido por este bloco funcional e viabilizar a sua utilização ótima, dando cumprimento à estratégia europeia de criação do Céu Único Europeu e permitindo alcançar as metas de desempenho, previstas no Regulamento (UE) nº 691/2010.

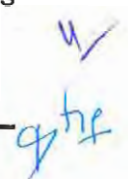
As propostas apresentadas no Plano Operacional do SW FAB procuram aumentar o uso eficaz do espaço aéreo, proporcionar o máximo de liberdade de circulação a todos os utilizadores (dentro do conceito de "*free route airspace*") e obter melhorias operacionais significativas, incorporando ao mesmo tempo as exigências militares inerentes ao espaço aéreo.

No âmbito deste plano destaca-se o projeto Brest, Madrid e Lisboa "*Free Route*" cujo objetivo é expandir o conceito *Free Route* SWFAB até à RIV de França (Área de QPR e NTS) de modo a acomodar os principais fluxos de tráfego (de e para o SWFAB).

Da análise dos fluxos de tráfego conclui-se que é possível implementar uma extensão natural do projeto *Free Route* SWFAB de modo a incluir parte do espaço aéreo de Brest, beneficiando, assim, os operadores com a possibilidade de trajetórias diretas de aproximadamente 700 milhas náuticas.

No intuito de agregar Casablanca ao espaço *Free Route*, está também em curso o projeto de Dualização de Rotas na RIV de Casablanca, que tem como objetivo aumentar o número de rotas ATS na RIV de Casablanca, entre a RIV de Canárias e a RIV de Lisboa, criando assim as condições necessárias para acomodar com maior flexibilidade os principais fluxos de tráfego entre a Europa e a Região Atlântico Sul/Ilhas Canárias.

O projeto do Céu Único Europeu prevê que, numa fase mais avançada, cada Estado membro designe o prestador de serviços de navegação aérea que entender mais adequado para operar no espaço aéreo correspondente ao território do seu Estado, desde que este tenha uma autorização válida da União Europeia. O prestador de serviços de navegação aérea ficará, deste modo, autorizado a exercer a sua atividade – em regime de exclusividade – em blocos de espaço aéreo precisos, firmando com as



autoridades responsáveis os acordos formais necessários para garantir as incumbências de cada uma das partes.

Parece, por isso, não haver dúvidas que a globalização, potenciada pelo progresso tecnológico será, cada vez mais, uma realidade no sector de atividade onde a Empresa se insere. Neste contexto, torna-se decisivo afirmar a NAV Portugal como uma empresa eficiente, técnica e operacionalmente reconhecida pelos seus pares, que seja capaz de enfrentar, proactivamente, os novos desafios que se colocam, quer no âmbito europeu quer no atlântico norte, assumindo, cada vez mais, um papel de destaque entre os melhores prestadores de serviços de navegação aérea do mundo.

u  
hf



## **12·PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

O Conselho de Administração propõe que seja dada a seguinte aplicação aos Resultados Líquidos do Exercício, no montante de 1.675.660,41 €:

- **RESERVA GERAL** ..... 167.566,04 €  
*Artº 22º dos Estatutos (10% dos Resultados Líquidos)*
- **FUNDO PARA FINS SOCIAIS** ..... 16.756,60 €  
*Artº 22º dos Estatutos (1% dos Resultados Líquidos)*
- **REMUNERAÇÃO DOS CAPITAIS INVESTIDOS** ..... 837.830,21 €  
*(50% dos Resultados Líquidos)*
- **RESERVA PARA INVESTIMENTOS** ..... 653.507,56 €  
*Artº 22º dos Estatutos (remanescente)*

Lisboa, 15 de abril de 2013

### **O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**



**Luís Filipe Ottolini Coimbra**  
*Presidente*



**Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo**  
*Vogal*



**Teresa Maria da Silva Gomes**  
*Vogal*

### **13. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**

4  
HP  
4

W/  
tp  
R



## Balanço individual em 31 de Dezembro de 2012

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		12-12-31	11-12-31
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	59.668.959	61.264.007
Ativos intangíveis	8	5.845.680	4.122.861
Participações financeiras - método equivalência patrimonial	9	-	-
Participações financeiras - outros métodos	10	169.684	180.348
Ativos por impostos diferidos	11	29.641.725	21.475.845
Outras contas a receber	16	25.717.008	927.303
Diferimentos	17	34.293.135	38.088.632
		<b>155.336.191</b>	<b>126.058.996</b>
Corrente			
Inventários	12	336.114	349.713
Clientes	13	23.622.692	33.772.271
Adiantamentos a fornecedores	14	40.138	60.199
Outras contas a receber	16	6.818.737	8.373.649
Diferimentos	17	3.523.009	3.136.744
Caixa e depósitos bancários	4	99.456.008	111.358.218
		<b>133.596.698</b>	<b>167.060.794</b>
Total do ativo		<b>288.932.889</b>	<b>283.109.790</b>
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital realizado	18	25.000.000	25.000.000
Reservas legais	19	16.840.032	16.840.032
Outras reservas	19	24.062.725	24.062.725
Resultados transitados	20	17.677.524	22.643.352
Ajustamentos em ativos financeiros	9	(766.379)	(766.379)
Outras variações no capital próprio	21	641.409	731.995
		<b>83.455.310</b>	<b>88.511.726</b>
Resultado líquido do período		1.675.660	(4.976.985)
		<b>85.130.970</b>	<b>83.534.740</b>
Total do capital próprio		<b>85.130.970</b>	<b>83.534.740</b>
Passivo			
Não corrente			
Provisões	22	5.453.331	3.940.535
Financiamentos obtidos	23	9.818.686	12.315.676
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	24	130.953.601	108.287.286
Passivos por impostos diferidos	11	595.758	915.838
Diferimentos	17	-	10.744.490
		<b>146.821.376</b>	<b>136.203.825</b>
Corrente			
Fornecedores	25	3.838.623	3.704.975
Adiantamentos de clientes	26	68.815	32.454
Estado e outros entes públicos	15	4.713.656	13.253.158
Financiamento obtidos	23	2.496.990	2.496.990
Outras contas a pagar	27	34.637.728	30.518.966
Diferimentos	17	11.224.731	13.364.684
		<b>56.980.543</b>	<b>63.371.226</b>
Total do passivo		<b>203.801.919</b>	<b>199.675.050</b>
Total do capital próprio e do passivo		<b>288.932.889</b>	<b>283.109.790</b>

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras individuais.

### Conselho de Administração

Luís Filipe Ottolini Coimbra

Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo

Teresa Maria da Silva Gomes

### Técnico Oficial de Contas

Ana Paula Fernandes Gomes

## Demonstração individual dos resultados por naturezas

### Período findo em 31 de Dezembro de 2012

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011
Vendas e serviços prestados	29	178.096.305	177.953.548
Subsídios à exploração		-	-
Ganhos/ perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	10	9.911	12.317
Trabalhos para a própria entidade		767.552	893.017
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(307.944)	(341.545)
Fornecimentos e serviços externos	30	(14.618.310)	(13.881.553)
Gastos com o pessoal	31	(139.474.932)	(142.049.834)
Imparidade de inventários (perdas/ reversões)	12	-	(2.023)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	13	(572.700)	295.616
Provisões (aumentos/ reduções)	22	(1.627.116)	(928.130)
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizações (perdas / reversões)	10	1.177.834	(5.448.798)
Outros rendimentos e ganhos	32	3.083.549	4.662.762
Outros gastos e perdas	33	(13.638.683)	(9.050.810)
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>12.895.466</b>	<b>12.114.567</b>
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	(9.380.029)	(10.562.958)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>3.515.438</b>	<b>1.551.609</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	34		
Juros e gastos similares suportados	35	(128.075)	(241.979)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>3.387.362</b>	<b>1.309.630</b>
Imposto sobre o rendimento do período	36	(1.711.702)	(6.286.616)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>1.675.660</b>	<b>(4.976.985)</b>

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras individuais.

#### Conselho de Administração

Luís Filipe Ottolini Coimbra



Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo

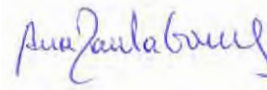


Teresa Maria da Silva Gomes



#### Técnico Oficial de Contas

Ana Paula Fernandes Gomes



## Demonstração individual das alterações no capital próprio

### Período findo em 31 de Dezembro de 2012

DESCRIÇÃO		Atribuível aos acionistas							Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
Posição no início do período de 2011		25.000.000	16.840.032	24.655.200	17.414.770	(766.379)	770.160	5.226.030	89.139.812
Alterações no período		-	-	-	555	-	7.792	-	8.347
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	1.998	-	(45.957)	-	(43.959)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7	-	-	-	2.553	-	(38.165)	-	(35.612)
Resultado líquido do período	8	-	-	-	-	-	-	(4.976.985)	(4.976.985)
Resultado Integral	9 = 7 + 8	-	-	-	-	-	-	(4.976.985)	(5.012.597)
Operações com detentores de capital no período									
Outras Operações		-	-	-	5.226.030	-	-	(5.226.030)	-
Transf. para outras reservas	10	-	-	(592.474)	5.226.030	-	-	(5.226.030)	(592.474)
Posição no fim do período de 2011	11 = 6 + 7 + 8 + 10	25.000.000	16.840.032	24.062.726	22.643.352	(766.379)	731.995	(4.976.985)	83.534.740
Posição no início do período de 2012		25.000.000	16.840.032	24.062.726	22.643.352	(766.379)	731.995	(4.976.985)	83.534.740
Alterações no período		-	-	-	11.157	-	8.949	-	20.106
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	(99.534)	-	(99.534)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7	-	-	-	11.157	-	(90.586)	-	(79.429)
Resultado líquido do período	8	-	-	-	-	-	-	1.675.660	1.675.660
Resultado Integral	9 = 7 + 8	-	-	-	-	-	-	1.675.660	1.596.233
Operações com detentores de capital no período									
Outras Operações		-	-	-	(4.976.985)	-	-	4.976.985	-
Transf. para outras reservas	10	-	-	-	(4.976.985)	-	-	4.976.985	-
Posição no fim do período de 2012	11 = 6 + 7 + 8 + 10	25.000.000	16.840.032	24.062.726	17.677.524	(766.379)	841.409	1.675.660	85.130.970

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras individuais.

#### Conselho de Administração

Luis Filipe Ottolini Coimbra



Luis Filipe Montes Palma de Figueiredo



Teresa Maria da Silva Gomes



#### Técnico Oficial de Contas

Ana Paula Fernandes Gomes





## Demonstração individual de fluxos de caixa

### Período findo em 31 de Dezembro de 2012

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes	13	158.489.373	205.905.066
Pagamentos a fornecedores	25	(23.515.179)	(25.821.538)
Pagamentos ao pessoal	31	(107.717.658)	(140.710.586)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>27.256.536</b>	<b>39.372.942</b>
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento	38	(18.361.738)	1.200.984
Outros recebimentos/ pagamentos	16,27	(12.406.003)	(14.218.552)
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais</b>		<b>(3.511.204)</b>	<b>26.355.374</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	7	(7.941.594)	(7.760.935)
Investimentos financeiros	9, 10		
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	7	25.222	32.589
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros	9, 10	1.195.538	9.669
Juros e rendimentos similares	34	963.418	1.290.370
Dividendos		-	-
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento</b>		<b>(5.757.415)</b>	<b>(6.428.307)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	23	(2.496.990)	(2.496.990)
Juros e gastos e similares	35	(136.600)	(240.623)
Dividendos	10		(2.567.393)
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento</b>		<b>(2.633.591)</b>	<b>(5.305.006)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>		<b>(11.902.210)</b>	<b>14.622.061</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	111.358.218	96.736.157
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	<b>99.456.008</b>	<b>111.358.218</b>

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras individuais.

#### Conselho de Administração

Luís Filipe Ottolini Coimbra



Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo



Teresa Maria da Silva Gomes



#### Técnico Oficial de Contas

Ana Paula Fernandes Gomes



## **Anexo às demonstrações financeiras individuais**

1.	Introdução .....	105
2.	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras .....	106
3.	Principais políticas contabilísticas .....	107
4.	Demonstração de fluxos de caixa .....	127
5.	Políticas de Gestão de Riscos Financeiros .....	128
6.	Informação por segmentos .....	131
7.	Ativos fixos tangíveis .....	131
8.	Ativos Intangíveis .....	134
9.	Participações financeiras – Método da equivalência patrimonial .....	135
10.	Participações financeiras – Outros métodos .....	136
11.	Ativos e Passivos por Impostos Diferidos .....	138
12.	Inventários .....	140
13.	Clientes .....	140
14.	Adiantamentos a fornecedores .....	141
15.	Estado e outros entes públicos .....	141
16.	Outras contas a receber .....	142
17.	Diferimentos .....	143
18.	Capital realizado .....	144
19.	Reservas .....	145
20.	Resultados transitados .....	146
21.	Outras variações no Capital próprio .....	146
22.	Provisões .....	147
23.	Financiamentos obtidos .....	148
24.	Responsabilidades por benefícios pós-emprego .....	150
25.	Fornecedores .....	156
26.	Adiantamentos de clientes .....	156
27.	Outras contas a pagar .....	156
28.	Remuneração dos órgãos sociais .....	157
29.	Vendas e Prestação de serviços .....	157
30.	Fornecimentos e serviços externos .....	157
31.	Gastos com o pessoal .....	158
32.	Outros rendimentos e ganhos .....	158
33.	Outros gastos e perdas .....	158
34.	Juros e rendimentos similares obtidos .....	158
35.	Juros e gastos similares suportados .....	159
36.	Imposto sobre o rendimento do período .....	159
37.	Compromissos .....	160
38.	Contingências .....	160
39.	Acontecimentos subsequentes .....	162

u  
9  
12  
13

u  
\* Hf  
Agus



## 1. Introdução

A Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E.P.E. (referida neste anexo como “NAV Portugal” ou “Empresa”), com sede em Lisboa, no Arruamento D, Edifício 121, Aeroporto de Lisboa, Lisboa – Portugal, foi constituída a 18 de dezembro de 1998, com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 404/98, do qual resultou a separação das atividades de exploração aeroportuária e navegação aérea, até então asseguradas pela entidade designada presentemente por ANA – Aeroportos de Portugal, S.A., sendo que as primeiras operações referidas permanecem sob a administração desta entidade de direito privado. A nova Empresa passou a designar-se por Empresa Pública Navegação Aérea de Portugal, NAV, E.P., denominação revogada a favor de Entidade Pública Empresarial Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E.P.E., através do Decreto-Lei nº 74/2003, de 16 de abril, oficializando, paralelamente, o aumento do Capital Estatutário em € 60.160 por incorporação de reservas, tendo este sido redenominado para € 25.000.000.

Constitui objeto principal da NAV o serviço público de navegação aérea para apoio à aviação civil, assegurando a gestão, exploração e desenvolvimento dos sistemas de navegação aérea, nele se compreendendo os serviços de gestão de tráfego aéreo e atividades com eles conexas e pelos mesmos exigidos, em cumprimento das normas de convenções internacionais ou de organizações internacionais de aviação civil de que Portugal seja respetivamente subscritor ou Estado Membro.

A Empresa gere os bens de interesse público do Estado Português, afetos à sua atividade regulada. São também denominados como Património da NAV os bens adquiridos por esta durante, e para, o exercício da sua atividade, podendo administrá-los e deles livremente dispor. Estes têm a seguinte natureza:

Bens dominiais:

- i) Terrenos utilizados diretamente na prestação do serviço público de navegação aérea;
- ii) Edifícios e construções implantadas nesses edifícios e,
- iii) Equipamentos básicos integrados nos terrenos descritos em i) e nos edifícios e construções descritos em ii).

4  
7/2  
12/13

Bens patrimoniais:

- i) Terrenos edifícios e equipamento básico que não estejam a ser utilizados diretamente na atividade de navegação aérea; e
- ii) Todos os restantes equipamentos ligeiros e pesados, mobiliários e viaturas de carga, transporte e similares.

A NAV é uma Empresa de capitais públicos, que age sob a tutela do Estado Português, sendo detida integralmente por este.

Estas demonstrações financeiras foram objeto de aprovação pelo Conselho de Administração, em 15 de abril de 2013, sendo as peças que as compõem apresentadas à Tutela, em conformidade com a alínea d), ponto 2, artigo 6º dos Estatutos da Empresa. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da NAV, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

## **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

### **2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras que se apresentam foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, seguindo, regra geral, como base de mensuração, o custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela NAV, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade ou as áreas em que pressupostos e estimativas são significativos para as demonstrações financeiras individuais, são apresentadas na nota 3.22.

A compensação de ativos e passivos financeiros, assim como o relato de saldos líquidos no balanço, apenas é efetuada quando existe um direito legal vinculativo para levar a cabo a compensação bem como a intenção de efetuar a liquidação pelo saldo líquido ou quando o ativo e o passivo sejam realizados e liquidados simultaneamente.

## **2.2. Comparabilidade das demonstrações financeiras**

Os elementos constantes das presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

## **2.3. Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro**

No decurso dos exercícios findos em dezembro de 2012 e 2011, não ocorreram alterações às políticas contabilísticas, alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros materiais que merecessem correção.

## **3. Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas aos períodos apresentados, salvo indicação contrária.

### **3.1. Conversão cambial**

#### Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa estão mensurados na moeda do ambiente económico em que esta opera (moeda funcional), o Euro. As demonstrações financeiras da NAV e respetivas notas deste anexo são apresentadas em Euros, salvo indicação explícita em contrário.

#### Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do Euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento / recebimento das transações bem como da conversão, pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração de resultados como Juros e rendimentos similares obtidos ou Juros e gastos similares suportados, se relacionadas

4  
hf  
Agus



com empréstimos, ou em Outros rendimentos e ganhos ou Outros gastos e perdas, para todos os outros saldos/transações.

### Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2012	2011
USD	1,3194	1,2939
CAD	1,3137	1,3215
GBP	0,8161	0,8353

Fonte: cotações do Banco de Portugal à data de 31 de dezembro de 2012 e 2011

## **3.2. Ativos fixos tangíveis**

O ativo fixo tangível da Empresa compreende:

- Bens dominiais cedidos – Inclui os bens cedidos pelo Estado sem qualquer contrapartida, nomeadamente, terrenos e edifícios e outras construções implantadas nesses terrenos.
- Bens dominiais adquiridos – Inclui os bens adquiridos pela Empresa que se encontram implantados em bens do domínio público.
- Bens patrimoniais – Inclui todos os restantes bens registados como ativos fixos tangíveis que tenham sido adquiridos pela Empresa.

Os bens dominiais são bens afetos à atividade da Empresa, que os administra livremente, mas que no entanto não os pode alienar, dada a sua sujeição ao regime do domínio público.

Os ativos fixos tangíveis, incluindo os dominiais, estão registados ao custo considerado, deduzidos de depreciações e imparidades acumuladas e estão a ser amortizados pelas vidas úteis estimadas. Alguns destes ativos tinham sido reavaliados de acordo com os diplomas legais, tendo sido a última reavaliação efetuada ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo acrescido das despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e dos demais encargos suportados para assegurar que o ativo se encontre na localização e condição de utilização pretendidas tais como, encargos com formação inicial, ocorridos em fase de projeto, dada especificamente para possibilitar operar os equipamentos e, encargos com benefícios

4/

7/

Agus

dos empregados (pe. salários) diretamente relacionados com tais atividades, desde que fiavelmente mensuráveis.

A capitalização, no ativo tangível, dos custos diretos relacionados com as áreas técnicas envolvidas no desenvolvimento dos ativos da Empresa, é efetuada em função dos recursos internos utilizados e dos tempos despendidos, por contrapartida da rubrica de trabalhos para a própria Empresa.

Custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos são acrescidos ao custo do mesmo. Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos, na rubrica Fornecimentos e serviços externos da demonstração dos resultados.

O montante estimado a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros é considerado como parte do custo inicial do respetivo ativo, sempre que assuma valores significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

Naturezas	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 25 e 50 anos
Equipamento básico	Entre 3 e 10 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 6 anos
Ferramentas	Entre 4 e 10 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 e 10 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 3 e 15 anos

As vidas úteis remanescentes dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro de forma a que as depreciações praticadas estejam em conformidade com o padrão de consumo dos mesmos.

Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística, pelo que o seu impacto é registado de forma prospetiva, ou seja, no próprio exercício e em exercícios seguintes.

Os ganhos ou perdas a registar na demonstração dos resultados aquando da alienação de elementos do ativo fixo tangível são determinados pela diferença entre o valor de realização do bem e o valor contabilístico líquido do mesmo.

u  
de tip  
Adus

### 3.3. Ativos Intangíveis

O custo dos ativos intangíveis adquiridos separadamente compreende o seu preço de compra, adicionado de quaisquer custos diretamente atribuíveis à preparação do ativo para o seu uso pretendido deduzido de eventuais descontos.

Os ativos intangíveis gerados internamente são reconhecidos pelo seu custo, sempre que seja provável que da sua utilização possam advir benefícios económicos futuros para a NAV e que o custo do mesmo possa ser mensurado com fiabilidade.

No caso da NAV, os ativos que se enquadram neste âmbito são essencialmente desenvolvimentos internos de *software*, os quais são alvo de capitalização quando, cumulativamente, se encontrem asseguradas as seguintes condições:

- i) É considerado pelos serviços competentes como sendo tecnicamente viável de ser concluído;
- ii) Existe uma intenção expressa pela Administração da Empresa de utilizar o *software* que resultará do projeto e está demonstrada a existência de competências internas para tal utilização;
- iii) Está demonstrado que a utilização do produto tem benefícios para a operação da NAV;
- iv) Está assegurado o financiamento e a alocação de recursos técnicos necessários para a conclusão do projeto e,
- v) A NAV dispõe de capacidade para mensurar com fiabilidade os dispêndios atribuíveis ao ativo intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

Sempre que um projeto em curso não cumpra com os critérios acima definidos, os encargos associados são imediatamente reconhecidos em resultados do período.

A NAV mensura os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo inicial deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática, durante a sua vida útil estimada, a partir da data em que se encontram em operação. A vida útil é determinada com base na melhor estimativa para o consumo dos benefícios

u/  
\* 12  
Aug



económicos associados ao ativo. Os ativos intangíveis registados no balanço da NAV referem-se essencialmente a *software* e licenças de *software* informático, os quais são amortizados segundo a vida útil estimada, estabelecida de acordo com a indicação técnica, entre 3 e 5 anos.

### **3.4. Imparidade de ativos**

A NAV realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa regista a respetiva perda por imparidade na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é o maior de entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

Sempre que adequado, é analisada a hipótese de reverter perdas por imparidade consideradas em períodos anteriores. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente.

### **3.5. Participações Financeiras**

Para reconhecimento das suas participações financeiras em empresas associadas, a NAV utiliza o método da equivalência patrimonial. Relativamente às restantes participações financeiras, a Empresa considera, para efeitos de mensuração, o custo de aquisição deduzido de imparidades.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é registado pelo valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da subsidiária, caso em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo na rubrica de provisões.

### 3.6. Ativos financeiros

A Empresa determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial, de acordo com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- i) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;
- ii) Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;
- iii) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a Empresa tem intenção e capacidade de manter até à maturidade; e
- iv) Ativos financeiros disponíveis para venda – incluem os ativos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes, exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do balanço.

Os ativos financeiros são reconhecidos no momento em que a Empresa se torna parte nas disposições contratuais do instrumento financeiro, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos Financeiros.

Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor, reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem, na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem também os montantes de rendimentos de juros e dividendos obtidos.

Ativos disponíveis para venda, existindo são reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transação. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital. Os dividendos e juros obtidos dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de outros ganhos operacionais, quando o direito ao recebimento é estabelecido. No caso de não haver mercado ativo, as participações de capital noutras empresas são mantidas ao custo histórico.

Contas a receber e empréstimos concedidos são classificados no balanço como Clientes e Outras contas a receber (notas 13 e 16) e são reconhecidos ao custo amortizado usando a taxa de juro efetiva, deduzidos de qualquer perda de imparidade. O ajustamento por imparidade das contas a receber é efetuado quando existe evidência objetiva de que a NAV não irá receber os montantes em dívida, de acordo com as condições iniciais das transações que lhe deram origem.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

### Atividade regulada

Complementarmente, na ausência de normativo específico no âmbito do SNC, e de acordo com o definido na nota 3.21, a Administração da NAV elegeu o FAS 71: *Accounting for the Effects of Certain Types of Regulation* como base para a definição da política de relato financeiro aplicável aos efeitos da regulação.

A NAV enquadra-se no âmbito deste normativo por o mesmo ser de aplicação a empresas que tenham atividades reguladas que cumpram cumulativamente com os seguintes critérios:

- As taxas dos serviços regulados são definidas ou aprovadas por uma entidade reguladora independente;
- As taxas são definidas de forma a permitirem à Empresa recuperar os custos de prestar o serviço regulado e,

u  
g  
Agus



- Atendendo à procura e concorrência estimadas, é razoável assumir que as taxas fixadas são suficientes para recuperar os custos e que irão ser cobradas aos clientes.

São reconhecidos em Outras contas a receber os custos que não sejam aceites pelo regulador na base de custos no período em que são incorridos, sempre que seja provável que: i) o crédito, no mínimo idêntico ao montante dos custos, venha a ser incluído na taxa; e ii) o crédito futuro seja para ressarcir custos incorridos no passado e não custos futuros de natureza similar.

Os desvios de taxas apurados a pagar ou a receber são, respetivamente, considerados como Outras contas a receber e Diferimentos e reconhecidos ao seu valor presente.

A fixação das taxas praticadas pela NAV Portugal é feita na base dos gastos fixados para o ano N enquanto parcela do período de referência (RP1: 2012-2014). Eventuais ajustamentos decorrentes de desvios da procura, da inflação ou dos gastos reais não controláveis, são refletidos, através do mecanismo corretor, nas taxas a aplicar em N+2, para os dois primeiros fatores e no segundo período de referência (2015-2019) para o terceiro fator atrás enunciado, reconhecendo um acréscimo de crédito (Ativo regulatório) por contrapartida de Outras contas a receber – Devedores por acréscimo de rendimento, no caso de subfaturação, ou reconhecendo um contra-crédito (Passivo regulatório) por contrapartida de Diferimentos – Rendimentos a reconhecer, no caso de sobrefaturação.

A NAV Portugal avalia, a cada data de encerramento do seu período de relato, quanto à existência de evidência objetiva em como um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros se possa encontrar em imparidade.

Em investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor das ações abaixo do seu custo também constitui evidência em como os ativos se encontram em imparidade. Caso alguma evidência comparável exista para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa – mensurada como sendo a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda de imparidade daquele ativo financeiro

U  
+12  
Plus

previamente reconhecida em ganhos ou perdas – é retirada de Capitais Próprios e reconhecida na demonstração de resultados.

Perdas de imparidade reconhecidas na demonstração de resultados, relativamente a instrumentos de capital próprio, não são revertidas através da demonstração de resultados. Se, num período subsequente, o justo valor de um instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado com um evento que ocorra depois dos factos que levaram ao reconhecimento da perda de imparidade na demonstração de resultados, a perda de imparidade é revertida através da demonstração de resultados.

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao seu justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado deduzido de ajustamentos por imparidade.

As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados em Ajustamento de contas a receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

A Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como Caixa e equivalentes de caixa.

### **3.7. Imparidade de ativos financeiros**

A NAV avalia, à data de encerramento do período de relato, a existência de evidência objetiva em como um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros se possa encontrar em imparidade.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros está em imparidade, e a Empresa incorre em perdas de imparidade, apenas quando exista evidência objetiva de imparidade, fruto de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, e esse evento de perda (ou eventos) produza impactos ao nível dos *cash-flows* do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que podem ser fiavelmente estimados.

Os critérios utilizados pela NAV para determinar a existência de evidência objetiva quanto a perdas de imparidade incluem:

- i) Dificuldades financeiras significativas da parte do devedor e,
- ii) Violação contratual, derivada de insolvência ou incumprimento no pagamento de juros ou serviço da dívida.

O montante da perda é mensurado como sendo a diferença entre o valor escriturado do ativo e o valor presente dos *cash flows* futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras que não foram incorridas) descontadas à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. O valor escriturado do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração de resultados.

Se, durante um período subsequente, o montante da perda de imparidade decresce, e tal decréscimo possa ser objetivamente atribuído a um evento que tenha ocorrido após o reconhecimento da imparidade (tais como melhorias ao nível do *rating* de crédito do devedor), a reversão da perda de imparidade previamente registada deverá ser reconhecida na demonstração de resultados.

### 3.8. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. Esta rubrica compreende essencialmente materiais utilizados nas atividades internas de manutenção e conservação. Os inventários são reconhecidos inicialmente ao seu custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra.

O método de custeio utilizado é o do custo médio ponderado.





### **3.9. Capital estatutário**

O capital estatutário encontra-se totalmente realizado. O capital estatutário só pode ser aumentado ou reduzido por decisão do Ministro das Finanças e do Ministro da Tutela. Pode ser aumentado por dotações governamentais, por entradas patrimoniais ou por incorporação de reservas.

### **3.10. Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos Financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados em duas categorias:

- i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;
- ii) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros incluem os Financiamentos obtidos, Fornecedores e Outras contas a pagar. Os fornecedores e outras contas a pagar são reconhecidas inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, líquido de custos de transação incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo mediante o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, situação em que são classificados no passivo não corrente.

4  
gth  
Agu

### **3.11. Imposto sobre o rendimento**

O imposto sobre o rendimento do período compreende o imposto corrente e os impostos diferidos. O imposto sobre o rendimento é registado na demonstração dos resultados, exceto quando está relacionado com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, o qual considera as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. De acordo com o definido pela Comissão de Normalização Contabilística, são reconhecidos impostos diferidos sobre os subsídios ao investimento, a reconhecer no capital próprio.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, sendo que as exceções previstas na norma não são aplicáveis à NAV Portugal.

### **3.12. Benefícios aos empregados**

A Empresa concede complementos de pensões de reforma e sobrevivência consubstanciados em Fundos de pensões complementos e assegura ainda aos seus empregados e pensionistas um seguro de saúde.

#### Fundos de pensões – Plano de benefícios definidos

Os complementos de reforma e sobrevivência atribuídos aos empregados, constituem um plano de benefícios definidos, com fundo autónomo para o qual são transferidas a

totalidade das responsabilidades e entregues as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se vão vencendo em cada um dos períodos.

As responsabilidades com o pagamento das referidas prestações são estimadas anualmente por atuário independente, sendo utilizado o método do crédito da unidade projetada. O valor presente das responsabilidades é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de *rating* elevado, denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data de balanço, deduzido do justo valor dos ativos do plano, juntamente com ajustamentos relativos a custos de serviços passados.

#### Fundos de pensões – Plano de contribuição definida

As contribuições da Empresa para planos de contribuição definida são reconhecidas como gastos no período a que respeitam, ou seja, quando os empregados, abrangidos pelo plano, prestam os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Empresa.

#### Encargos com Pensões – Antecipação da pensão por velhice

De acordo com a Portaria nº 496/2008 de 23 de junho e da Lei nº 5/2009, de 29 de janeiro, as pensões relativas ao período de antecipação da pensão por velhice dos CTA, afetos ao sistema público de segurança social, são suportadas conjuntamente pela NAV Portugal e pelo orçamento da Segurança Social, na proporção de 60% e 40%, respetivamente.

Do ponto de vista contabilístico, a Empresa tem reconhecido, desde 2004, estas responsabilidades com trabalhadores no ativo e pensionistas sendo que, o custo inerente aos ativos foi, inicialmente, diferido por se aguardar então a publicação em 2008 e 2009 dos referidos diplomas.

Com a publicação de tais diplomas, a Empresa deu início, em 2008, à amortização da quantia, reportada a 31 de dezembro de 2007, respeitante a tais responsabilidades por

4  
x  
tl  
Adus



serviços passados com os trabalhadores abrangidos no ativo, em função do número de anos da sua vida ativa, sendo esta amortização considerada na respetiva base de custos para efeitos do cálculo da taxas de rota e de terminal.

### Seguro de saúde

As responsabilidades assumidas com o seguro de saúde constituem um plano de benefícios definido que não se encontra fundeado, estando as responsabilidades cobertas por provisão específica.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades com o seguro de saúde são idênticos ao referido para o benefício de complementos de reforma apresentado acima, exceto no que se refere aos ativos do plano.

### Reconhecimento dos desvios atuariais

A NAV reconhece todos os ganhos e perdas atuariais apurados, de todos os planos em vigor, diretamente nos resultados do período.

### **3.13. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados, para a qual é mais provável que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação e o montante possa ser estimado com razoabilidade. Não são reconhecidas provisões para fazer face a perdas operacionais futuras.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Empresa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

u/  
de  
Agus

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num ex-fluxo para liquidar a obrigação é determinada ao considerar-se a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de um ex-fluxo que respeite a um item incluído na mesma classe de obrigações seja reduzida.

### **3.14. Subsídios**

A NAV reconhece os subsídios pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio, Outras variações no capital próprio, sendo subsequentemente creditados na rubrica, Subsídios ao investimento da demonstração dos resultados, numa base pro-rata baseada na depreciação dos ativos a que estão associados. Os subsídios ao investimento são assim reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

### **3.15. Locações**

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a NAV detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo, são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na demonstração dos resultados no período a que dizem respeito.

u  
x tif  
Agus

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor de entre o período de vida útil do ativo e o período da locação, sempre que NAV não tem a opção de compra no final do contrato ou pelo período de vida útil estimado quando a NAV tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período da mesma.

### **3.16. Rédito**

As prestações de serviços da Empresa respeitam aos serviços de navegação aérea, de rota e de terminal, cujos custos são financiados pelas taxas, de rota e de terminal, cobradas aos utilizadores dos respetivos serviços de navegação aérea. Estas taxas constituem assim a remuneração dos custos suportados pela Empresa com a prestação dos referidos serviços.

A taxa unitária de rota é devida por cada voo efetuado, de acordo com os procedimentos resultantes da aplicação das Normas e Recomendações da Organização da Aviação Civil Internacional, no espaço aéreo das Regiões de Informação de Voo sob responsabilidade de Portugal (RIV de Lisboa e RIV de Santa Maria), sendo aprovada, por unanimidade, pela Comissão Alargada do EUROCONTROL e publicada por despacho do Ministro responsável pelo sector dos transportes.

À prestação de serviços de rota foi aplicado pela primeira vez em 2012 o novo regime comum de tarifação dos serviços de navegação aérea, consignado no Regulamento (UE) nº 1191/2010, pelas alterações introduzidas ao Regulamento (CE) nº 1794/2006.

Assim sendo, a taxa unitária de rota, em cada ano  $n$ , é determinada de acordo com os custos fixados no início de cada período de referência, tendo o primeiro sido estabelecido para 2012 a 2014, reduzidas dos custos com os voos isentos do pagamento de taxas de rota e adicionadas do desvio apurado no ano  $n-2$ , sendo divididas pelo número de unidades de serviços taxáveis estimadas para esse período de referência.

W  
y th  
Agus



Neste contexto, é apurado o desvio do ano  $n$ , decorrente dos seguintes fatores:

- diferença entre a inflação prevista e a inflação real;
- partilha de riscos de tráfego, de acordo com o mecanismo estabelecido pelos nºs 2 a 7 do artigo 11º- A, do Regulamento (UE) nº 1191/2010 e,
- partilha do risco de custos, aplicado exclusivamente a determinadas naturezas de custos considerados como não controláveis, de acordo com o referido no nº 8 do artigo 11º- A, do Regulamento (UE) nº 1191/2010.

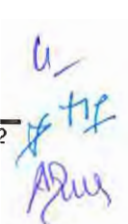
O ajustamento relativo aos dois primeiros fatores será repercutido no cálculo da taxa unitária de rota do ano  $n+2$  (mecanismo corretor) sendo o ajustamento relativo ao terceiro fator repercutido no cálculo da taxa unitária de rota do segundo período de referência (2015 – 2019).

O mecanismo corretor é reconhecido na rubrica Outras contas a receber ou Diferimentos consoante a natureza do seu saldo (Ativos ou passivos regulatórios).

Na base de custos fixada é incluído o custo de operação das restantes entidades envolvidas na prestação dos serviços de navegação aérea, no espaço aéreo sob responsabilidade de Portugal, a Força Aérea Portuguesa, a Marinha Portuguesa, o Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P. e o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P..

Nos termos do Art.º 8º do Decreto-Lei nº 404/98, de 18 de dezembro, a Empresa apenas reconhece como crédito a parcela da taxa unitária que corresponde à remuneração dos seus custos, pelo que a parcela remanescente (que efetivamente se destina a remunerar as entidades terceiras) não é componente nem do seu crédito nem do custo da prestação de serviços. O crédito da Empresa não corresponde assim ao produto da taxa unitária pelas unidades de serviço taxáveis do ano.

A taxa unitária de terminal respeita às operações de tráfego aéreo de aproximação e aeródromo, incluindo a utilização das ajudas rádio inerentes à aterragem e descolagem, sendo fixada por portaria do Ministro responsável pelo sector dos transportes e devida por cada operação de aterragem nos aeroportos onde a NAV presta serviços de navegação aérea de terminal.



Apesar da alteração verificada em 2012 para o cálculo das taxas de rota, para a prestação de serviços de terminal continua-se a aplicar o princípio da recuperação integral do custo económico.

A cada ano  $n$ , a taxa unitária de terminal é determinada de acordo com as bases de custos estimados para esse ano, deduzidos dos custos com os voos isentos do pagamento de taxas de terminal, e adicionados do desvio apurado no ano  $n-2$ . Ao final de cada período é efetuado o apuramento dos valores reais despendidos, os quais são comparados com os valores estimados inicialmente, quanto aos custos efetivamente incorridos e as unidades de serviço reais. O desvio apurado é refletido na base de cálculo das taxas de terminal a entrar em vigor em  $n+2$ , sendo denominado de mecanismo corretor. Este é reconhecido na rubrica Outras contas a receber ou Diferimentos consoante a natureza do seu saldo (Ativos ou passivos regulatórios).

### **3.17. Relato por segmentos**

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade:

- i) Que desenvolve atividades de negócio de que obtém réditos e pelas quais incorre em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outras componentes da mesma entidade);
- ii) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Empresa para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho, e
- iii) Sobre a qual esteja disponível informação financeira discreta.

A NAV apresenta como segmentos operacionais: atividade de Rota e de Terminal.

### **3.18. Especialização de gastos e rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, se se qualificarem como tal.

u,  
y hf  
Agus

### **3.19. Distribuição de dividendos / Remuneração de capital estatutário**

A remuneração do capital estatutário é registada no período seguinte àquele a que lhe deu origem em face da legislação aplicável.

### **3.20. Encargos financeiros com empréstimos**

Os encargos financeiros decorrentes de financiamentos incorridos relacionados com empréstimos obtidos para a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

### **3.21. Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos entre a data de balanço e a data de aprovação das demonstrações financeiras que afetem o valor dos ativos e passivos existentes são considerados na preparação das demonstrações financeiras, caso sejam significativos. Consoante a natureza dos mesmos, poderão dar origem a ajustamentos aos montantes reportados à data do balanço ou divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

### **3.22. Estimativas contabilísticas**

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas sobre eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias em causa.

### **Principais estimativas e julgamentos apresentados**

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

u  
trf  
Agus



## **Pressupostos atuariais**

A determinação das responsabilidades com pensões de reforma, inatividade remunerada dos CTA e seguro de saúde requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se ao aumento esperado dos salários, à taxa de atualização das responsabilidades, à taxa de rendimento estimada para os ativos e às tabelas de mortalidade.

As alterações dos pressupostos atuariais têm impactos no valor contabilístico líquido das responsabilidades.

## **Ativos fixos tangíveis e intangíveis**

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Empresa para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

## **Provisões e imparidades**

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Sempre que adequado, a Empresa suporta o seu julgamento com base na opinião dos advogados para determinar a necessidade de reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências bem como o valor da mesma (notas 22 e 38).

U  
7/4  
Alus

Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos (notas 13 e 16).

### **Mecanismo corretor**

No que respeita a rota, a Empresa estima a cada data de relato  $n$ , o mecanismo corretor respeitante aos desvios que resultam dos ajustamentos decorrentes da diferença entre a inflação prevista e a real e da partilha de riscos de tráfego que transita para o cálculo da taxa unitária de rota a vigorar em  $n+2$  e da partilha de riscos de custos que transita para o cálculo da taxa unitária de rota a vigorar no período seguinte de referência.

No que respeita a terminal, a NAV estima a cada data de relato  $n$  o mecanismo corretor a aplicar no cálculo das taxas unitárias de rota a vigorar em  $n+2$ , de acordo com os desvios verificados entre os valores estimados e os valores reais de custos incorridos.

O mecanismo corretor é registado pelo valor descontado, utilizando a Empresa a taxa de desconto com a melhor aderência possível à realidade do mercado.

## **4. Demonstração de fluxos de caixa**

A demonstração de fluxos de caixa é preparada de acordo com o método direto.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração de fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em i) atividades operacionais; ii) atividades de financiamento; e iii) atividades de investimento.

As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de benefícios de reforma, de imposto sobre o rendimento e de impostos indiretos líquidos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos de empréstimos obtidos, pagamento de rendas de locações e juros e despesas relacionadas, assim como pagamento de dividendos.

h  
tif  
pous

Os fluxos de caixa incluídos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos, dividendos recebidos de empresas associadas, recebimentos e pagamentos da venda e compra de ativos imobilizados, e ainda remuneração de equivalentes de caixa e liquidação dos mesmos na maturidade, ou aquando da sua alienação.

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa inclui certificados especiais de dívida a curto-prazo do Estado Português (CEDIC's). Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica de Caixa e equivalentes de caixa compreende também eventuais descobertos bancários incluídos no balanço, na rubrica de Dívidas a terceiros – curto-prazo.

Detalhe da rubrica de Caixa e depósitos bancários:

	2012	2011
Caixa	11.250	11.250
Depósitos bancários - à ordem	1.444.758	746.968
Depósitos bancários - outros	98.000.000	110.600.000
<b>Total Caixa e depósitos bancários</b>	<b>99.456.008</b>	<b>111.358.218</b>

O montante acima expresso é também o considerado como saldo final na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro.

## 5. Políticas de Gestão de Riscos Financeiros

### 5.1. Risco financeiro

As atividades da NAV estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associados à taxa de juro, entre outros.

Esta nota apresenta a informação relativa à exposição da empresa a cada um dos riscos anteriormente referidos, bem como os seus objetivos, políticas e práticas para a mensuração e gestão desses riscos. Ao longo das presentes demonstrações financeiras, são apresentadas mais divulgações de cariz quantitativo.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro,

U  
ne  
Agus



risco de crédito, a eventual utilização de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados, bem como o investimento do excesso de liquidez.

#### Risco de taxa de câmbio

A Empresa não tem operações significativas em moeda estrangeira.

#### Risco de crédito

O risco de crédito da Empresa existe para ambos os segmentos da sua atividade principal de negócio (rota e terminal), uma vez que a prestação dos serviços se traduz na faturação às companhias de transporte aéreo nacionais e internacionais (essencialmente). O risco de crédito é ponderado pela natureza essencial do serviço prestado (apoio vital à organização e gestão do espaço aéreo), pelos mecanismos legais disponíveis para persuadir ao pagamento, assim como pela situação económico-financeira dos seus clientes. O risco de crédito de clientes não é considerado relevante.

#### Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos da empresa ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento, estando a gestão da liquidez centralizada na Direção Financeira.

Esta gestão tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar as ruturas pontuais de tesouraria e acionar os mecanismos tendentes à sua cobertura.

O risco de liquidez pode ocorrer quando as fontes de financiamento, como por exemplo os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfaçam as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso da dívida.

Os passivos financeiros da Empresa são *cash-flows* contratuais não descontados. O risco de liquidez é considerado pouco relevante.

W  
174  
Aves

### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro tem quatro impactos nas contas da Empresa: efeito do desconto financeiro ao nível da realização do mecanismo corretor de taxas de rota e de terminal de  $n$  em  $n+2$ , efeito do desconto na provisão para encargos com IDC, remuneração dos certificados especiais de dívida a curto-prazo, e ainda serviço da dívida contraída junto do Banco Europeu de Investimento.

Os níveis de rentabilidade de ativos operacionais, gerados pelos serviços de navegação de rota e de terminal prestados às companhias aéreas, assim como o grau de salvaguarda que o mecanismo corretor produz nos resultados do período, permitem à Empresa enfrentar com robustez as flutuações das taxas de juro de mercado.

A Empresa apresenta exposição ao risco de taxa de juro, dada a carteira de certificados especiais de dívida a curto-prazo do Estado Português que detém, e ainda dados os empréstimos do Banco Europeu de Investimento de que é tomadora. Estes ativos e passivos, a taxa variável, expõem a Empresa ao risco associado aos fluxos de caixa, decorrentes de alterações na taxa de juro.

A Empresa efetua a análise da sua exposição ao risco de taxa de juro numa base dinâmica. São utilizados diversos cenários, através dos quais a Empresa calcula o impacto em rendimentos e gastos derivados de flutuações da taxa de juro. A Empresa possui a 31 de dezembro de 2012 empréstimos no valor de € 12.315.676 (31 de dezembro de 2011: € 14.812.667), contraídos junto do Banco Europeu de Investimento (nota 23), os quais são remunerados a uma taxa variável determinada por esta instituição, em conformidade com os procedimentos estabelecidos pelo seu Conselho de Administração, não podendo, no entanto, exceder a taxa correspondente à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 15 pontos base (+0,15%).

### **5.2. Risco de atividade regulada**

Os rendimentos reconhecidos pela Empresa em cada período, resultam diretamente dos pressupostos considerados pela Comissão Alargada do EUROCONTROL (rota), bem como pelo Ministério da Economia e do Emprego (terminal), na definição das taxas de rota e de terminal, (ver ponto 3.6).

## 6. Informação por segmentos

2012	Rota	Terminal	Outras operações	Total NAV
Prestação de serviços	148 708 237	29 388 068		178 096 305
Rendimentos e ganhos para além da prestação de serviços	2 354 594	138 508	1 975 042	4 468 144
Gastos e perdas	(138 544 247)	(26 411 634)	(4 711 102)	(169 666 983)
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>12 518 584</b>	<b>3 112 943</b>	<b>(2 736 060)</b>	<b>12 895 468</b>
Amortizações	(7 042 663)	(2 337 366)		(9 380 029)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>5 475 921</b>	<b>775 577</b>	<b>(2 736 060)</b>	<b>3 515 438</b>
Juros e gastos similares suportados			(128 076)	(128 076)
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>5 475 921</b>	<b>775 577</b>	<b>(2 864 136)</b>	<b>3 387 362</b>
Imposto sobre o rendimento do período				(1 711 702)
<b>Resultado líquido do exercício</b>				<b>1.675.660</b>

2011	Rota	Terminal	Outras operações	Total NAV
Prestação de serviços	146 952 099	31 001 450		177 953 548
Rendimentos e ganhos para além da prestação de serviços	4 733 011	36 829	798 255	5 568 095
Gastos e perdas	(136 749 372)	(27 431 814)	(7 225 891)	(171 407 077)
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>14 935 738</b>	<b>3 506 466</b>	<b>(6 427 636)</b>	<b>12 114 567</b>
Amortizações	(7 688 667)	(2 674 291)		(10 362 958)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>7 047 070</b>	<b>932 175</b>	<b>(6 427 636)</b>	<b>1 551 609</b>
Juros e gastos similares suportados			(241 979)	(241 979)
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>7 047 070</b>	<b>932 175</b>	<b>(6 669 616)</b>	<b>1 309 630</b>
Imposto sobre o rendimento do período				(6 286 616)
<b>Resultado líquido do exercício</b>				<b>(4.976.986)</b>

A variação do Resultado Operacional em 2012, no segmento de Outras operações no montante de € 3.691.576 é essencialmente derivado da perda reconhecida com a participação financeira na NAER em 2011.

## 7. Ativos fixos tangíveis

Movimentos nos ativos fixos tangíveis em 2012:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Ativos em curso	Outros ativos tangíveis	Total
<b>1 de Janeiro de 2012</b>						-	
Custo de aquisição	1.190.134	59.972.268	168.239.147	26.739.445	13.749.655	9.693.215	279.583.863
Depreciações acumuladas	-	(35.876.403)	(148.530.481)	(24.798.900)	-	(9.114.073)	(218.319.857)
<b>Valor líquido</b>	<b>1.190.134</b>	<b>24.095.865</b>	<b>19.708.666</b>	<b>1.940.546</b>	<b>13.749.655</b>	<b>579.142</b>	<b>61.264.007</b>
<b>alterações no período</b>							
Adições	-	366.791	2.987.873	302.707	3.674.904	196.066	7.528.343
Alienações	-	-	(6.268.359)	(253.707)	-	(2.280.616)	(8.802.681)
Transferências e abates	-	12.905	5.718.433	(4.511)	(7.984.041)	35.236	(2.217.204)
Depreciação - exercício	-	(1.177.229)	(5.207.839)	(493.093)	-	(205.575)	(7.083.760)
Depreciação - alienações	-	-	6.265.528	253.461	-	2.280.616	8.794.831
Depreciação- transf. e abates	-	-	166.380	19.021	-	-	185.424
<b>Valor líquido</b>	<b>1.190.134</b>	<b>23.298.331</b>	<b>23.370.682</b>	<b>1.764.424</b>	<b>9.440.517</b>	<b>604.871</b>	<b>59.668.959</b>
<b>31 de Dezembro de 2012</b>						-	
Custo de aquisição	1.190.134	60.351.963	170.677.094	26.783.935	9.440.517	7.643.903	276.087.546
Depreciações acumuladas	-	(37.053.632)	(147.306.413)	(25.019.510)	-	(7.039.033)	(216.418.588)
<b>Valor líquido</b>	<b>1.190.134</b>	<b>23.298.331</b>	<b>23.370.682</b>	<b>1.764.424</b>	<b>9.440.517</b>	<b>604.871</b>	<b>59.668.959</b>



## Movimentos nos ativos fixos tangíveis em 2011:

	<b>Terrenos</b>	<b>Edifícios e outras construções</b>	<b>Equipamento básico</b>	<b>Equipamento administrativo</b>	<b>Ativos em curso</b>	<b>Outros ativos tangíveis</b>	<b>Total</b>
1 de Janeiro de 2011						-	
<b>Custo de aquisição</b>	1.190.134	58.183.507	159.654.880	26.425.912	21.696.638	9.752.124	276.903.195
Depreciações acumuladas	-	(34.689.921)	(142.174.717)	(24.264.636)	-	(9.128.874)	(210.258.149)
<b>Valor líquido</b>	<b>1.190.134</b>	<b>23.493.586</b>	<b>17.480.162</b>	<b>2.161.275</b>	<b>21.696.638</b>	<b>623.251</b>	<b>66.845.046</b>
alterações no período							
<b>Adições</b>	-	953.831	1.631.183	477.992	3.180.206	161.328	6.404.520
Alienações	-	-	2.387	(6.157)	-	(223.251)	(227.021)
Transferências e abates	-	834.929	6.950.718	(158.302)	(11.127.189)	3.013	(3.496.831)
Depreciação - exercício	-	(1.186.482)	(6.713.411)	(559.747)	-	(208.596)	(8.667.236)
Depreciação - alienações	-	-	2.387	4.677	-	223.396	230.460
Depreciação- transf. e abates	-	-	355.261	19.807	-	-	375.068
<b>Valor líquido</b>	<b>1.190.134</b>	<b>24.095.665</b>	<b>19.708.666</b>	<b>1.940.546</b>	<b>13.749.655</b>	<b>579.142</b>	<b>61.264.007</b>
31 de Dezembro de 2011							
<b>Custo de aquisição</b>	1.190.134	59.972.268	168.239.147	26.739.445	13.749.655	9.893.215	279.583.863
Depreciações acumuladas	-	(35.876.403)	(148.530.481)	(24.796.900)	-	(9.114.073)	(216.319.857)
<b>Valor líquido</b>	<b>1.190.134</b>	<b>24.095.665</b>	<b>19.708.666</b>	<b>1.940.546</b>	<b>13.749.655</b>	<b>579.142</b>	<b>61.264.007</b>

O valor do investimento de 2012 resultou essencialmente dos projetos para a melhoria dos serviços operacionais prestados pela Empresa, merecendo destaque o projeto de modernização dos sistemas "LISATM" para o Sistema ATM do Centro de Controlo de Lisboa, a atualização da estação de comunicações aeronáuticas intra-centros AMHS (*ATS Message Handling Service*) instalado no Centro de Controlo de Tráfego Aéreo de Lisboa, a reabilitação da TWR do Aeroporto de Faro, a remodelação da rede de energia elétrica de Santa Maria e a instalação de uma estação VGS em Montejunto.

À data do balanço, o valor líquido de itens classificados como Ativos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira é o seguinte:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Equipamento Administrativo</b>		
Central telefónica da rede administrativa	202.891	210.379
	<b>202.891</b>	<b>210.379</b>

4  
h  
plus

## Ativos em curso

Os valores incluídos na rubrica de "Ativos em Curso" referem-se aos seguintes projetos:

Projetos em curso	2012	Projetos em curso	2011
Sistema LISATM ITEC - V1.0	2.095.068	LISATM V7/V8	2.765.006
Sistema LISATM V9	751.959	LISATM ITEC - V1.0	1.735.460
Estações VGS (data-link)	574.223	Wide Area Multilateration Grupo Central	1.614.453
Sistema AMHS - Upgrade	469.860	Radar Solo ASC	1.001.254
Remod. Ed. NAV no AFR	449.542	Feixe Norte	659.953
Sistema Multilateration LIS	440.114	TWRATM PRT V2	486.794
SATL - Extensão SOTVDV às TWRs	398.711	SATL - NATSMA v6	459.392
Remodelação ramais MT e PT CCO e VOR	380.824	SATL - Extensão às TWRs	414.317
SATL - Funcionalidades FSR	281.614	Estações VGS (data-link)	359.740
Sensores Meteo Açores	272.965	TWRATM Faro V2	356.770
Sistema ATIS/Volmet - Upgrade	234.222	VCS (ASC, AFR, AMD)	347.168
Outros	3.091.415	Outros	3.549.349
<b>Total</b>	<b>9.440.517</b>	<b>Total</b>	<b>13.749.655</b>

Salienta-se a colocação ao serviço operacional em 2012, dos seguintes investimentos:

- ✓ A disponibilização de meios de vigilância (WAM) nos Açores (em avaliação);
- ✓ A disponibilização no Centro de Controlo de Santa Maria de novas funcionalidades, como a gestão de autorizações de controlo, seu processamento e representação gráfica, a flexibilização da gestão do espaço aéreo, e a implementação do novo *standard* OACI de processamento de planos de voo - FPL2012;
- ✓ A disponibilização de meios de vigilância (radar solo) no Aeroporto Sá Carneiro;
- ✓ A substituição da rede de comunicações Norte do CCTAL;
- ✓ A execução de empreitadas no edifício NAV no Aeroporto de Faro para corrigir os danos nas instalações provocadas pelo tornado ocorrido em Outubro de 2011;
- ✓ A substituição de sistemas de climatização instalados no CCTAL e nos Aeroportos de Ponta Delgada (João Paulo II) e de Faro.
- ✓ A substituição do sistema de controlo de comunicações de voz no Aeroporto Sá Carneiro;

O imobilizado fixo tangível registado no balanço da Empresa inclui, em termos líquidos, € 25.765.372 referentes a bens dominiais (2011: € 25.859.274). Os bens dominiais (cedidos e adquiridos) encontram-se identificados no quadro seguinte como reversíveis, sendo os patrimoniais não reversíveis.

h  
tip  
Adus

Descrição	2012			2011		
	Reversível	Não reversível	Total	Reversível	Não reversível	Total
Ativos fixos tangíveis	24.854.601	25.573.841	50.228.442	25.485.745	22.028.608	47.514.353
Ativos fixos tangíveis em curso	1.009.362	6.479.986	7.489.328	272.120	11.918.931	12.191.051
Adiantamentos p/ ativos em curso	101.409	42.153	143.562	101.409	-	101.409
	<b>25.765.372</b>	<b>32.095.961</b>	<b>57.861.333</b>	<b>25.859.274</b>	<b>33.947.539</b>	<b>59.806.813</b>

Os bens dominiais cedidos integrados no Ativo fixo tangível ascendem a i) € 100.048 de Terrenos que não se encontram a ser depreciados; ii) e € 1.968.790 de valor bruto de Edifícios e outras construções; e iii) € 516.946 de valor bruto de Equipamento básico. Os bens referidos no ponto ii) e iii) encontram-se totalmente depreciados nos dois períodos apresentados no balanço.

## 8. Ativos Intangíveis

Movimentos nos ativos intangíveis:

	2012	2011
<b>1 de Janeiro</b>		
Custo de aquisição	25.770.863	21.452.615
Amortizações acumuladas	(21.648.002)	(19.752.280)
<b>Valor líquido</b>	<b>4.122.861</b>	<b>1.700.335</b>
Adições	2.031.376	1.220.583
Transferências e abates	2.055.549	3.097.665
Amortização - exercício	(2.296.269)	(1.895.722)
Depreciação- transf. e abates	(67.836)	
<b>Valor líquido</b>	<b>5.845.680</b>	<b>4.122.861</b>
<b>31 de Dezembro</b>		
Custo de aquisição	29.857.787	25.770.863
Amortizações acumuladas	(24.012.107)	(21.648.002)
<b>Valor líquido</b>	<b>5.845.680</b>	<b>4.122.861</b>

O valor dos Ativos intangíveis refere-se essencialmente a *software* adquirido e desenvolvido internamente para suporte das atividades da Empresa, o qual tem um período de amortização de 3 a 5 anos.

As amortizações dos ativos fixos intangíveis estão reconhecidas, pela sua totalidade, na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização da demonstração dos resultados.



Os gastos com pessoal capitalizados ou também designados por trabalhos para a própria entidade incluídos no custo de ativos tangíveis e intangíveis em desenvolvimento foram alocados aos seguintes projetos:

Projetos em curso	2012	Projetos em curso	2011
LISATM V7/V8	470.505	LISATM V7/V8	391.657
LISATM V9	142.279	TWRATM Faro V2	161.524
ATLATM V2	49.588	TWRATM-PRT V2	137.893
SDTATM V2	42.007	SDTATM V2	74.556
SDTATM - FIRLIS - FASE 2	39.513	LISATM V9	22.422
TWRATM-PORTO V2	9.933	Ed.118 - Reabilitação da ASO	4.597
LISATM ITEC - V1.0	1.957	Visualização RSAD do SATL no CCTA	4.581
MATERLIS	1.852	LISATM ITEC - V1.0	4.534
TWRATM-FARO V2	1.393	SATL - Extensão às TWRs	4.018
SUBSTITUIÇÃO FHZ DO OACC	1.230	SATL - NATSMA v6	1.757
Outros	7.295	Outros	85.479
<b>Total</b>	<b>767.552</b>	<b>Total</b>	<b>893.017</b>

## 9. Participações financeiras – Método da equivalência patrimonial

A EDISOFT, S. A. é uma empresa especializada que presta serviços de consultoria, assistência técnica e manutenção na área da informática, a produção, desenvolvimento, comercialização e fornecimento de sistemas informáticos, a produção multimédia e tecnologias aeroespaciais, tanto no âmbito civil como militar.

A EDISOFT, que detém 10% de ações próprias é detida pelas THALES, EMPORDEF e NAV Portugal em partes iguais.

De acordo com as contas de 2012, a EDISOFT apresenta um capital próprio negativo de € 8.567.650. Das deliberações tomadas em Assembleia Geral ocorrida em 26 de março de 2013, data de aprovação das contas, decorre um aumento de capital para cobertura de prejuízos, a subscrever em partes iguais pelos acionistas e na proporção das respetivas participações, cujo pagamento ficou agendado para dia 28 de março de 2013. Neste contexto, a NAV registou nas suas contas de 2012 uma provisão, correspondente a um terço do capital próprio da participada, para fazer face a tal responsabilidade, conforme evidenciado na nota 22 desde anexo.

Para 2013, está ainda decidido um novo aumento de capital no montante de € 1.000.000 a subscrever pelos acionistas mediante novas entradas em dinheiro.

4  
712  
Agus

Os ativos e passivos e os rendimentos e gastos gerados, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras da empresa participada são como segue:

31 de Dezembro de 2011	% capital detido	Activos	Passivos	Capital Proprio	Resultado do exercício
Edisoft-Emp. Desenv. Software, S.A.	30%	5.705.840	10.855.367	(5.149.528)	(772.516)
		<b>5.705.840</b>	<b>10.855.367</b>	<b>(5.149.528)</b>	<b>(772.516)</b>
 31 de Dezembro de 2012	 % capital detido	 Activos	 Passivos	 Capital Proprio	 Resultado do exercício
Edisoft-Emp. Desenv. Software, S.A.	33,3%	4.167.866	12.735.516	(8.567.650)	(3.216.441)
		<b>4.167.866</b>	<b>12.735.516</b>	<b>(8.567.650)</b>	<b>(3.216.441)</b>

## 10. Participações financeiras – Outros métodos

Os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital detidos nas diversas empresas, a saber:

	NAER - Novo Aeroporto S.A.	Futuro - Soc. Gestora de Pensões	European Satellite Services Provider, SAS	Total
1 de Janeiro de 2011	5.448.798	86.351	93.997	5.629.147
Aquisições				
Imparidades	(5.448.798)			(5.448.798)
Alienações				
31 de Dezembro de 2011	-	86.351	93.997	180.348
1 de Janeiro de 2012	-	86.351	93.997	180.348
Aquisições				-
Imparidades	(1.177.834)			(1.177.834)
Alienações	1.177.834		(10.664)	1.167.169
31 de Dezembro de 2012	-	86.351	83.333	169.684

As empresas identificadas têm a seguinte atividade:

A NAER, Novo Aeroporto, S.A., era uma sociedade anónima de capitais públicos, cujos acionistas eram a ANA, S.A., a NAV, E.P.E. e o Estado, representado pela Direção Geral do Tesouro. Foi constituída através do Decreto-Lei nº 109/98, de 24 de abril, com o objeto de "proceder ao desenvolvimento dos trabalhos necessários à preparação e execução das decisões referentes aos processos de planeamento e lançamento da construção de um novo aeroporto no território de Portugal Continental". Tratou-se de

uma “empresa projeto” com objeto social perfeitamente delimitado, cuja estrutura e atividade estavam total e diretamente associadas ao projeto para que foi constituída.

Face aos desenvolvimentos entretanto verificados e à decisão governamental de interromper a construção do novo aeroporto, a NAER foi objeto de liquidação. Neste contexto, por Deliberação social unanime por escrito em 12 de dezembro de 2012, os acionistas decidiram pela liquidação da Empresa ao abrigo do disposto no artigo 148º do Código das Sociedades Comerciais, mediante a transmissão global do património para a ANA, que compensou os restantes acionistas mediante o pagamento da quantia correspondente à proporção das respetivas participações no capital social, sobre o valor do ativo, tendo a NAV Portugal recebido € 1.177.834.

Face ao exposto, a Empresa, que já em 2011 tinha reconhecido nas suas contas uma perda por imparidade correspondente à totalidade da quantia escriturada como investimento NAER, no montante de € 5.448.598, em 2012 reconheceu um ganho no montante de € 1.177.834 tal como indicado no parágrafo anterior, que foi registado na demonstração de resultados na rubrica “Imparidades de Investimentos não Depreciáveis”.

Mais se salienta que a liquidação da NAER, que nos resultados do exercício de 2011 teve impactos significativamente desfavoráveis uma vez que, o gasto da imparidade não foi elegível para recuperação através das taxas dos serviços de navegação aérea, teve também impacto negativo em 2012 dado que, a reversão da imparidade em termos fiscais, no valor correspondente à diferença entre valor total e o valor recebido, só é aceite em 50%.

A FUTURO – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é uma empresa do Grupo Montepio, constituída legalmente em 14 de janeiro de 1988, especializada na gestão de Fundos de Pensões. Criada com o objetivo de realizar todas as operações de gestão e investimento relacionadas com os fundos de pensões, a FUTURO dispõe de um *know-how* de mais de 20 anos de atividade nesta área, procurando ser precursora no mercado de produtos diversificados para pensões e oferecer produtos cujos esquemas de capitalização possam acompanhar a evolução e sofisticação do mercado de capitais.

4  
tif  
Alus



Em 2012, foram atribuídos à NAV Portugal dividendos no montante de € 11.485 (2011: € 12.317) dos quais € 1.574 constituíram retenção de imposto (valor líquido € 9.911).

O *European Satellite Services Provider, SAS* (ESSP) foi fundado em 2001 e formado inicialmente como um Agrupamento Europeu de Interesse Económico (EEIG). Esta foi a forma jurídica adequada para a fase de desenvolvimento da empresa. Em 2008, o ESSP foi transformado em sociedade de responsabilidade limitada – o ESSP-SAS, tendo transferido a sua sede para Toulouse. O principal objetivo do ESSP é implementar o Contrato com a Comissão Europeia, assinado em 2009, que autoriza a empresa a tornar-se o operador do sistema EGNOS e EGNOS *Safety of Life* (SoL) *service provider* em especial para a aviação civil.

Em 2012, por via da extinção do agrupamento ESSP, a NAV Portugal registou uma perda de € 1.574, dado que o valor da participação ascendia a € 10.664 e a Empresa foi ressarcida pelo montante de € 9.090.

Os ativos e passivos, e os rendimentos e gastos gerados, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras das empresas são como segue:

	% capital detido	Activos	Passivos	Capital Proprio	Resultado do exercício
NAER - Novo Aeroporto, S.A.	10,00%	12.071.951	2.517.380	9.554.572	(51.377.242)
Futuro - Soc. Gestora de F. Pensões, SA	3,89%	8.558.626	3.180.461	5.378.164	298.220
European Satellite Services Provider, SAS	8,33%	16.241.003	12.185.945	4.045.058	1.270.182
<b>31 de Dezembro de 2011</b>		<b>36.871.580</b>	<b>17.883.786</b>	<b>18.977.794</b>	<b>(49.808.840)</b>
	% capital detido	Activos	Passivos	Capital Proprio	Resultado do exercício
Futuro - Soc. Gestora de F. Pensões, SA	3,89%	10.327.020	4.885.119	5.441.901	358.919
European Satellite Services Provider, SAS a)	8,33%	16.822.162	11.034.800	5.787.362	1.531.693
<b>31 de Dezembro de 2012</b>		<b>27.149.182</b>	<b>15.919.919</b>	<b>11.229.263</b>	<b>1.890.612</b>

a) A informação financeira disponível ainda não foi objeto de aprovação por parte dos acionistas

## 11. Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Movimentos ocorridos nas rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos:

u  
tif  
Adus

## Ativos por impostos diferidos

	Provisões	Fundo de Pensões	Pensões Seg. Social	Custos Inatividade remunerada	Encargos c/ seguro Saúde	Custos fundos de pensões	Encargos c/ IDC	Desconto de contas receber/pagar	Empresas associadas	Total
<b>A 1 de Janeiro de 2011</b>	<b>60.789</b>	<b>8.427.185</b>	<b>5.998.455</b>	<b>1.580.091</b>	<b>271.910</b>	<b>114.833</b>	<b>676.309</b>	<b>6.794</b>	<b>-</b>	<b>17.136.166</b>
<b>Movimentos do período</b>										
Constituição/reversão por capital										-
Constituição por resultados		2.913.753			28.683	466.128	175.565	13.182	1.438.483	5.035.794
Reversão por resultados	(8.482)		(81.511)	(606.122)						(696.115)
<b>Movimento do período</b>	<b>(8.482)</b>	<b>2.913.753</b>	<b>(81.511)</b>	<b>(606.122)</b>	<b>28.683</b>	<b>466.128</b>	<b>175.565</b>	<b>13.182</b>	<b>1.438.483</b>	<b>4.339.679</b>
<b>A 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>52.307</b>	<b>11.340.938</b>	<b>5.916.944</b>	<b>973.969</b>	<b>300.593</b>	<b>580.761</b>	<b>851.874</b>	<b>19.976</b>	<b>1.438.483</b>	<b>21.475.845</b>
<b>A 1 de Janeiro de 2012</b>	<b>52.307</b>	<b>11.340.938</b>	<b>5.916.944</b>	<b>973.969</b>	<b>300.593</b>	<b>580.761</b>	<b>851.874</b>	<b>19.976</b>	<b>1.438.483</b>	<b>21.475.845</b>
<b>Movimentos do período</b>										
Constituição/reversão por capital										-
Constituição por resultados	26.421	8.597.725	725.849		32.570			1.025.035		10.407.599
Reversão por resultados				(182.118)		(580.761)	(40.357)		(1.438.483)	(2.241.719)
<b>Movimento do período</b>	<b>26.421</b>	<b>8.597.725</b>	<b>725.849</b>	<b>(182.118)</b>	<b>32.570</b>	<b>(580.761)</b>	<b>(40.357)</b>	<b>1.025.035</b>	<b>(1.438.483)</b>	<b>8.165.880</b>
<b>A 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>78.728</b>	<b>19.938.663</b>	<b>6.642.793</b>	<b>791.851</b>	<b>333.163</b>	<b>(0)</b>	<b>811.517</b>	<b>1.045.011</b>	<b>-</b>	<b>29.641.725</b>

Os impostos diferidos ativos relativos aos Fundos de Pensões são calculados no pressuposto de que as entregas futuras estarão dentro dos limites fiscais.

## Passivos por impostos diferidos

	Subsídios investimento	Reavaliação Legal	IDC	Método de Equivalência Patrimonial	Desconto de contas a receber/pagar	Total
<b>A 1 de Janeiro de 2011</b>	<b>230.651</b>	<b>189.715</b>	<b>167.127</b>	<b>(56.612)</b>	<b>214.127</b>	<b>745.009</b>
<b>Movimentos do período</b>						
Constituição/reversão por capital	(3.992)	(555)		(1.998)		(6.545)
Constituição por resultados			21.375		158.157	179.532
Reversão por resultados		(2.158)				(2.158)
<b>Movimentos do período</b>	<b>(3.992)</b>	<b>(2.713)</b>	<b>21.375</b>	<b>(1.998)</b>	<b>158.157</b>	<b>170.829</b>
<b>A 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>226.659</b>	<b>187.002</b>	<b>188.502</b>	<b>(58.610)</b>	<b>372.284</b>	<b>915.838</b>
<b>A 1 de Janeiro de 2012</b>	<b>226.659</b>	<b>187.002</b>	<b>188.502</b>	<b>(58.610)</b>	<b>372.284</b>	<b>915.838</b>
<b>Movimentos do período</b>						
Constituição/reversão por capital	(8.949)	(9.158)		(1.998)		(20.104)
Constituição por resultados		15.123				15.123
Reversão por resultados			(68.484)	(3.068)	(243.546)	(315.098)
<b>Movimentos do período</b>	<b>(8.949)</b>	<b>5.965</b>	<b>(68.484)</b>	<b>(5.066)</b>	<b>(243.548)</b>	<b>(320.080)</b>
<b>A 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>217.711</b>	<b>192.967</b>	<b>120.018</b>	<b>(63.676)</b>	<b>128.738</b>	<b>595.758</b>

As reavaliações fiscais resultam da atualização efetuada ao valor dos ativos no normativo POC, com base em diplomas do Governo onde foram definidos os coeficientes de desvalorização monetária. O efeito destes impostos diferidos reflete a não dedução fiscal de 40% da reavaliação efetuada. O efeito destas reavaliações na situação líquida encontra-se expresso na rubrica resultados transitados.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

u  
ne  
Agus

## Resumo do impacto dos movimentos dos impostos diferidos:

	2012	2011
<b>Impacto na demonstração dos resultados</b>		
Ativos por impostos diferidos	8.165.880	4.339.679
Passivos por impostos diferidos	299.976	(177.374)
	<b>8.465.856</b>	<b>4.162.305</b>
<b>Impactos no capital próprio</b>		
Ativos por impostos diferidos	20.104	6.545
Passivos por impostos diferidos		
	<b>20.104</b>	<b>6.545</b>
<b>Impacto líquido dos impostos diferidos</b>	<b>8.485.960</b>	<b>4.168.850</b>

## 12. Inventários

Detalhe	2012	2011
Existências iniciais	363.709	356.502
Compras	294.492	350.775
Regularização de existências	147	2.023
Existências finais	350.110	363.709
<b>Custo das mercadorias vendidas</b>	<b>307.944</b>	<b>341.545</b>
Existências finais	336.114	349.713
<b>Imparidade de inventários</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Matérias primas	350.110	363.709
Imparidade de inventários	13.996	13.996
<b>Total Inventários</b>	<b>336.114</b>	<b>349.713</b>
Ajustamentos de imparidade		
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>A 1 de Janeiro</b>	13.996	11.973
Aumentos		2.023
Utilizações		
Reduções		
<b>A 31 de Dezembro</b>	<b>13.996</b>	<b>13.996</b>

## 13. Clientes

### Decomposição da rubrica de Clientes:

	2012		2011	
Decomposição	Corrente	Total	Corrente	Total
Clientes	23.622.692	23.622.692	33.772.271	33.772.271
Clientes de cobrança duvidosa	1.828.174	1.828.174	4.262.680	4.262.680
	25.450.866	25.450.866	38.034.951	38.034.951
Clientes - imparidade	(1.828.174)	(1.828.174)	(4.262.680)	(4.262.680)
<b>Total Clientes</b>	<b>23.622.692</b>	<b>23.622.692</b>	<b>33.772.271</b>	<b>33.772.271</b>



Nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes, decorrentes da prestação de serviços de navegação aérea de rota e de terminal.

Imparidade de clientes:

Movimento	2012		2011	
	Corrente	Total	Corrente	Total
A 1 de Janeiro	4.262.680	4.262.680	4.964.254	4.964.254
Aumentos	504.761	504.761	17.335	17.335
Utilizações	(2.939.267)	(2.939.267)	(405.958)	(405.958)
Reduções		-	(312.952)	(312.952)
A 31 de Dezembro	1.828.174	1.828.174	4.262.680	4.262.680

O reforço de € 504.761 (2011: € 17.335) ocorrido deveu-se a um aumento de dívidas de carácter duvidoso de clientes de rota e encontra-se registado na rubrica Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões) da demonstração dos resultados.

Para os restantes clientes com documentos vencidos, não se considerou haver o risco de incobrabilidade.

A utilização de € 2.939.267 resulta do registo de incobrabilidade de dívidas de clientes de rota (€ 2.702.795) e de terminal.

#### 14. Adiantamentos a fornecedores

Saldos	2012	2011
Adiantamentos a fornecedores	40.138	60.199
<b>Total Adiantamentos a fornecedores</b>	<b>40.138</b>	<b>60.199</b>

#### 15. Estado e outros entes públicos

Decomposição dos saldos	2012		2011	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC		591.828		9.106.675
Impostos s/ rendimento - IRS		1.779.613		1.762.607
Imposto s/ valor acrescentado - IVA		352.203		349.595
Contribuições p/ segurança social		1.989.922		2.034.230
Outros impostos		90		49
	-	<b>4.713.656</b>	-	<b>13.253.156</b>

4  
17  
Agus

Decomposição do saldo de IRC	2012	2011
Pagamentos por conta	9.266.051	989.321
Retenções na fonte	319.680	349.124
Estimativa de IRC	(10.177.559)	(10.445.120)
<b>Total</b>	<b>(591.828)</b>	<b>(9.106.675)</b>

## 16. Outras contas a receber

Decomposição	2012			2011		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Ativos regulatórios</b>						
Devedores por acréscimo de rendimento i)			-			-
Mecanismo Corretor NAV - Terminal	964.395	4.162.221	5.126.616		927.303	927.303
Mecanismo Corretor NAV - ROTA		20.803.124	20.803.124			-
Mecanismo Corretor Ent Externas - ROTA		751.663	751.663	34.878		34.878
<b>Outros devedores</b>						-
Outros devedores ii)	5.783.757		5.783.757	8.319.182		8.319.182
Pessoal	42.938		42.938	47.748		47.748
<b>Devedores por acréscimo de rendimento</b>						-
Juros a receber	31.441		31.441	185.578		185.578
Outros	109.550		109.550	31.668		31.668
Ajustamentos	(313.344)		(313.344)	(245.405)		(245.405)
<b>Outras contas a receber</b>	<b>6.618.737</b>	<b>25.717.008</b>	<b>32.335.745</b>	<b>8.373.649</b>	<b>927.303</b>	<b>9.300.952</b>

### i) Devedores por acréscimo de rendimento

Os mecanismos corretores de terminal de 2011 (corrente) e de 2012 (não corrente) serão recuperados junto dos utilizadores dos serviços de navegação aérea durante os anos de 2013 e 2014, respetivamente. O mecanismo corretor de rota de 2012 (não corrente) será recuperado junto dos utilizadores dos serviços de navegação aérea no período de 2014 (controláveis) e a partir de 2016 (não controláveis).

De acordo com o novo regime comum de tarifação dos serviços de navegação aérea de rota, cuja aplicação se iniciou em 2012, a Empresa apurou um ajustamento (mecanismo corretor) de custos considerados não controláveis no montante de € 14.645.688 (valor descontado com referência a 31 de dezembro de 2012).

Os ativos regulatórios encontram-se descontados à taxa de 4%.

### ii) Outros devedores

Inclui o valor de € 2.725.785 (2011: € 6.159.955), gerado por pagamentos voluntários de liquidações adicionais de IRC, decorrentes de ações de inspeção tributária aos exercícios de 2005, 2006, 2008 e 2009, as quais, no entender da NAV, não são devidas dado que se referem, essencialmente, a acréscimos ao lucro tributável de montantes de

*h*  
*te*  
*Agua*

prestação de serviços a voos isentos do pagamento de taxas de rota e de terminal, cujo rédito não pode ser reconhecido uma vez que entraria em rutura com os pressupostos da NCRF 20 (Rédito), cujo impacto ascende a € 2.091.959.

Acresce que à Empresa cabe a responsabilidade de, em nome do Estado Português, continuar a assegurar a prestação dos serviços aos voos que, por decisão do Estado, se encontram legalmente isentos do pagamento de taxas de rota e de terminal e cujos custos, de acordo com o estabelecido no Ponto 4. do Artigo 9º do Regulamento (CE) Nº 1794/2006, *"não devem ser tidos em conta no cálculo das taxas unitárias"* e *"os Estados Membros devem assegurar que os Prestadores de Serviços de Navegação Aérea sejam reembolsados dos serviços que tiverem prestado aos voos isentos"*.

Atentos estes pressupostos e dado que em 2012, em sede de recurso hierárquico, a administração fiscal veio deferir as reclamações apresentadas pela Empresa relativas a liquidações adicionais que resultaram de inspeções aos exercícios de 2005, 2006 e 2007, sobre a mesma matéria, do qual resultou o recebimento de € 3.434.170 no decorrer do exercício de 2012, a Empresa mantém a convicção de que os montantes relativos às liquidações efetuadas aos exercícios de 2008 e 2009 serão também recuperadas no futuro, pelo que se reconheceu as referidas tributações adicionais como valores a receber do Estado.

## 17. Diferimentos

Decomposição	2012		2011	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Ativos Regulatórios		34.293.135		38.088.632
Contribuição financeira Eurocontrol	2.148.357		2.124.538	
Assistência técnica	337.991		173.578	
Prémios CTA	194.531		249.399	
Seguros	671.933		425.158	
Outros gastos a reconhecer	170.198		164.071	
<b>Gastos a reconhecer</b>	<b>3.523.009</b>	<b>34.293.135</b>	<b>3.136.744</b>	<b>38.088.632</b>
Passivos Regulatórios				
Mecanismo Corretor NAV - ROTA	10.787.268		10.825.586	10.338.569
Mecanismo Corretor Ent Externas - ROTA	493.358			405.921
Mecanismo Corretor NAV - TERMINAL			2.539.098	
Outros proveitos diferidos	4.105		-	
<b>Rendimentos a reconhecer</b>	<b>11.224.731</b>	<b>-</b>	<b>13.364.684</b>	<b>10.744.490</b>

u  
tip  
Aguar



A rubrica Ativos regulatórios decompõe-se em dois valores distintos:

- Diferimento do encargo suportado pela Empresa, no valor de € 30.632.592 (2011: € 33.100.957) quanto aos 60% de reforma paga aos pensionistas entre os 57 e os 65 anos de idade, determinado através da repartição das responsabilidades iniciais dos colaboradores ainda no ativo pelo tempo médio de vida esperada até à idade de reforma, o qual será reconhecido e recuperado até 2038 e,
- Diferimento de perdas atuariais provocadas pela alteração da taxa de desconto aplicada para determinar as responsabilidades atuais dos fundos de pensões NAV Complementos e NAV SINCTA Complementos, as quais estão a ser reconhecidas em resultados numa base sistemática, finalizando em 2015. À data de balanço este montante ascende a € 3.660.543 (2011: € 4.987.674).

Os restantes gastos a reconhecer referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não recebidos.

Em cada período, a contribuição financeira de Portugal para o Orçamento da Agência EUROCONTROL, é determinada de acordo com a fórmula de repartição estabelecida no Artigo 19º dos Estatutos da Agência e deduzida dos montantes relativos às taxas de rota cobradas pelo EUROCONTROL, os quais, nos termos do estipulado no Artigo 8º do Decreto-Lei nº 404/98 de 18 de dezembro, constituem receitas da NAV Portugal.

Os passivos regulatórios encontram-se descontados à taxa de 4%.

Os passivos regulatórios referem-se exclusivamente aos mecanismos corretores de rota e terminal de 2011 e derivam do facto da faturação emitida ser superior aos gastos realmente suportados.

## **18. Capital realizado**

Em 31 de Dezembro de 2012, o capital social da NAV, no montante de € 25.000.000 encontrava-se totalmente subscrito e realizado.

V/  
tf  
Aques

## 19. Reservas

Movimentos	Reservas legais	Reservas estatutárias	Total
A 1 de Janeiro de 2011	16.840.032	24.655.199	41.495.231
Acerto da aplicação do resultado líquido de 2009		(592.474)	(592.474)
A 31 de Dezembro de 2011	16.840.032	24.062.725	40.902.757
1 de Janeiro de 2012	16.840.032	24.062.725	40.902.757
A 31 de Dezembro de 2012	16.840.032	24.062.725	40.902.757

Dada a inexistência da publicação dos despachos conjuntos das tutelas (finanças e sectorial) de aprovação das contas de 2010 e 2011, não foram efetuados os reforços das reservas em conformidade com as propostas dos Conselhos de Administração da Empresa expressos nos relatórios e contas daqueles exercícios, tendo os respetivos resultados líquidos sido transferidos para resultados transitados conforme evidenciado na nota 20.

### Reservas Legais (Geral)

De acordo com o art.º 22º dos estatutos da NAV Portugal, uma percentagem não inferior a 10% do resultado do período, deverá ser afeto a esta reserva, a qual só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

Dentro da rubrica Reservas Legais consta ainda a Reserva para Remuneração dos Capitais Investidos, a qual foi constituída nos termos do Decreto-Lei nº 300/80, de 16 de agosto.

### Reservas Estatutárias

A rubrica de Reservas Estatutárias contém a Reserva para Investimento (€ 23.362.216) e a Reserva para Fins Sociais (€ 700.508), estabelecidas segundo o art.º 22º dos estatutos da NAV Portugal.

4  
te  
Agus

## 20. Resultados transitados

Decomposição	Resultados transitados
<b>1 de Janeiro de 2011</b>	<b>17.414.770</b>
Ajustamentos por impostos diferidos	555
Transf. para outras reservas e para resultados a distribuir	1.998
Reservas 2010	5.226.029
<b>31 de Dezembro de 2011</b>	<b>22.643.352</b>
<b>1 de Janeiro de 2012</b>	<b>22.643.352</b>
Ajustamentos por impostos diferidos	9.158
Transf. para outras reservas e para resultados a distribuir	1.998
Reservas 2011	(4.976.985)
<b>31 de Dezembro de 2012</b>	<b>17.677.522</b>

O efeito líquido das reavaliações legais efetuadas aos ativos da Empresa, no montante de € 2.239.092, o qual não é passível de distribuição, foi, aquando da adoção do SNC, transferido para Resultados transitados atendendo às opções de adoção seguidas pela Empresa.

## 21. Outras variações no Capital próprio

Naturezas dos movimentos	Subsídios	Impostos diferidos	Total
<b>1 de Janeiro de 2011</b>	<b>1.004.611</b>	<b>(230.651)</b>	<b>773.960</b>
Adições		3.992	3.992
Regularização por resultados	(45.957)		(45.957)
Alienações			-
<b>31 de Dezembro de 2011</b>	<b>958.654</b>	<b>(226.659)</b>	<b>731.995</b>
<b>1 de Janeiro de 2012</b>	<b>958.654</b>	<b>(226.659)</b>	<b>731.995</b>
Adições		8.949	8.949
Regularização por resultados	(99.534)		(99.534)
Alienações			-
<b>31 de Dezembro de 2012</b>	<b>859.120</b>	<b>(217.711)</b>	<b>641.409</b>

O movimento do período reflete a reversão do subsídio líquido inicialmente reconhecido em Capital para a demonstração dos resultados, mais concretamente para as rubricas de Subsídios ao investimento.



## 22. Provisões

Detalhe	Encargos c/ Processos Judiciais em curso	Encargos c/ IDC	Outras Provisões	Total
<b>A 1 de Janeiro de 2011</b>	<b>499.631</b>	<b>1.996.795</b>	<b>-</b>	<b>2.496.426</b>
Dotação	928.130	687.150		1.615.280
Utilização		(112.549)		(112.549)
Atualização efeito de desconto		(58.622)		(58.622)
Reversão		-		-
<b>A 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>1.427.761</b>	<b>2.512.774</b>	<b>-</b>	<b>3.940.535</b>
Saldo corrente	-	-	-	-
Saldo não corrente	1.427.761	2.512.774	0	3.940.535
	<b>1.427.761</b>	<b>2.512.774</b>	<b>-</b>	<b>3.940.535</b>
<b>A 1 de Janeiro de 2012</b>	<b>1.427.761</b>	<b>2.512.774</b>	<b>-</b>	<b>3.940.535</b>
Dotação			2.853.027	2.853.027
Utilização	(12.377)	(397.532)		(409.909)
Atualização efeito de desconto		295.591		295.591
Reversão	(1.225.912)			(1.225.912)
<b>A 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>189.472</b>	<b>2.410.832</b>	<b>2.853.027</b>	<b>5.453.331</b>
Saldo corrente	-	-	-	-
Saldo não corrente	189.472	2.410.832	2.853.027	5.453.331
	<b>189.472</b>	<b>2.410.832</b>	<b>2.853.027</b>	<b>5.453.331</b>

### Encargos com Processos Judiciais em Curso

Provisão constituída segundo a avaliação que a NAV Portugal efetua da sua exposição a contingências jurídicas, nomeadamente processos de natureza laboral nos quais a Empresa é ré. No decurso do exercício de 2012, foi concluído um processo colocado contra a Empresa, cuja contingência foi bastante inferior ao provisionado, tendo-se revertido a provisão no montante de € 1.127.911, para o referido caso.

### Encargos com o IDC

Os controladores de tráfego aéreo admitidos até 31 de dezembro de 2004 têm o direito adquirido de poderem cessar funções aos 52 anos, sendo-lhes aberta a possibilidade de permanecerem em período de funções até aos 55 anos, caso em que ganham o direito ao pagamento de uma compensação indemnizatória, dada a sua desvinculação laboral postecipada.

O Acordo de Empresa foi revisto em 2007, tendo a Empresa e o SINCTA contratualizado um alargamento do limite de idade para o exercício de profissão dos CTA (57 anos), facto consagrado através da Lei nº5/2009, de 29 de janeiro. Ficou

u  
h  
A  
A

estipulado na Cláusula 11ª do Acordo de Empresa de CTA a atribuição de uma compensação indemnizatória, face à possibilidade concedida aos CTA de posteciparem a sua desvinculação contratual, ou aos 52 anos (CTA admitidos até 31 de Dezembro de 2004), ou aos 55 anos (para os CTA admitidos em momento posterior a 31 de dezembro de 2004).

A compensação pecuniária a título de indemnização por desvinculação contratual é paga de uma só vez no momento da desvinculação contratual, podendo os CTA solicitar adiantamentos trimestrais, a acertar com a indemnização final no momento da desvinculação. O saldo a 31 de dezembro de 2012, representa as obrigações presentes da Empresa no âmbito supra, o qual é sujeito a atualização, dado o efeito temporal do período de ressarcimento destas obrigações.

Os encargos com IDC encontram-se registados pelo valor descontado à taxa de 4%. As dotações do exercício foram registadas na rubrica de Gastos com Pessoal – Indemnizações.

### Outras Provisões

As restantes provisões são registadas de acordo com a avaliação que a Empresa efetua da sua exposição a contingências jurídicas, fiscais ou outras.

A provisão reconhecida em 2012 no montante de € 2.853.027 respeita às perdas previstas relativamente à participação da Empresa na sua associada EDISOFT.

## **23. Financiamentos obtidos**

Detalhe dos empréstimos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo:

	2012			2011		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	2.496.990	9.818.686	12.315.676	2.496.990	12.315.676	14.812.666
	<u>2.496.990</u>	<u>9.818.686</u>	<u>12.315.676</u>	<u>2.496.990</u>	<u>12.315.676</u>	<u>14.812.666</u>

A NAV Portugal é subscritora de quatro tranches de empréstimos contraídos junto do Banco Europeu de Investimentos, como via de financiamento do CAPEX de períodos passados. Os detalhes dos empréstimos apresentam-se seguidamente:

	Assinatura do contrato	Utilização	Montante em dívida	Período de pagamento		Obs
				Início	Fim	
	BB / 97	Dez-97	Integral	03-09-15	17-09-15	a)
	BB / 98	Jun-98	Integral	07-06-15	18-09-19	b)
	BB / 98	Jun-98	Integral	07-06-15	18-06-15	a)
	BB / 01	Dez-01	Integral	07-12-15	16-12-15	a)
<b>Total</b>			<b>12.315.676</b>			

a) Trimestral e postecipado - Taxa variável convertível

b) Trimestral e postecipado - Taxa variável

Os empréstimos bancários não têm, como garantia real atribuída, quaisquer ativos da Empresa. Todos os empréstimos encontram-se negociados em Euros.

No final do período de 2012, a NAV Portugal não possuía outras linhas de crédito contratadas e não utilizadas.

Os financiamentos de acordo com o regime das taxas de juro são os seguintes:

	2012	2011
Taxas de juro variáveis		
correntes	2.496.990	2.496.990
não correntes	9.818.686	12.315.676
	<b>12.315.676</b>	<b>14.812.666</b>
Descriminação por períodos		
	2012	2011
Até 6 meses	12.315.676	14.812.666
Entre 6 e 12 meses	-	-
Entre 1 e 5 anos	-	-
Superior a 5 anos	-	-
	<b>12.315.676</b>	<b>14.812.666</b>

A exposição dos empréstimos é como segue:

	Valor Contabilístico		Justo Valor	
	2012	2011	2012	2011
Papel comercial				
Empréstimos obrigacionistas				
Empréstimos bancários	12.315.676	14.812.667	12.315.676	14.812.667
Descobertos bancários				
	<b>12.315.676</b>	<b>14.812.667</b>	<b>12.315.676</b>	<b>14.812.667</b>

O justo valor dos empréstimos negociados a taxas de juro variáveis aproxima-se ao valor contabilístico dos mesmos.

u  
tip  
plus



O plano de amortização dos financiamentos correntes e não correntes, é o seguinte:

	2012	2011
Até 1 anos	2.496.990	2.496.990
Entre 2 e 5 anos	9.818.686	9.987.960
Superior a 5 anos		2.327.717
	<b>12.315.676</b>	<b>14.812.667</b>

Assinale-se ainda que os juros são calculados em função de taxa variável, em conformidade com os procedimentos estabelecidos pelo Conselho de Administração do Banco Europeu de Investimento, não podendo, no entanto, ultrapassar o equivalente à taxa Euribor a 3 meses acrescida de 15 pontos base (0,15%).

## 24. Responsabilidades por benefícios pós-emprego

As responsabilidades por benefícios pós-emprego e os correspondentes gastos anuais, são determinadas através de cálculos atuariais, utilizando o método de crédito da unidade projetada, efetuada por atuário independente, baseados em pressupostos que refletem as condições demográficas da população cobertas pelos planos e as condições económicas e financeiras prevalecentes no momentos do cálculo.

A NAV Portugal tem as seguintes obrigações pós-emprego e outras:

- i) Atribuição de complementos de pensões de reforma, aposentação e sobrevivência a todos os pensionistas, com a antiga categoria profissional de Controlador de Tráfego Aéreo (CTA), admitidos na Empresa até 30 de Setembro de 2007, bem como aos demais pensionistas pertencentes às restantes categorias profissionais, que já detivessem os requisitos de reforma ou aposentação na data da constituição do novo Plano de Pensões de Contribuição Definida, no âmbito dos respetivos Fundos/Planos de Pensões de Benefício Definido. A atribuição dos referidos benefícios, visa complementar as pensões estatais atribuídas pela Segurança Social e pela Caixa Geral de Aposentações, por forma a garantir um rendimento equivalente atualizado àquele que os referidos pensionistas auferiam, no momento da sua reforma ou aposentação. As responsabilidades associadas aos benefícios em apreço, bem como o seu financiamento, são asseguradas

por Fundos de Pensões, assumindo a Empresa os respetivos encargos económicos anuais e inerentes contribuições financeiras.

- ii) Concessão de complementos de pensões de reforma, aposentação e sobrevivência a todos os pensionistas, com a antiga categoria profissional de Controlador de Tráfego Aéreo (CTA), admitidos na Empresa em data posterior a 30 de setembro de 2007, bem como aos demais pensionistas pertencentes às restantes categorias profissionais, que não detivessem os requisitos legais de reforma ou aposentação na data de constituição do novo Plano de Pensões de Contribuição Definida. As responsabilidades associadas aos referidos benefícios, são asseguradas através dos respetivos Fundos/Planos de Pensões de Contribuição Definida, cujos contratos constitutivos foram celebrados em 15 de março de 2012. A atribuição dos referidos benefícios é assegurada através de "contas individuais" financiadas por contribuições obrigatórias da Empresa e por eventuais contribuições voluntárias dos colaboradores. Assim, e no que respeita às contribuições obrigatórias da Empresa para o Fundo/Plano de Pensões de Contribuição Definida dos CTA, as mesmas correspondem a 8,17% da retribuição mensal daqueles colaboradores, tendo sido efetuada a especialização dos encargos correspondentes ao período que decorreu entre a data de produção de efeitos e a data de celebração do respetivo contrato constitutivo. Relativamente às contribuições obrigatórias da Empresa para o Plano de Pensões de Contribuição Definida dos restantes colaboradores, as mesmas correspondem a 5,0% da sua retribuição mensal, tendo sido igualmente efetuada a especialização dos encargos correspondentes ao período que decorreu entre a data de produção de efeitos, 1 de janeiro de 2011 e a data de celebração da alteração do respetivo contrato constitutivo.
- iii) Responsabilidades decorrentes do pagamento de 60% das pensões de reforma por velhice dos Controladores de Tráfego Aéreo subscritores da Segurança Social, nos termos Decreto-Lei nº 155/2009 de 9 de julho. Assim, de acordo com o referido diploma legal, na decorrência da antecipação da idade de acesso à pensão antecipada de velhice dos CTA, a Empresa assume o financiamento de 60% dos encargos correspondentes ao pagamento das pensões durante o período que medeia entre a sua idade de

U  
hf  
Bous

reforma antecipada de 57 anos e a idade normal de acesso à reforma por velhice, atualmente de 65 anos.

- iv) Responsabilidades com o período de inatividade remunerada de alguns CTA, decorrentes da inobservância dos requisitos legais conducentes à caducidade do seu vínculo contratual, por reforma ou aposentação, na data em que atinjam o limite de idade para o exercício de funções operacionais com a consequente cessação de licença aeronáutica, a qual nos termos da Lei nº 5/2009, de 29 de janeiro, se encontra fixada em 57 anos de idade.
- v) Atribuição aos reformados e aposentados de um plano de seguro de saúde, até aos 75 anos de idade, estando as respetivas responsabilidades, que não são objeto de qualquer fundeamento, devidamente provisionadas.

Em termos globais, o impacto destes planos nas demonstrações financeiras é como segue:

	2012	2011
<b>Obrigações no balanço</b>		
Benefícios de reforma	127.031.366	103.459.399
Período de inatividade	2.760.700	3.689.277
Seguro de saúde	1.161.535	1.138.610
	<b>130.953.601</b>	<b>108.287.286</b>
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Gastos na demonstração dos resultados</b>		
Planos de pensões - benefícios definidos	41.562.184	46.547.774
Planos de pensões - contribuição definida	1.637.217	1.750.313
Pensões Segurança Social CTA	1.470.479	(458.807)
Período de inatividade	572.399	(701.014)
Seguro de saúde	97.675	127.779
	<b>45.339.954</b>	<b>47.266.045</b>

### Fundos de Pensões de plano de benefício definido

Os principais pressupostos utilizados no cálculo atuarial, são os abaixo indicados:

NAV COMPLEMENTOS	2012	2011
Taxa anual de desconto	4,00%	5,50%
Taxa anual de crescimento dos salários	3,00%	3,50%
Taxa anual de crescimento das pensões	2,50%	3,00%
Taxa anual de crescimento da pensão SS	2,00%	2,50%
Taxa anual de crescimento da pensão CGA	2,00%	2,50%
Taxa de rendimento	4,00%	5,50%
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77

u  
hf  
plus



NAV/SINCTA COMPLEMENTOS	2012	2011
Taxa anual de desconto	4,00%	5,50%
Taxa anual de crescimento dos salários	3,00%	3,50%
Taxa anual de crescimento das pensões	2,50%	3,00%
Taxa anual de crescimento da pensão SS	2,00%	2,50%
Taxa anual de crescimento da pensão CGA	2,00%	2,50%
Taxa de inflação	2,00%	2,50%
Taxa de rendimento	4,00%	5,50%
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90

Os pressupostos atuariais e financeiros têm em conta as expectativas quanto à evolução a longo prazo das variáveis macroeconómicas e a sensibilidade do atuário, no que respeita à análise demográfica.

Em relação ao ano anterior, com base nas seguintes conclusões do atuário, foram efetuadas alterações aos seguintes pressupostos:

- A taxa de desconto passou de 5,5% para 4% de acordo com a informação disponível, reportada por analistas especializados, nomeadamente a HEUBECK AG, que já serviu de base à escolha da taxa de desconto utilizada em 31 de dezembro de 2011;
- A taxa de crescimento salarial passou de 3,5% para 3% e a taxa de crescimento das pensões passou de 3% para 2,5%. Tendo por base o objetivo do BCE, em manter a médio e longo prazo a taxa de inflação na zona Euro em 2%, foram alteradas as avaliações atuariais dos Fundos de Pensões em conformidade com esta taxa de inflação.

Mais se salienta que, apesar da instabilidade salarial dos últimos dois anos, o pressuposto de crescimento salarial é referente a uma taxa de longo prazo, o que significa que deve ser levada em conta a expectativa de crescimento dos salários num horizonte temporal de vinte anos, em média. No caso concreto, é entendimento do atuário que, dado o histórico de perdas atuariais sucessivas, devido ao crescimento dos salários acima do pressuposto, é prudente manter um diferencial de um ponto percentual entre a taxa de inflação esperada e a taxa de crescimento dos salários.

U  
 11/12  
 12/13

O montante da obrigação reconhecida no balanço é determinado como segue:

	2012			2011		
	NAV Complementos	NAV Sincta	Total	NAV Complementos	NAV Sincta	Total
Valor presente de obrigações fundeadas	12.762.521	234.184.184	246.946.705	10.044.876	181.827.254	191.872.130
Justo valor dos ativos do plano	(12.703.409)	(161.003.862)	(173.707.271)	(10.093.862)	(133.832.496)	(143.926.358)
	<b>59.112</b>	<b>73.180.322</b>	<b>73.239.434</b>	<b>(48.986)</b>	<b>47.994.758</b>	<b>47.945.772</b>
Valor presente da obrigação não fundeada (60% das Pensões da SS)			<b>53.791.930</b>			<b>55.513.627</b>
Obrigações no Balanço			<b>127.031.364</b>			<b>103.459.399</b>

O movimento ocorrido no valor atual da obrigação subjacente ao cálculo do valor das pensões de reforma foi o seguinte:

	2012			2011		
	NAV Complementos	NAV Sincta	Total	NAV Complementos	NAV Sincta	Total
<b>Responsabilidades fundeadas</b>						
<b>A 1 de Janeiro</b>	<b>10.044.877</b>	<b>181.827.254</b>	<b>191.872.131</b>	<b>48.398.562</b>	<b>187.560.972</b>	<b>205.949.534</b>
Custo serviços correntes	152.942	4.248.775	4.401.717	154.437	3.152.041	3.306.478
Custo dos juros	627.203	11.440.315	12.067.518	532.610	9.332.902	9.865.512
Pagamento de benefícios	(362.219)	(7.400.593)	(7.762.812)	(321.911)	(6.268.563)	(6.590.474)
Efeito de alteração de pressupostos	1.365.263	32.948.237	34.313.500		19.810.929	19.810.929
Conversão para plano CD			-	(38.187.210)		(38.187.210)
(Ganhos)/perdas actuariais	934.455	11.120.196	12.054.651	(531.611)	(1.751.027)	(2.282.638)
<b>A 31 de Dezembro</b>	<b>12.762.521</b>	<b>234.184.184</b>	<b>246.946.705</b>	<b>10.044.877</b>	<b>181.827.254</b>	<b>191.872.131</b>
<b>Responsabilidades não fundeadas</b>						
<b>A 1 de Janeiro</b>			<b>55.513.627</b>			<b>59.119.315</b>
Aumento provisão			2.286.470			1.677.518
Utilização provisão			(723.809)			(651.879)
Reversão provisão			(3.284.357)			(4.631.328)
<b>A 31 de Dezembro</b>			<b>53.791.930</b>			<b>55.513.627</b>

Os fundos afetos a este plano tiveram a seguinte evolução:

	2012			2011		
	NAV Complementos	NAV Sincta	Total	NAV Complementos	NAV Sincta	Total
<b>A 1 de Janeiro</b>	<b>10.093.862</b>	<b>133.832.495</b>	<b>143.926.357</b>	<b>48.932.659</b>	<b>117.624.286</b>	<b>166.556.945</b>
Contribuições entregues	3.344.039	11.893.219	15.237.258	4.259.437	32.765.504	37.024.941
Ganhos/ (perdas) actuariais			-			-
Conversão plano BD em CD	(3.301.879)		(3.301.679)	(38.187.210)		(38.187.210)
Benefícios pagos	(382.219)	(7.400.593)	(7.762.812)	(321.911)	(6.268.563)	(6.590.474)
Retorno esperado dos ativos do fundo	2.929.406	22.678.741	25.608.147	(4.589.113)	(10.288.732)	(14.877.845)
<b>A 31 de Dezembro</b>	<b>12.703.409</b>	<b>161.003.861</b>	<b>173.707.270</b>	<b>10.093.862</b>	<b>133.832.495</b>	<b>143.926.357</b>

*Handwritten signature and initials:*  
u  
hf  
Agus

Os impactos do plano na demonstração dos resultados são como segue:

	2012			2011		
	NAV Complementos	NAV Sincta	Total	NAV Complementos	NAV Sincta	Total
Custos serviços correntes	152.352	3.953.498	4.105.850	138.187	2.780.809	2.918.996
Custos dos juros	627.203	11.440.315	12.067.518	532.610	9.332.901	9.865.511
(Ganhos) / perdas atuariais	2.299.718	44.068.434	46.368.152	(1.175.433)	18.059.902	16.884.469
Retorno estimado dos ativos do plano	(2.929.406)	(22.678.741)	(25.608.147)	5.232.936	10.288.732	15.521.668
Conversão plano BD em CD	3.301.679		3.301.679			-
<b>Total Incluído em gastos com pessoal</b>	<b>3.451.546</b>	<b>36.783.506</b>	<b>40.235.052</b>	<b>4.728.300</b>	<b>40.462.344</b>	<b>45.190.644</b>

Detalhe da natureza dos ativos que constituem os fundos dos planos de pensões complementos:

#### NAV COMPLEMENTOS

	2012		2011	
	Valor	%	Valor	%
Obrigações	4.065.289	32%	27.950.410	58%
Depósitos curto prazo	6.636.003	52%	9.092.846	19%
Ações	1.698.727	13%	8.397.256	17%
Fundos Investimento	303.390	2%	2.840.560	6%
<b>A 31 de Dezembro</b>	<b>12.703.409</b>	<b>100%</b>	<b>48.281.072</b>	<b>100%</b>

#### NAV/SINCTA COMPLEMENTOS

	2012		2011	
	Valor	%	Valor	%
Obrigações	84.304.601	52%	71.301.705	53%
Depósitos curto prazo	58.818.394	37%	46.035.171	34%
Ações	14.964.861	9%	13.384.970	10%
Fundos Investimento	2.916.007	2%	3.110.649	2%
<b>A 31 de Dezembro</b>	<b>161.003.862</b>	<b>100%</b>	<b>133.832.496</b>	<b>100%</b>

#### Período de inatividade

Os movimentos da responsabilidade com inatividade remunerada foram os seguintes:

	2012	2011
<b>A 1 de Janeiro</b>	<b>3.689.277</b>	<b>6.196.434</b>
Aumento provisão	572.399	
Utilização provisão	(1.500.976)	(1.806.143)
Reversão provisão		(701.014)
<b>A 31 de Dezembro</b>	<b>2.760.701</b>	<b>3.689.277</b>

O montante de € 1.500.976 (2011: € 1.806.144) diz respeito ao valor pago pela NAV Portugal. As responsabilidades da Empresa por serviços passados foram quantificadas através de um estudo atuarial elaborado pela FUTURO com base numa taxa de rendimento de capitais de 4% (2011: 5.5%) e taxa de crescimento de prémios de 2% (2011: 3.5%). As alterações foram, conforme referido anteriormente, baseadas em estudos dos especialistas analistas HEUBECK AG.

g  
af  
ag



## Seguro de saúde

Os movimentos da responsabilidade com os encargos com benefícios médicos foram os seguintes:

	2012	2011
A 1 de Janeiro	1.138.611	1.066.316
Aumento provisão	97.675	127.779
Utilização provisão	(74.751)	(55.484)
Reversão provisão		
A 31 de Dezembro	1.161.535	1.138.611

As responsabilidades da NAV Portugal por serviços passados foram quantificadas através de um estudo atuarial elaborado pela FUTURO, com base numa taxa de rendimento de capitais de 4% (2011: 5.5%) e taxa de crescimento de prémios de 2% (2011: 3.5%). As alterações foram, conforme referido anteriormente, baseadas em estudos dos especialistas analistas HEUBECK AG.

## 25. Fornecedores

Decomposição	2012	2011
Fornecedores gerais	1.998.384	3.450.536
Fornecedores com faturas em receção e conferência	1.840.239	254.439
<b>Total saldo fornecedores - correntes</b>	<b>3.838.623</b>	<b>3.704.975</b>

## 26. Adiantamentos de clientes

Decomposição	2012	2011
Países Terceiros	9.605	5.126
Comunitários	58.980	26.192
Nacionais	230	1.136
<b>Total adiantamento de Clientes</b>	<b>68.815</b>	<b>32.454</b>

## 27. Outras contas a pagar

Decomposição	2012			2011		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores de investimentos	3.632.106		3.632.106	2.720.038		2.720.038
Credores diversos						
INAC	809.971		809.971	787.121		787.121
IFMA	6.975.698		6.975.698	6.871.459		6.871.459
FAP	5.294.317		5.294.317	5.251.588		5.251.588
Marinha	1.947.322		1.947.322	1.941.400		1.941.400
Outros credores diversos	683.919		683.919	923.546		923.546
Credores por acréscimos de gastos						
Remunerações a liquidar	14.576.768		14.576.768	9.083.354		9.083.354
Contribuições para Fundos de Pensões			-	2.199.854		2.199.854
complementos plano CD a liquidar						
Outros credores por acréscimo de gastos	717.628		717.628	740.626		740.626
<b>Total Outras contas a pagar</b>	<b>34.637.728</b>	<b>-</b>	<b>34.637.728</b>	<b>30.518.966</b>	<b>-</b>	<b>30.518.966</b>

## 28. Remuneração dos órgãos sociais

	2012	2011
<b>Conselho de Administração</b>		
Remunerações	148.748	148.436
Verbas para representação	47.964	
	<b>196.712</b>	<b>148.436</b>
<b>Conselho Fiscal</b>		
Remunerações	20.550	31.421
Honorários do ROC	17.750	17.750
	<b>38.300</b>	<b>49.171</b>
<b>Total remunerações anuais dos Órgãos Sociais</b>	<b>235.012</b>	<b>197.607</b>

O valor de Honorários do ROC inclui IVA à taxa legal em vigor.

O Conselho de Administração, composto por um Presidente e dois Vogais foi nomeado em janeiro de 2012, pela RCM nº 6/2012, de 26 de janeiro. Dado o falecimento, em abril, de um dos Vogais, foi nomeado, em substituição um novo Vogal pela RCM nº 29/2012, de 18 de julho.

## 29. Vendas e Prestação de serviços

Detalhe	2012	2011
Prestação de Serviços - Mercado Interno		
Taxa de rota	148.708.237	146.952.098
Taxa de terminal	29.388.068	31.001.450
<b>Vendas e prestações de serviços</b>	<b>178.096.305</b>	<b>177.953.548</b>

## 30. Fornecimentos e serviços externos

Detalhe	2012	2011
Subcontratos	1.002.808	1.088.309
Electricidade	1.596.124	1.259.837
Combustíveis	132.953	134.058
Água	86.110	85.251
Rendas e Aluguers	1.840.058	1.852.666
Despesas de Representação	8.049	6.167
Comunicação	400.379	405.385
Seguros	1.357.079	1.355.817
Transporte de Mercadorias	50.834	50.380
Deslocações e Estadas	631.760	513.816
Honorários	344.181	319.512
Conservação e Reparação	1.559.773	1.422.531
Publicidade e Propaganda	65.099	71.255
Limpeza, Higiene e Conforto	484.286	477.650
Segurança	765.705	673.217
Trabalhos Especializados	3.421.056	3.288.406
Verificação de Rádio Ajudas	583.905	560.621
Outros Fornecimentos e Serviços	288.153	316.676
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>14.618.310</b>	<b>13.881.553</b>

4  
674  
A200

### 31. Gastos com o pessoal

Detalhe	2012	2011
Remunerações		
Orgãos sociais	239.427	16.988
Pessoal	73.049.477	73.894.459
	<b>73.288.904</b>	<b>73.911.447</b>
Encargos sociais		
Prémios para benefícios reforma	45.339.954	47.266.045
Pensões pagas	293.535	159.832
Encargos sobre remunerações	16.636.963	16.797.814
Seguros	943.991	972.955
Indemnizações	2.322.294	2.266.435
Outros	647.292	673.306
Sub-total	<b>66.186.028</b>	<b>68.138.387</b>
Custos com o pessoal	<b>139.474.932</b>	<b>142.049.834</b>

O número médio de empregados da NAV em 2012 foi de 986 (2011: 994 empregados).

### 32. Outros rendimentos e ganhos

Detalhe	2012	2011
Diferenças de câmbio	10.646	28.969
Juros de mora	1.192.816	1.839.464
Dívidas de clientes	-	499
Notas de Débito emitidas/ não inerentes ao VA	934.751	1.045.986
Correções de exercícios anteriores	109.632	137.993
Rendas	230.276	227.032
Serviços Sociais	-	510
Formação/ Reprografia/AIP/Cedência material	325.333	24.834
Alienações / sinistros	25.635	32.589
Desconto do mecanismo corretor	-	524.170
IRC (restituição de imposto e excedente de estimativa)	-	649.013
Juros IDC	-	58.622
Penalidades Contratuais	37.501	-
Outros	216.956	93.081
	<b>3.083.549</b>	<b>4.662.762</b>

### 33. Outros gastos e perdas

Detalhe	2012	2011
Contribuições Eurocontrol	8.498.153	8.611.513
Contribuições financeiras	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	74.954	27.837
Correções relativas exercícios anteriores	57.804	259.162
Perdas em inventários	147	-
Desconto financeiro de ativos regulatórios	4.829.474	-
Outros	178.151	152.297
	<b>13.638.683</b>	<b>9.050.810</b>

### 34. Juros e rendimentos similares obtidos

Não se verificaram juros e rendimentos similares nos períodos de 2012 e 2011.

*h*  
*hf*  
*plus*



### 35. Juros e gastos similares suportados

Detalhe	2012	2011
BEI/97	8.736	16.274
BEI/98 TCI	2.472	4.509
BEI/98 TC2	61.789	112.715
BEI/01	55.079	108.482
	<b>128.075</b>	<b>241.979</b>

### 36. Imposto sobre o rendimento do período

Decomposição	2012	2011
Capital Próprio		
Imposto diferido	20.104	10.345
Imposto corrente	-	-
	<b>20.104</b>	<b>10.345</b>
Demonstração de Resultados		
Imposto diferido (nota 11)	8.465.858	4.158.504
Imposto Corrente	(10.177.560)	(10.445.120)
	<b>(1.711.702)</b>	<b>(6.286.616)</b>

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de balanço do período findo em 31 de dezembro de 2012 foi de 28,68 % (2011: 26,55 %) conforme segue:

	2012	2011
Taxa de imposto	23,20%	22,87%
Derrama	1,18%	1,18%
Derrama estadual*	4,30%	2,50%
	<b>28,68%</b>	<b>26,55%</b>

\*A derrama estadual prevista no artigo 87-A do CIRC incide sobre a parte do lucro tributável superior a € 1.500.000 sendo que, de € 1.500.000 a € 10.000.000, se aplica 3% e à parte superior a € 10.000.000 se aplica a taxa de 5%.

h  
tif  
AB

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

	2012	2011
<b>Resultado antes de imposto</b>	<b>3.387.363</b>	<b>1.309.631</b>
Diferenças permanentes:		
Custos não dedutíveis	77.479	578.871
Reembolso de IRC de exercícios anteriores	(10.988)	(649.013)
Benefícios fiscais	(252.785)	(170.641)
Pagamento de benefícios de reforma além do limite legal	6.834.571	24.336.548
Outros	(14.088)	(38.355)
	<u>6.634.189</u>	<u>24.057.411</u>
Diferenças temporárias:		
Provisões	17.706.626	14.126.140
Reavaliações	35.582	35.638
Mecanismo corretor	4.533.884	(521.433)
	<u>22.276.092</u>	<u>13.640.344</u>
<b>Resultado para efeitos fiscais</b>	<b>32.297.644</b>	<b>39.007.386</b>
Imposto corrente	8.154.956	8.970.262
Derrama	414.778	460.287
Derrama estadual	1.512.534	925.185
Tributação autónoma	95.292	89.386
	<u>10.177.560</u>	<u>10.445.120</u>
Estimativa do imposto corrente do exercício		
Impostos diferidos		
Efeito alteração taxa de imposto	(1.777.973)	(578.514)
Imposto do exercício	(6.687.885)	(3.579.990)
	<u>(8.465.858)</u>	<u>(4.158.504)</u>
<b>Total de imposto do exercício</b>	<b>1.711.702</b>	<b>6.286.616</b>

### 37. Compromissos

Investimentos contratados e não efetivados:

	2012	2011
Equipamentos	6.976.335	2.475.247
	<u>6.976.335</u>	<u>2.475.247</u>

### 38. Contingências

A NAV Portugal tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Beneficiário	Objecto	2012	2011
Comissão Europeia	Garantia bancária	21.160	21.160
	A NAV assumiu uma responsabilidade solidária, no montante equivalente à participação de capital (8,33%) que detém sobre a ESSP, por duas garantias financeiras de 10 milhões de euros cada prestadas por esta à Comissão Europeia, previstas nos Artigos nº 5.6 e 38.1 do contrato estabelecido entre estas duas entidades	1.666.000	1.666.000
		<u>1.687.160</u>	<u>1.687.160</u>

u  
q  
h  
A  
R

## Processos Judiciais em curso:

	2012	2011
<b>Em que a NAV Portugal é autora:</b>		
Processos de natureza laboral (valor da ação)	30.000	37.792
	<b>30.000</b>	<b>37.792</b>
<b>Em que a NAV Portugal é ré:</b>		
Processos de natureza laboral	189.471	1.427.760
Processo interposto pelo Administrador da massa falida da TWA relacionado com recebimentos de Taxas de Terminal	12.174	12.174
Processo de contra-ordenação fiscal aduaneira	11.492	11.492
Processo de contra-ordenação do Ministério da Administração Interna	3.884	3.884
	<b>217.021</b>	<b>1.455.310</b>

**Nota:** Os processos de Natureza Laboral encontram-se provisionados na rubrica de Outras provisões

Em 2012 a Empresa foi citada judicialmente como Ré no âmbito dos processos de foro laboral intentados nos Tribunais de Trabalho, quer por alguns sindicatos, em representação dos trabalhadores seus associados, quer diretamente por trabalhadores avulsos em que a causa de pedir tem como fundamento a alegada inconstitucionalidade das normas previstas na lei que aprovou o Orçamento de Estado de 2011 e a sua aplicação à NAV Portugal enquanto empresa pertencente ao sector empresarial do estado e também atenta a sua missão e sistema de recuperação de custos.

O pedido consiste em reclamar o pagamento das quantias salariais que os respetivos trabalhadores deixaram de auferir em consequência da aplicação das normas do OE 2011 relativamente a reduções remuneratórias, proibições de valorizações remuneratórias e progressões na carreira.

À presente data, a Empresa não dispõe de informação que permita concluir que o desfecho da globalidade dos processos judiciais em curso venha a ser desfavorável à NAV Portugal, e, como tal, entende que não será condenada em definitivo a pagar, a todos os trabalhadores, as diferenças salariais que seriam decorrentes da não aplicação das reduções remuneratórias impostas pelo Orçamento de Estado 2011.

Neste ponto, salienta-se que a matéria em discussão nas referidas ações judiciais poderá, a recurso de qualquer das partes, ser alvo de recurso para o Tribunal Constitucional, sendo de destacar como precedente os Acórdãos proferidos por este Tribunal em 2011, no sentido de não declarar a inconstitucionalidade das normas que

6,  
nf  
plus



preveem a redução remuneratória no OE 2011, bem como outro Acórdão de 2012 que relativamente aos subsídios de férias e de natal suspensos no OE 2012, declara a sua não inconstitucionalidade relativamente ao referido ano de 2012.

### 39. Acontecimentos subsequentes

Na sequência de uma inspeção tributária ocorrida em 2012 ao exercício de 2010, a NAV, em 29 de janeiro de 2013, efetuou o pagamento voluntário da liquidação adicional de IRC no montante de € 1.458.562,66.

Esta liquidação adicional de imposto resulta, essencialmente, da discrepância entre do limite fiscal calculado pela Empresa, em conformidade com o estabelecido no artigo 40º do CIRC, para as realizações de utilidade social e esse mesmo limite calculado pela administração fiscal.

Estando a Empresa convicta de que a razão lhe assiste, vai apresentar Reclamação Graciosa dentro do prazo estabelecido para o efeito, não tendo registado qualquer provisão, nas demonstrações financeiras do exercício de 2012, para o referido processo.

#### Conselho de Administração


Luís Filipe Ottolini Coimbra



Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo



Teresa Maria da Silva Gomes



#### Técnico Oficial de Contas

Ana Paula Fernandes Gomes



**14·RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO**  
**FISCAL**

## Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Exercício de 2012

### 1. Introdução

As competências do Conselho Fiscal (CF) resultam (i) da conjugação do disposto no artigo 12º dos Estatutos e do artigo 420º, nº 1, do Código das Sociedades Comerciais (CSC), por força do artigo 27º, nº 2 do Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado (RJSEE – Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de Dezembro) e também (ii) do disposto no nº 17 dos Princípios de Bom Governo das Empresas do Setor Empresarial do Estado (PBG) evidenciados na RCM nº 49/2007, de 28 de Março.

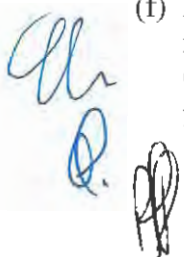
Os membros em funções foram designados pelos Despachos nº 9213/2008, de 13 de Março, e nº 6574/2009, emitido de 28 de Abril de 2008, para o mandato de 2008-2010.

Descrevem-se neste relatório as principais atividades desenvolvidas pelo CF no âmbito da sua ação fiscalizadora relativa ao ano de 2012 e a apreciação dos documentos de prestação de contas relativos ao período anual findo em 31-12-2012, recebidos em 04-04-2013.

### 2. Atividade desenvolvida

No desempenho das suas funções relativamente ao exercício de 2012, o CF desenvolveu as seguintes atividades:

- (a) Procedeu à análise e relato trimestral sobre os controlos efetuados, anomalias detetadas, desvios em relação aos orçamentos e seguimento das orientações tutelares;
- (b) Tomou conhecimento das ações desenvolvidas pela Auditoria Interna e dos relatórios emitidos e acompanhou o desenvolvimento da auditoria externa;
- (c) Assegurou, com a colaboração dos serviços da empresa, a contratação de serviços de auditoria externa relativamente aos anos de 2012 a 2014;
- (d) Tomou conhecimento da evolução das liquidações adicionais em sede de IRC decorrentes dos serviços não taxáveis e da liquidação referente ao exercício de 2010 relacionada com as contribuições para os fundos de pensões;
- (e) Tomou conhecimento das decisões tomadas quanto à reestruturação financeira da associada Edisoft e analisou os efeitos da mesma nas demonstrações financeiras da NAV e acompanhou o processo de liquidação e partilha da NAER;
- (f) Analisou os Instrumentos Previsionais de Gestão para 2013 tendo suscitado questões, nomeadamente, no que se refere à aplicação à NAV de disposições da Proposta de Lei do Orçamento para 2013 sobre a redução de remunerações, o subsídio de Natal e o subsídio de férias;





- (g) Emitiu o parecer sobre os documentos de prestação de contas relativos aos exercícios de 2011 e 2010, este último por até então não existirem documentos de prestação de contas assinados;
- (h) Acompanhou o processo de preparação das demonstrações financeiras e os trabalhos de auditoria desenvolvidos pelos auditores externos e pelo Revisor Oficial de Contas relativos ao exercício de 2012.

As verificações de natureza contabilística foram realizadas, essencialmente, pela Vogal Baptista da Costa & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, tendo sido apreciados os relatórios por ela emitidos e a Certificação Legal das Contas, tendo esta merecido concordância do CF.

O CF realça a articulação verificada com as diversas unidades orgânicas da empresa na perceção, entendimento e correção dos procedimentos adotados e em especial a boa relação com os administradores em exercício.

### **3. Apreciação do relatório de gestão**

O relatório apresentado divulga (i) a atividade desenvolvida no exercício, com evidência para a evolução dos negócios, o desempenho económico-financeiro, a execução do investimento, a caracterização dos recursos humanos e as responsabilidades por benefícios pós-emprego, bem como as perspetivas futuras, na linha do requerido pela legislação das sociedades comerciais e (ii) os aspetos relevantes da governação e do cumprimento das orientações legais, requeridos pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

O CF entende que o relatório cumpre, em termos gerais, os requisitos previstos no artigo 13º-A do RJSEE, no artigo 23º, nº 2, a) dos Estatutos e no nº 29 dos PBG e as divulgações requeridas pela DGFT e conclui que as análises efetuadas estão em consonância com a posição financeira, o desempenho económico e os fluxos de caixa evidenciados nas demonstrações financeiras.

### **4. Apreciação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras apresentadas integram: (i) o balanço, (ii) a demonstração dos resultados por naturezas, (iii) a demonstração das alterações no capital próprio, (iv) a demonstração dos fluxos de caixa e (v) o anexo às demonstrações financeiras.

Os auditores externos colocam reserva por incerteza face à probabilidade de recuperação das quantias pagas por força de liquidações adicionais de IRC de 2008, 2009 e 2010 (este último já em 2013) e eventuais consequências relativamente aos exercícios ainda sujeitos a inspeção e dão ênfase aos efeitos no Ativo, na rubrica Diferimentos, relativos a benefícios pós-emprego, e na rubrica Outras contas a receber, relativos à recuperação dos custos classificados como não controláveis.

Também a Certificação Legal das Contas apresenta uma reserva por incerteza sobre a recuperação das quantias das liquidações de IRC e sobre os eventuais efeitos relativamente aos exercícios ainda sujeitos a inspeção e dá ênfase aos efeitos com benefícios pós-emprego no Ativo e aos custos não controláveis a recuperar.

## CONSELHO FISCAL

O CF considera que aqueles documentos satisfazem os requisitos formais do relato financeiro definidos para as sociedades em geral e evidenciam a informação especialmente requerida pelo artigo 23º dos Estatutos quanto à discriminação das participações no capital de empresas e à separação entre ativos patrimoniais e dominiais.

Sem prejuízo, pela análise efetuada o CF suscita atenção para os seguintes aspetos:

- Monitorização permanente dos investimentos de modo a reduzir desvios entre a realização e a programação, desconhecimento atempado de quantias de que não se possam esperar benefícios económicos futuros e reclassificação para rubricas de ativos depreciables/amortizáveis das quantias dos investimentos que estejam em condições de utilização;
- Acompanhamento e avaliação do grau de reversibilidade das liquidações de IRC relacionadas com os voos isentos e da liquidação já ocorrida em 2013 relativamente às contribuições para os fundos de pensões efectuadas em 2010;

### 5. Apreciação da proposta de aplicação dos resultados

A proposta de aplicação dos resultados do exercício incluída no ponto 12 do Relatório de Gestão cumpre com o disposto no artigo 22º dos Estatutos, sendo 10% para reserva geral, 1% para fundo para fins sociais, 50% para remuneração dos capitais investidos e o remanescente para reserva para investimentos.

### 6. Aspetos sobre a governação

Os membros atuais do CA foram nomeados pela RCM n.º 6/2012, publicada em 9 de fevereiro. Até então o anterior CA, cujo mandato terminara no final de 2009, esteve impossibilitado de reunir por falta de quórum durante quase todo o ano de 2011 e início de 2012. Os membros do CF em funções terminaram o mandato em 31-12-2010.

### 7. Aspetos sobre o desempenho

Face à inexistência de contratos de gestão para 2012, o CF considera não existirem condições para avaliação criteriosa dos gestores relativamente a esse exercício.

Assim, o CF entende a análise no ponto 3.1. do Relatório de Gestão sobre o alcance de objetivos, como indicador geral de desempenho ao nível empresarial.

Foi aprovado pela Tutela financeira em 2011 o plano de redução de custos proposto pela NAV o qual se traduzia numa redução da massa salarial em 9,1%, numa redução no total dos gastos com o pessoal em 17,6% e numa redução dos gastos operacionais (pessoal, consumos e fornecimentos e serviços externos) em 15,7%, reduções estas relativas a 2010. Da análise efetuada conclui-se que as reduções remuneratórias aprovadas para 2011 foram mantidas em 2012, medidas a que acresce o não pagamento do subsídio de férias e de Natal.

## CONSELHO FISCAL

Os gastos totais com o pessoal mostram-se inferiores aos registados em 2011 em 1,8%, essencialmente pela redução nos gastos com benefícios pós-emprego (menos 3,8%) e com as remunerações (menos 0,8%), e superiores aos verificados em 2010 em 9%. De notar que os exercícios de 2012 e 2011 foram significativamente afetados por via dos benefícios pós emprego. Em 2011, essencialmente por via da adoção da tábua de mortalidade TV88/90, os ganhos e perdas atuariais conjugados com a desvalorização dos activos do fundo conduziu a um aumento de gastos no montante de cerca de 33M€. Em 2012, o efeito dos ganhos e perdas actuariais, essencialmente, decorrente da redução da taxa de desconto de 5,5% para 4%, conjugado com a valorização dos activos dos fundos foi da ordem dos 20M€.

Os fornecimentos e serviços externos registam, relativamente a 2011, um aumento de 5,3% enquanto nos consumos se verifica uma redução de 9,9%.

Em termos do total dos gastos com o pessoal, fornecimentos e serviços externos e consumos a quantia registada em 2012 é inferior à verificada em 2011 em 1,2% e superior à verificada em 2010 em 7,8%.

## 8. Cumprimento das orientações legais e tutelares

### Objetivos de gestão

Não foram fixados objetivos para 2012, tendo sido tomado como referência os correspondentes do mandato terminado em 2010, resultando um grau de cumprimento de 80,04% (cf. ponto 4.1. e 3.1. do Relatório de Gestão).

### Gestão do risco financeiro

O recurso a instrumentos de gestão de risco não é relevante tendo em conta a natureza regulada das atividades e os montantes e condições dos financiamentos contratados com o BEI, (cf. ponto 4.2. do Relatório de Gestão).

### Prazo médio de pagamentos

O prazo médio de pagamentos no 4.º trimestre de 2012 foi de 44 dias, traduzindo uma redução de cerca de 20% (11 dias) face a igual período de 2011. Excluindo os fornecedores de ativo fixo tangível o prazo médio é de 33 dias. (cf. ponto 4.3. do Relatório de Gestão).

### Divulgação dos atrasos nos pagamentos

Os pagamentos em atraso estão divulgados no ponto 4.4. do Relatório de Gestão.

### Deveres especiais de informação

Os instrumentos previsionais de gestão, bem os relatórios trimestrais de execução são enviados às entidades de tutela e inseridos no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira da DGTF (cf. ponto 4.5. do Relatório de Gestão).





### **Recomendações da tutela sobre as contas de 2010**

Os documentos de prestação de contas de 2010 e 2011 foram apresentados formalmente em 2012 não existindo ainda despacho de aprovação (cf. ponto 4.6. do Relatório de Gestão).

### **Redução de remunerações**

Foram efetuadas as reduções fixadas pela Lei 12-A/2010, de 30 de junho. Relativamente às reduções requeridas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, foram efetuadas para os órgãos estatutários, tendo sido autorizadas adaptações para o restante pessoal pelo despacho n.º 578/11-SETF, de 20 de abril. Foi cumprido o objetivo de redução da massa salarial, sendo que o total dos gastos com pessoal reduziu-se ligeiramente face a 2011 (1,8%), mas aumentou relativamente a 2010 (9%) (cf ponto 7. acima e pontos 4.7. e 4.12. do Relatório de Gestão).

### **Contratação pública**

A contratação pública segue as regras do Código da Contratação Pública, tendo a empresa sido considerada como entidade adjudicante do setor especial dos transportes por despacho governamental (cf. pontos 3.4.1. e 4.8. do Relatório de Gestão).

### **Sistema nacional de compras públicas**

O contrato de adesão ao Acordo Quadro foi assinado em 8 de fevereiro de 2013.(cf. ponto 4.9. do Relatório de Gestão).

### **Igualdade de género**

As políticas da empresa sobre os princípios estão divulgadas no ponto 4.10. do Relatório de Gestão.

### **Endividamento**

A dívida de financiamento bancário reduziu ao longo do ano de 2012 (cf. ponto 4.11. do Relatório de Gestão).

### **Plano de redução de custos**

No agregado de consumos, fornecimentos e serviços externos e pessoal, verifica-se um aumento de 7,8% face a 2010 e uma redução de 1,2% face a 2011, devido essencialmente ao efeito dos gastos com benefícios pós-emprego, conforme referido acima (cf. ponto 4.12. do Relatório de Gestão).

### **Redução do número de efectivos e de cargos dirigentes**

O número total de efectivos e de cargos dirigentes, incluindo órgãos sociais, foi de 1020 em 2012 e de 998 em 2011 e em 2010. O número de dirigentes reduziu de 13 para 11 e o número de efetivos (sem dirigentes e órgãos sociais) aumentou 2,5% relativamente a 2010 (24 efetivos) e 2,2% relativamente a 2011 (22 efetivos) (cf. ponto 4.13 do Relatório de Gestão).



### Unidade da tesouraria do Estado

Não estavam em contas junto do IGCP pequenos saldos em contas à ordem (cf. ponto 4.14. do Relatório de Gestão).

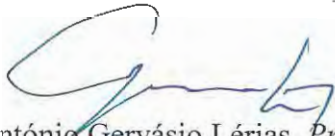
### 9. Conclusão e parecer

O CF considera que o relatório de gestão satisfaz as divulgações requeridas pelas normas legais estatutárias e pelas orientações tutelares e que as demonstrações financeiras estão preparadas de acordo como Sistema de Normalização Contabilística, sem prejuízo da reserva considerada na Certificação Legal das Contas.

Assim, o CF dá parecer favorável (i) à aprovação dos documentos de prestação de contas relativos a 2012 e (ii) à proposta de aplicação de resultados.

Lisboa, 15 de abril de 2013


O Conselho Fiscal,



António Gervásio Lérias, *Presidente*



Paulo Guilherme Lajoso, *Vogal*



Baptista da Costa & Associados, SROC, S.A. *Vogal e SROC*  
representada por Gabriel Correia Alves (ROC)

**15·CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS**



**LISBOA**

RUA ODETTE SAINT-MAURICE, 3-CX, O-F  
CAMPO GRANDE 380  
1700-097 LISBOA  
PORTUGAL

T. (+351) 217 520 250  
F. (+351) 217 520 259  
E. [BCA.GERAL@BCAAC.COM](mailto:BCA.GERAL@BCAAC.COM)

**PORTO**

AVENIDA DA BOAVISTA, 1203, 6º  
SALA 606  
4100-130 PORTO  
PORTUGAL

T. (+351) 217 520 250  
F. (+351) 217 520 259  
E. [BCA.GERAL@BCAAC.COM](mailto:BCA.GERAL@BCAAC.COM)

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal, E.P.E., as quais compreendem o Balanço individual em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de 288.932.889 Euros e um total de capital próprio de 85.130.970 Euros, incluindo um resultado líquido de 1.675.660 Euros), a Demonstração individual dos resultados por naturezas, a Demonstração individual das alterações no capital próprio e a Demonstração individual dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.



demonstrações financeiras, a Empresa está obrigada a suportar 60% dos encargos correspondentes ao período de antecipação da reforma dos controladores de tráfego aéreo (dos 57 aos 65 anos) abrangidos pelo sistema público da Segurança Social, assumindo esta os restantes 40%. Das responsabilidades reconhecidas pela Empresa decorrentes de tal antecipação (53.792 milhares de Euros em 31/12/2012 e 55.514 milhares de Euros em 31/12/2011) encontram-se registados em Ativos não correntes - Diferimentos (Ativos regulatórios) 30.633 milhares de Euros em 31/12/2012 e 33.101 milhares de Euros em 31/12/2011, cuja realização se encontra a ser efetuada, de forma sistemática, durante a vida ativa remanescente dos trabalhadores abrangidos, por inclusão de tais encargos na base de cálculo das respetivas taxas. Encontram-se ainda considerados na mesma rubrica do ativo 3.661 milhares de Euros correspondentes a parte das perdas atuariais com origem em 2006 (4.988 milhares de Euros em 31/12/2011), cuja recuperação está a ser efetuada até 2015, igualmente por via da sua integração na base de cálculo das taxas de serviço.

10.2 Conforme divulgado na Nota 16 do Anexo, a rubrica "Outras contas a receber" inclui o montante de 21.555 milhares de Euros (valor descontado) relativo ao mecanismo corretor de rota de 2012 que será recuperado dos utilizadores dos serviços de navegação aérea no período de 2014 a 2016. Daquele montante, 17.083 milhares estão associados a gastos classificados como não controláveis, por via da aplicação do Regulamento (UE) nº 1191/2010, da Comissão, de 16 de dezembro, e em conformidade com o entendimento da Autoridade Supervisora Nacional, sendo 14.646 milhares de Euros (valor presente de 17.133 milhares de Euros, após exclusão dos gastos imputáveis a voos isentos) relativos à zona de tarifação de Lisboa e 2.437 milhares de Euros (valor presente de 2.851 milhares de Euros, excluindo os gastos imputáveis a voos isentos) referentes à zona de tarifação de Santa Maria. Os referidos gastos não controláveis decorrem de alterações legislativas referentes a subsídio de Natal, sendo os gastos reais (incluindo os imputáveis a voos isentos) inferiores aos gastos fixados em 3.839 milhares de Euros na zona de tarifação de Lisboa e em 1.365 milhares de Euros na zona de tarifação de Santa Maria, e dos benefícios pós-emprego em que os gastos reais (incluindo os imputáveis a voos isentos) são superiores aos fixados para as referidas zonas de tarifação em 21.200 milhares de Euros e em 4.295 milhares de Euros, respetivamente.

Lisboa, 15 de abril de 2013



Baptista da Costa & Associados, SROC, S.A.  
representada por Dr. Gabriel Correia Alves, ROC

**16·RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS**



## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### **Introdução**

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E.P.E. (“Empresa”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 que evidencia um total de 288.932.889 Euros e um capital próprio de 85.130.970 Euros, incluindo um resultado líquido de 1.675.660 Euros, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **Âmbito**

3. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 4 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

11

**Reserva**

4. Conforme mencionado na Nota 16 do Anexo às demonstrações financeiras, a Empresa foi notificada pelas autoridades fiscais, em sede de IRC relativamente aos exercícios de 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009, nos montantes de 1.711.684 Euros, 1.330.911 Euros, 1.017.414 Euros, 1.082.718 Euros e 1.011.962 Euros (incluindo juros compensatórios e coimas), respectivamente. Estas notificações decorreram, essencialmente, do facto de as autoridades fiscais considerarem que a Empresa deveria ter registado contabilisticamente, e logo, sujeito a tributação, o rédito com os chamados voos isentos e com o cálculo do benefício fiscal relativo à criação líquida de emprego. A Empresa procedeu em anos anteriores ao pagamento daquelas notificações fiscais e à reclamação graciosa das mesmas por discordar dos fundamentos utilizados por aquelas entidades para as correcções efectuadas, pelo que registou, no activo na rubrica de "Outras contas a receber" esses valores pagos. Durante o exercício de 2012 foram deferidas as reclamações apresentadas dos anos de 2005, 2006 e 2007, no tocante ao rédito dos voos isentos, tendo a Empresa recebido o montante de 3.434.170 Euros, anteriormente pago. Assim, em 31 de Dezembro de 2012, o saldo desta conta a receber, ascende a 2.725.785 Euros, dos quais 661.800 Euros são relativos à criação líquida de emprego dos anos de 2006 e 2007 e para os quais a Empresa apresentou em 2012 impugnação judicial. Adicionalmente, em 2013, a Empresa foi notificada pelas autoridades fiscais em sede de IRC, relativamente ao exercício de 2010, no montante de 1.458.563 Euros, em virtude de as autoridades fiscais discordarem do cálculo efectuado pela Empresa na determinação do limite fiscal relativo a realizações de utilidade social (Nota 39). Esta notificação fiscal foi já paga em 2013 pela Empresa encontrando-se em preparação a correspondente reclamação graciosa, dado que não concorda com a correcção efectuada. Não existindo, até à presente data, uma decisão das autoridades fiscais relativamente às reclamações graciosas apresentadas pela Empresa para os exercícios de 2008 e 2009, para as impugnações judiciais apresentadas para os exercícios de 2005 e 2006, não podemos concluir acerca do valor de realização dos montantes registados na rubrica de "Outras contas a receber", nem quanto aos impactos resultantes do desfecho da notificação fiscal relativa ao exercício de 2010 e dos impactos de inspecções tributárias que poderão ser efectuadas pelas autoridades fiscais aos exercícios de 2011 e 2012, relacionados com os assuntos corrigidos por aquela, nos exercícios precedentes.

**Opinião**

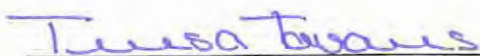
5. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 4 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E.P.E em 31 de Dezembro de 2012, bem como o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

II

**Ênfase**

6. Conforme referido na Nota 17 do Anexo às Demonstrações Financeiras, em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de “Activos Regulatórios” inclui o montante de 34.293.135 Euros (38.088.632 Euros em 31 de Dezembro de 2011) relativo a determinadas responsabilidades com pensões, que se encontram a ser imputadas às taxas unitárias de rota, que se detalha como segue: i) 30.632.592 Euros (33.100.958 Euros em 31 de Dezembro de 2011) relativo a responsabilidades assumidas em 2004 pela Empresa na proporção de 60% dos benefícios atribuídos aos controladores de tráfego aéreo abrangidos pelo sistema público de Segurança Social por antecipação da pensão por velhice, cujo reconhecimento na demonstração dos resultados considerando o número de anos de vida activa remanescente dos trabalhadores abrangidos, apenas se iniciou em 2008; e ii) 3.660.543 Euros (4.987.674 Euros em 31 de Dezembro de 2011) relativo a perdas actuariais, decorrentes da alteração, ocorrida em 2006, na taxa de IRS aplicável aos rendimentos da categoria H, as quais se encontram a ser reconhecidas na demonstração dos resultados durante um período de dez anos. A imputação destes montantes às taxas unitárias de rota, é feita anualmente e corresponde à amortização anual destes gastos diferidos, tendo os períodos de amortização daqueles encargos sido definidos em função do período em que se estima vir a recuperar por via da taxa de rota, aqueles encargos.
7. O balanço em 31 de Dezembro de 2012, inclui na rubrica de “Outras contas a receber”, valores relativos ao mecanismo corrector de rota de 2012, no montante total de 21.554.787 Euros, que serão recuperados junto dos utilizadores dos serviços de navegação aérea no período de 2014 a 2016 (Nota 16). Aquele valor inclui o montante de 17.082.895 Euros relativo ao valor descontado com referência a 31 de Dezembro de 2012, do desvio de gastos considerados pela Empresa como não controláveis, o qual foi determinado mediante a aplicação do novo regime comum de tarifação dos serviços de navegação aérea que entrou em vigor em 2012, e em conformidade com o entendimento da Autoridade Supervisora Nacional, dos quais 14.645.688 Euros (valor descontado de 17.133.384 Euros) são relativos à zona de tarifação de Lisboa e 2.437.207 Euros (valor descontado de 2.851.187 Euros) são relativos à zona de tarifação de Santa Maria. A natureza de tais gastos considerados como não controláveis respeita a alterações legislativas referentes ao subsídio de Natal (sendo os gastos reais inferiores aos gastos fixados em, aproximadamente, 3.839.000 Euros na zona de tarifação de Lisboa e em, aproximadamente, 1.365.000 Euros na zona de tarifação de Santa Maria) e da alteração das responsabilidades com benefícios pós-emprego (sendo os gastos reais superiores aos gastos fixados em, aproximadamente, 21.200.000 Euros na zona de tarifação de Lisboa e em, aproximadamente, 4.295.000 Euros na zona de tarifação de Santa Maria).

Lisboa, 15 de Abril de 2013



Deloitte &amp; Associados, SROC S.A.

Representada por Teresa Alexandra Martins Tavares